



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Campus de Presidente Prudente

LARISSA OLIVEIRA DIONISIO

**O PAPEL DA CEAGESP NA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS
HORTIFRUTIGRANJEIROS NO OESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Presidente Prudente – SP

2021

LARISSA OLIVEIRA DIONISIO

O PAPEL DA CEAGESP NA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS
HORTIFRUTIGRANJEIROS NO OESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), *Campus* de Presidente Prudente como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Geografia.
Orientador: Prof. Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol

Presidente Prudente – SP

2021

D592p Dionisio, Larissa Oliveira
O papel da CEAGESP na comercialização de produtos
hortifrutigranjeiros no Oeste do estado de São Paulo / Larissa Oliveira
Dionisio. -- Presidente Prudente, 2021
133 f. : tabs., fotos, mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente
Orientador: Antonio Nivaldo Hespanhol

1. Abastecimento de alimentos. 2. Produtos agrícolas
Armazenamento. 3. Produtos hortigranjeiros. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de
Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: O Papel da CEAGESP na Comercialização de Produtos Hortifrutigranjeiros no Oeste do Estado de São Paulo

AUTORA: LARISSA OLIVEIRA DIONISIO

ORIENTADOR: ANTONIO NIVALDO HESPANHOL

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Mestra em Geografia, área:
Produção do Espaço Geográfico pela Comissão Examinadora:



Prof. Dr. ANTONIO NIVALDO HESPANHOL (Participação Virtual)
FCT / UNESP/Presidente Prudente(SP)

Prof. Dr. FRANCISCO FRANSUALDO DE AZEVEDO (Participação Virtual)
Departamento de Geografia / Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. ARTHUR MAGON WHITACKER (Participação Virtual)
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente

Presidente Prudente, 01 de outubro de 2021

AGRADECIMENTOS

A vida se trata muita mais da jornada, do que objetivos e metas que buscamos alcançar, seria um equívoco pensar que percorri totalmente sozinha o caminho que me trouxe até aqui, já que foram de valorosa importância as relações, outrora e atualmente, estabelecidas ao longo de todo o percurso. Neste contexto, gostaria de agradecer aqueles que colaboraram comigo ao longo do trajeto.

Sou grata a minha família, especialmente a minha mãe, Vera Lúcia de Oliveira, por ter me educado, me apoiado, acreditado em mim e me incentivado nos momentos difíceis, suportado todo o meu jeito e manias e me dado o espaço necessário para o meu desenvolvimento pessoal e profissional.

Ao meu irmão, William Oliveira Dionisio, pelas conversas e indagações que pareciam simplórias, mas que permitiram compreender a realidade de uma forma elementar ao passo que possibilitou o desenvolvimento de um pensamento mais elaborado sobre uma gama de assuntos, incluindo o tema deste trabalho. Além do otimismo, mesmo nas situações mais desesperadoras.

Ao meu orientador, Professor Doutor Antonio Nivaldo Hespanhol, pelo suporte, paciência, profissionalismo, correções e incentivos, além da orientação e apoio na elaboração deste trabalho.

Ao meu estimado amigo, Alan da Silva Vinhaes, que suportou minha má disposição e impertinência, que me amparou nos momentos de dificuldade, além de compartilhar momentos desoladores e risadas frustradas, o que permitiu que seguissemos adiante, nem sempre sabendo onde íamos chegar.

Agradeço a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Presidente Prudente, e seu corpo docente, direção e administração que proporcionaram a oportunidade de um desenvolvimento pessoal e profissional. Em especial, a Seção de Pós Graduação da FCT, dando destaque a Aline da Silva Ribeiro Muniz e a Ivonete Gomes de Andrade, pela dedicação, receptividade, disponibilidade, coerência, boa vontade e agilidade. E a Aparecida Tamae Otsuka, do Escritório de Apoio à Pesquisa, pela disponibilidade e dedicação.

Aos professores Arthur MagonWhitacker e Francisco Fransualdo de Azevedo pelas contribuições na Banca de Qualificação, além das provocações que me fizeram fortalecer a argumentação deste trabalho.

Também tenho imensa gratidão aos funcionários da CEAGESP de Araçatuba e Presidente Prudente, dos mercados, supermercados e hipermercados de Araçatuba, Presidente Prudente e São José do Rio Preto, bem como os feirantes entrevistados nos três municípios, que foram muito receptivos e atenciosos, me deram todo o suporte necessário para realizar a pesquisa, à medida que foram essenciais para constituição de parte deste trabalho.

Agradeço a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, Processo Número 2019/00524-6), pela concessão da bolsa de estudos que me permitiu dedicação total à pesquisa, pois, sem ela, a qualidade deste trabalho seria reduzida.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, meu muito obrigado!

RESUMO

A Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP) foi criada em 1969, tendo como principal função armazenar grãos e comercializar produtos hortifrutigranjeiros. A CEAGESP detém a maior rede pública de armazéns do Estado de São Paulo e um complexo de 13 unidades atacadistas, sendo uma empresa de economia mista vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). O trabalho tem como objetivo principal analisar a atuação das unidades da CEAGESP de Araçatuba, Presidente Prudente e São José do Rio Preto como ponto de convergência de produtos hortifrutigranjeiros, com base na atuação de empresas e agentes vinculados aos circuitos superior e inferior da economia urbana. As análises foram empreendidas tendo como base os pressupostos da Teoria dos dois Circuitos da Economia Urbana desenvolvida por Santos (1976; 1979), associada à noção de circuitos espaciais de produção, desenvolvida pelo mesmo autor no ano de 1986. Para a consecução dos objetivos da investigação foram efetuadas pesquisas documental e bibliográfica, levantamento de dados estatísticos e realizadas entrevistas com administradores e permissionários das três unidades da CEAGESP situadas no oeste do Estado de São Paulo, assim como com produtores rurais e consumidores que utilizam as unidades da CEAGESP.

Palavras-chave: CEAGESP, Abastecimento, Produção, Hortifrutigranjeiros, Circuitos espaciais.

ABSTRACT

The Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP) was created in 1969, having as main function store grain and trade horticultural products. The CEAGESP have the largest public network of warehouse of state of São Paulo and a complex of 13 wholesale units, constituting itself as mixed economy company linked to the Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). The research objective is analyze the performance of CEAGESP units of Araçatuba, Presidente Prudente e São José do Rio Preto as a point of convergence for horticultural products, based on company's performance and agents linked to Circuitos Superior e Inferior da Economia Urbana. The analyzes were carry out based on the assumptions of the Teoria dos dois Circuitos da Economia Urbana developed by Santos (1976; 1979), associated with the notion of circuitos espaciais de produção, developed by the same author in 1986. To achieve the objectives of the investigation were carry out documentary and bibliographic research, survey of statistical data and interviews with administrator and permissionaires from the three units of CEAGESP located in the West of the state of São Paulo, as well as with rural producers and consumers using the units of CEAGESP.

Keywords: CEAGESP, Supply, Production, Horticultural, Space Circuits.

Lista de Figuras

Nº		Pág.
1	Localização dos entrepostos da CEAGESP no estado de São Paulo.	52
2	Localização das unidades de armazenagem da CEAGESP no estado de São Paulo.	56
3	Os elementos dos dois circuitos da economia urbana.	68
4	Feira Livre da Rua Imaculado Coração de Maria, em Araçatuba.	92
5	Feira Livre da Avenida Manoel Goulart em Presidente Prudente.	107
6	Feira Livre da Rua Nhandeara em São José do Rio preto	118

Lista de Fotos

Nº		Pág.
1	Fachada da unidade CEAGESP em Araçatuba	78
2	Fachada do Empório JG	84
3	Fachada do Iskema Box	85
4	Supermercado Rosa Felipe antes e depois da reinauguração.	86
5	Fachada atual do Supermercado Rosa Felipe.	86
6	Fachada do Supermercado Rondon	87
7	Fachada do Hipermercado SuperMuffato	87
8	Fachada do Hipermercado Pão de Açúcar	88
9	Feira Livre que ocorre às sextas-feiras em Araçatuba.	91
10	Fachada da unidade CEAGESP de Presidente Prudente	93
11	Demarcação dos módulos da CEAGESP de Presidente Prudente.	95
12	Fachada do Supermercado Ideal.	101
13	Fachada da Quitanda Empório do Campo	101
14	Quitanda Empório do Campo	102
15	Fachada do Supermercado Estrela	103
16	Fachada do Supermercado Mais Você.	103
17	Hipermercado Carrefour.	104
18	Fachada do Muffato Max em Presidente Prudente.	104
19	Fachada da unidade CEAGESP de São José do Rio Preto	108
20	Fachada do Mini Mercado Lider	112
21	Fachada do 'Supermercado' Silva e Silva	112
22	Fachada do Proença Supermercado	113
23	Fachada do Supermercado Zucatto	113
24	Fachada do Carrefour Hipermercado	114
25	Fachada do Max Muffato JK	114

Lista de Gráficos

Nº		Pág.
1	Percentual de participação total da rede CEAGESP	55
2	Percentual de participação das regiões na quantidade comercializada de hortigranjeiros, em 2019.	62
3	Quantidade de hortigranjeiros, em Kg, comercializada na CEAGESP de Araçatuba, entre 2005 e 2019.	82
4	Quantidade mensal de hortigranjeiros comercializada na CEAGESP de Araçatuba, no ano 2019 (em Kg)	83
5	Percentual dos produtos hortifrutigranjeiros adquiridos da unidade da CEAGESP de Araçatuba pelos estabelecimentos pesquisados	89
6	Quantidade de hortigranjeiros, em Kg, comercializada na CEAGESP de Presidente Prudente, entre 2005 e 2019	99
7	Quantidade de hortigranjeiros comercializados na CEAGESP de Presidente Prudente, no ano de 2019 (em Kg)	100
8	Percentual de produtos hortifrutigranjeiros adquiridos da CEAGESP Presidente Prudente pelos estabelecimentos pesquisados	105
9	Quantidade de hortigranjeiros, em Kg, comercializada na CEAGESP de São José do Rio Preto, entre 2005 e 2019.	110
10	Quantidade mensal de hortigranjeiros comercializada na CEAGESP de São José do Rio Preto, no ano 2019 (em Kg)	111
11	Percentual dos produtos hortifrutigranjeiros adquiridos da unidade da CEAGESP de São José do Rio Preto pelos estabelecimentos pesquisados	115

Lista de Mapas

Nº		Pág.
1	Regiões Geográficas Imediatas do Estado de São Paulo	25
2	Regiões Geográficas Intermediária do Estado de São Paulo	26
3	Localização de Araçatuba no estado de São Paulo e Brasil	29
4	Localização do município de Araçatuba	30
5	Localização de Presidente Prudente no estado de São Paulo e Brasil.	33
6	Localização do município de Presidente Prudente.	34
7	Localização de São José do Rio Preto no estado de São Paulo e Brasil.	38
8	Localização do município de São José do Rio Preto	39
9	Localização das Centrais de Abastecimento	49
10	Fluxo de hortifrutigranjeiros dos municípios do estado de São Paulo para a CEAGESP de Araçatuba.	80
11	Malha urbana de Araçatuba – SP.	90
12	Área de atuação da unidade da CEAGESP de Presidente Prudente – SP	94
13	Municípios do estado de São Paulo que vendem para a CEAGESP de Presidente Prudente.	95
14	Malha urbana de Presidente Prudente - SP.	106
15	Malha urbana de São José do Rio Preto - SP.	117

Lista de Quadros

Nº		Pág.
1	Anos e cidades nas quais foram instaladas as primeiras centrais de abastecimentos no Brasil	44
2	Anos e cidades nas quais foram instaladas unidades da CEASA entre 1975 e 1979	44
3	Principais produtos comercializados nas unidades CEAGESP	54
4	Operações realizadas pelos municípios que possuem armazéns da CEAGESP	57
5	Características dos Dois Circuitos da Economia Urbana dos países subdesenvolvidos	66

Lista de Tabelas

Nº		Pág.
1	Volumes médios mensais e anuais comercializados nas unidades da CEAGESP	53
2	Municípios que possuem armazenagem convencional da CEAGESP	58
3	Municípios que possuem silos horizontais da CEAGESP	58
4	Municípios que possuem silos verticais da CEAGESP	59
5	Municípios que possuem graneleiros da CEAGESP	59
6	<i>Ranking</i> de comercialização das centrais de abastecimento em 2007.	61
7	Fluxo de hortifrutigranjeiros dos municípios do estado de São Paulo para a CEAGESP de Presidente Prudente, em porcentagem.	96
8	Procedência da produção comercializada na feira livre de São José do Rio Preto que ocorre às quartas-feiras	119

Sumário

INTRODUÇÃO.....	15
1. ÁREA ESTUDADA NO CONTEXTODOMEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO- INFORMACIONAL.....	19
1.1 Divisão regional de 2017.....	24
1.2 O município de Araçatuba	29
1.3 O município de Presidente Prudente	32
1.4 O município de São José do Rio Preto	37
2. AS CENTRAIS DE ABASTECIMENTO.....	43
2.1 A Companhia de Entrepostos e Armazéns de São Paulo (CEAGESP) ...	51
2.2 Os dois circuitos da economia urbana.....	64
3. OS CIRCUITOS ESPACIAIS DE PRODUÇÃO HORTIFRUTIGRANJEIROS	71
3.1 A relação da unidade da CEAGESP de Araçatuba, com os dois circuitos da economia urbana e os circuitos espaciais da produção hortifrutigranjeira.	78
3.2 A relação da CEAGESP Presidente Prudente com os dois circuitos da economia urbana e os circuitos espaciais de produção hortifrutigranjeira.....	93
3.3 A relação da CEAGESP São José do Rio Preto com os dois circuitos da economia urbana e os circuitos espaciais de produção hortifrutigranjeira.....	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
REFERÊNCIAS.....	124
APÊNDICE A – Modelo de Formulário	128
ANEXO I - Quantidade de hortigranjeiros comercializada nos mercados atacadistas, da Região Sudeste.	133

INTRODUÇÃO

O presente trabalho intitulado “O Papel da CEAGESP na Comercialização de Produtos Hortifrutigranjeiros no Oeste do Estado de São Paulo”, se constitui numa dissertação de mestrado elaborada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Presidente Prudente.

O projeto de mestrado está inserido na linha de pesquisa “Dinâmicas Agrárias, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional”, bem como ao projeto “Políticas Públicas, Mercados Institucionais e Agricultura Urbana/Periurbana”, em execução no âmbito do Grupo de Estudos de Dinâmicas Regionais e Agropecuária (GEDRA), com financiamento da CAPES, por intermédio do Programa de Apoio à Pós-Graduação e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Desenvolvimento Socioeconômico no Brasil (PGPSE) – Edital nº 42/2014.

A pesquisa tem por objetivo analisar o papel das centrais de abastecimento na comercialização de produtos hortifrutigranjeiros no Oeste do estado de São Paulo, tendo como referência a atuação das unidades da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP) de Araçatuba, Presidente Prudente e São José do Rio Preto. Pretende-se analisar o papel exercido pela CEAGESP na comercialização de produtos *in natura*, no abastecimento regional de produtos supracitados, bem como na relação entre os circuitos superior e inferior da economia urbana.

Como observado até o momento, não há nenhum trabalho que analise a CEAGESP de Araçatuba, Presidente Prudente e São José do Rio Preto e os agentes que constituem os circuitos espaciais de produção e os dois circuitos da economia urbana. Para atingir o objetivo proposto foram delimitados quatro objetivos específicos, o primeiro visa compreender a interação transitória das unidades da CEAGESP de Araçatuba, Presidente Prudente e São José do Rio Preto, como agente misto, entre os circuitos superior e inferior da economia urbana; o segundo objetivo foi estudar a história das centrais de abastecimento, com ênfase nas Regiões de Araçatuba, Presidente Prudente e São José do Rio Preto. O terceiro busca analisar a CEAGESP como ponto de convergência de produtos hortifrutigranjeiros. Por fim, o último objetivo específico visa a investigar como as três unidades da CEAGESP se relacionam com os circuitos espaciais dos principais produtos agrícolas nelas comercializados.

No final dos anos 1960, o Governo Federal visava instituir uma nova forma de organizar a comercialização de produtos hortifrutigranjeiros, por meio da implantação de

plataformas logísticas de comercialização, sendo criada a Central Estadual de Abastecimento Sociedade Anônima (CEASA). O advento da CEAGESP se deu através da fusão da Central Estadual de Abastecimento (CEASA) e a Companhia de Armazéns Gerais do Estado de São Paulo (CAGESP) no ano de 1969, ambas eram empresas estatais e paulistas cujo principal objetivo era armazenar grãos e comercializar produtos hortifrutigranjeiros.

Nos anos 1990, ocorreram às privatizações e a redução da presença do governo federal, as CEASAs passaram a ser de responsabilidade dos estados e municípios, permanecendo assim até os dias atuais. As exceções foram a CEAGESP, no Estado de São Paulo e a CesaMinas, no Estado de Minas Gerais, que continuam federalizadas.

A CEAGESP foi criada em 1969, as principais funções das unidades da CEAGESP são a de armazenar grãos e de comercializar produtos hortifrutigranjeiros. A CEAGESP detém a maior rede pública de armazéns do Estado de São Paulo e um complexo de 13 unidades atacadistas. Trata-se de uma empresa de economia mista vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

A CEAGESP é uma empresa de economia mista que lida com o comércio de mercadorias realizado por firmas ou sujeitos sociais autônomos, ou seja, empresas de pequenos, médio e grande porte, como permissionários (pessoas jurídicas), assim como permissionários (pessoas físicas), atravessadores ou intermediários e feirantes. Os fluxos que circulam na CEAGESP compreendem frutas, legumes, verduras e alguns outros produtos alimentícios de diversas regiões do Brasil.

Para a consecução dos objetivos da pesquisa foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos: levantamento bibliográfico realizado ao longo de todo o desenvolvimento do trabalho, mesmo com a pandemia da COVID-19 que levou ao fechamento da biblioteca da FCT - Unesp, limitando a busca por materiais exclusivamente de maneira virtual. Foram utilizados materiais com o tema da Teoria dos dois Circuitos da Economia Urbana, desenvolvida por Santos (1976; 1979), havendo vasta bibliografia que aborda o tema, bem como versam a compreensão, análise e discussão da aplicabilidade da teoria.

Foram utilizadas diversas obras para compreender os Circuitos Espaciais de Produção e os agentes envolvidos. Foi feito o levantamento bibliográfico referente à história das Centrais de abastecimento, bem como dos municípios escolhidos para o estudo (Araçatuba, Presidente Prudente e São José do Rio Preto) atrelando-os ao desenvolvimento do meio técnico-científico-informacional e suas consequências para o setor de serviços dos três municípios.

Em um segundo momento, foi realizada a coleta de informações de fonte secundária referente à produção hortifrutigranjeira na Região de Araçatuba, Presidente Prudente e São José do Rio Preto, por meio de levantamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), bem como da própria Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP).

Os roteiros de entrevistas semiestruturados, encontrados no Apêndice A, continham perguntas elaboradas com antecedência e localização da aplicação previamente determinada. Dentre as entrevistas efetivadas, destaca-se: as entrevistas com os gerentes das unidades da CEAGESP de Araçatuba e de Presidente Prudente, ambas utilizando um roteiro semiestruturado (Apêndice A) que trazia questões sobre: a área de atuação da CEAGESP, o cadastro dos permissionários, as dificuldades da CEAGESP para garantir plena comercialização, como são constituídos os preços da CEAGESP e quais regiões vendem mais para a CEAGESP.

Também foram aplicados formulários a 20% dos permissionários das duas unidades da CEAGESP. As entrevistas ocorreram nos meses de novembro e dezembro de 2019 e os formulários continham questões sobre a origem da produção, quanto ao seu destino, se vendiam apenas nas unidades da CEAGESP ou a outros estabelecimentos, sobre o volume mensal e sobre o que se produzia.

Foram entrevistados dez feirantes em cada município estudado, isto é, Araçatuba, Presidente Prudente e São José do Rio Preto; utilizando um roteiro semiestruturado (Apêndice A) que norteava o diálogo e trazia perguntas sobre: se o feirante comprava apenas da CEAGESP, se o transporte era próprio, se a feira era a única fonte de renda e se o feirante possuía propriedade rural. As entrevistas aos feirantes se deram nos meses de novembro e dezembro de 2019 e janeiro e fevereiro de 2020.

Ainda foram escolhidas seis empresas, de forma aleatória, que comprem das unidades da CEAGESP em cada município estudado, perfazendo 18 empresas pesquisadas, compondo: seis hipermercados, seis supermercados e seis mercados de bairros, ou seja, dois hipermercados, dois supermercados e dois mercados nos municípios de Araçatuba, São José do Rio Preto e Presidente Prudente. Todavia, em Presidente Prudente foi escolhido um mercado de bairro e uma quitanda para a pesquisa. As entrevistas ocorreram nos meses de novembro e dezembro de 2019 e janeiro de 2020. O roteiro de entrevista (Apêndice A) era composto por perguntas sobre a origem dos produtos, se a localização das unidades da

CEAGESP beneficiava os produtos e se os estabelecimentos compravam diretamente do produtor.

Destarte, o único gerente pesquisado que não se mostrou disponível para nos atender foi o gerente da unidade da CEAGESP de São José do Rio Preto, ainda que obtivéssemos permissão do Departamento de Entrepósitos do Interior (DEIT), localizado em São Paulo, como inquirido pela empresa, visto que a DEIT afirmou que os dados que precisávamos conseguiríamos na unidade da CEAGESP de São José do Rio Preto e eram públicos, mesmo assim não houve disponibilidade de atendimento pela administração local do entreposto.

A dissertação encontra-se estruturada em três capítulos. No primeiro é abordado o meio técnico-científico-informacional e sua difusão. No primeiro subcapítulo é apresentada a divisão regional de 2017, utilizada para fazer os recortes do texto. No segundo, terceiro e quarto subcapítulo são apresentadas as principais características respectivamente da região de Araçatuba, Presidente Prudente e São José do Rio Preto bem como de sua cidade homônima, relacionando de forma sucinta com o meio técnico-científico-informacional.

No segundo capítulo é abordado o contexto histórico das centrais de abastecimento e sua implementação no Brasil. O primeiro subcapítulo versa sobre o advento da Companhia de Entrepósitos e Armazéns de São Paulo (CEAGESP). O segundo subcapítulo trata da relação entre a CEAGESP com os dois circuitos da economia urbana.

No terceiro capítulo é analisada a relação das unidades da CEAGESP de Araçatuba, Presidente Prudente e São José do Rio Preto com os circuitos espaciais de produção, ou seja, as etapas de produção até chegar ao consumidor final. No primeiro subcapítulo são analisadas as relações estabelecidas entre a CEAGESP e as atividades que fazem parte dos circuitos superior e inferior da economia urbana, como também a mediação existente entre os circuitos espaciais de produção hortifrutigranjeira. No segundo, terceiro e quarto subcapítulo são abordadas, respectivamente, as relações entre as unidades da CEAGESP de Araçatuba, Presidente Prudente e São José do Rio Preto com os circuitos espaciais de produção. Neste item se encontram os dados sistematizados e analisados da pesquisa de campo e uma breve explanação sobre os dois circuitos da economia urbana.

1. ÁREA ESTUDADA NO CONTEXTO DO MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL

De acordo com Santos (1994), o espaço é constituído por fluxos de níveis variados, vastos e com distintas orientações. Há fluxos hegemônicos e hegemonzados, isto é, fluxos mais rápidos, com maior eficiência, e fluxos vagarosos. O espaço global, segundo o autor, é estabelecido por fluxos e objetos. “A escala dos fluxos materiais e imateriais é tanto mais elevado quanto seus objetos dão prova de maior inovação” (SANTOS, 1994, p. 26).

Santos (1985) salienta as conquistas árabes na história dos países subdesenvolvidos, contudo tal influência foi limitada, em razão da rusticidade do transporte, o que induziu a estruturação virtual das colônias, onde as cidades eram instrumentos que faziam a conexão entre as nações conquistadoras e seus espaços conquistados. Logo o comércio se apoiou no excedente da produção agrícola. O período que o autor denomina de período do comércio em grande escala (final do século XV até 1620 aproximadamente) é marcado pela substituição da agricultura como elemento fundamental do sistema pelo aumento da capacidade de transporte, resultando na ampliação do comércio que, por conseguinte, estimula a manufatura de forma volumosa, “o comércio se torna motor da agricultura” (SANTOS, 1985, p. 25).

No período manufatureiro (1620-1750), segundo Santos (1985), as cidades, agora enriquecidas, passam a concentrar suas atividades na manufatura. O terceiro período, nomeado de período da Revolução Industrial (1750-1870) é marcado por grandes transformações, já que a industrialização proporcionou grande aumento da produtividade. O quarto período, denominado de industrial (1870-1945), é marcado pelo surgimento de novas tecnologias e é formado por uma nova organização, já que corresponde à segunda revolução industrial, onde nele ocorre a dissolução entre consumo e produção. O abandono das áreas rurais em países europeus não acarretou em problemas de abastecimento, mesmo com o aumento crescente da população urbana, já que era possível fazer importações de alimentos de lugares longínquos.

O quinto período, intitulado de período tecnológico, “é o período da grande indústria e do capitalismo das grandes corporações” (SANTOS, 1985, p. 27), sua demarcação se dá através da tecnologia, que está acima de todos os outros elementos que constituem o sistema.

Com o aperfeiçoamento das comunicações e dos transportes

[...] a instalação de inovações induzidas já não depende, no presente período, do papel de centros existentes no próprio país. Por outro lado, esses centros podem receber inovações incorporadas independentemente da criação ou da expansão da área de inovação induzida. O aumento da importância das inovações incorporadas

nos países de destino deixou de ter como condição uma expansão preliminar ou paralela de inovação induzida (SANTOS, 1985, p. 31).

Com o desenvolvimento das comunicações e dos transportes as inovações passaram a não ser mais dependentes dos centros existentes, ainda que tais centros recebessem as inovações.

A inovação é determinante para o crescimento económico e desenvolvimento das regiões e cidades nas economias avançadas. (...) a inovação reflete a capacidade de criar valor económico através da introdução de novos produtos no mercado, novos processos de produção, mudanças organizativas e práticas essenciais para a vantagem competitiva das empresas, indústrias e regiões (VALE, 2012, p. 18).

A agropecuária brasileira, até pelo menos os anos 1950, era arcaica, com elevado nível de concentração da propriedade da terra, forte vínculo com a economia agrário-exportadora e baixa eficiência na produção dos alimentos necessários ao abastecimento interno. A produção para o mercado interno passou a se tornar mais significativa somente depois da grande crise de 1929 e as inovações nos sistemas de produção da agropecuária nacional passaram a serem introduzidos em algumas áreas das regiões Sul e Sudeste do país a partir dos anos 1950, tomando expressivas no decorrer dos 1960 e 1970, com o forte estímulo oficial para que o pacote tecnológico da chamada “revolução verde” fosse incorporado, internalizando o chamado Complexo Agroindustrial (CAI).

Até o início dos anos 1960 as crises alimentares eram recorrentes, problema que se agravou nos anos 1950 com a intensificação dos processos de industrialização e urbanização. Pelo menos três grandes crises de abastecimento levaram o Estado brasileiro a adotar medidas visando reestruturá-lo: as crises alimentares de 1910, 1937 e 1962.

De acordo com Queiroz (2014) a primeira crise de abastecimento se deu em 1910, em razão da dificuldade de circulação, ao passo que havia restrições ao transportar produtos alimentícios para grandes centros urbanos brasileiros; como medida para superação houve a intervenção do Estado, resultando no surgimento do Comissariado de Alimentação Pública no ano de 1918, transformado em 1920 na Superintendência de Abastecimento; ainda foi adotada a política de preços mínimos, a concessão de isenção fiscal para alguns produtos, como: arroz, leite, milho e charque; a organização de cooperativas, bem como de feiras livres para que os produtores pudessem vender diretamente seus produtos, além da constituição da Delegacia Executiva da Produção Nacional.

Queiroz (2014) salienta que a segunda crise do abastecimento alimentar se deu na década de 1930, sendo consequência da crise econômica de 1929, que afetou vários segmentos em escala global, conforme Linhares e Silva (1979), a ingerência se deu pelo

governo federal em 1937, com o advento da Comissão Reguladora de Tabelamento, que investigava os mercados alimentícios, analisando preços, limitando lucros de atacadistas e varejistas e fiscalizando qualidade e quantidade da produção fornecida.

Conforme Serra (2013), a crise econômica dos anos 1930 teve grande impacto no comércio mundial, levando a seu aniquilamento, bem como a queda da oligarquia agrária brasileira.

De acordo com Queiroz (2014), em 1943 foi instituído, o Serviço Técnico de Alimentação Social e a Comissão de Financiamento da Produção; já em 1945, houve a criação da Comissão Nacional de Alimentação e a Comissão Nacional de Preços. E em 1947, houve o advento do Serviço Nacional de Alimentação.

A crise internacional só foi superada na década de 1950, quando foi estabelecido um novo modelo econômico no país, moldando a sua economia aos ditames do mercado externo. Foi instituído o modelo de substituição de importações, caracterizado pela “[...] busca e acumulação de capital internacional; incentivo a uma política de desenvolvimento do Complexo Agroindustrial (CAI), com a participação de capitais nacionais e internacionais” (SERRA, 2013, p. 17).

A terceira grande crise alimentar se instalou em 1962, em razão das dificuldades de circulação, mas diferente da primeira crise que decorria do transporte, esta se deu pelo problema dos produtos chegarem aos consumidores, conforme ressalta Queiroz (2014). Linhares e Silva (1979) apontam o surgimento da Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), da Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM) e da Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB). Queiroz (2014) ressalta que esta crise foi intensificada pela crise do Petróleo que teve impacto global em 1973. Conforme Linhares e Silva (1979), a terceira crise de abastecimento resultou na criação das centrais de abastecimento brasileiras no decorrer dos anos 1970.

No período entre o fim da Segunda Guerra Mundial e meados dos anos 1970, conforme Hespanhol (2010), ocorreu a redução da entrada de investimentos privados no país, em razão do impacto econômico negativo gerado pela primeira crise do petróleo ocorrida em 1973, logo a intervenção do Estado foi imprescindível para países subdesenvolvidos, de modo que seu objetivo não era oferecer serviços públicos básicos para a população, mas sim favorecer o processo de expansão econômica. Contudo, a partir de 1973, houve o esgotamento do ciclo expansivo da economia, o que culminou, no contexto global, no enfraquecimento da ação dos Estados nacionais e na ampliação do liberalismo econômico, tanto em países desenvolvidos como nos subdesenvolvidos.

Conforme Santos (1985), o denominado período técnico é marcado por um grande desenvolvimento da tecnologia para aplicá-la no processo produtivo e pela ampliação do trabalho intelectual, bem como pela expansão do capital em escala mundial, por conseguinte, a circulação se tornou central e relevante e a ciência ou o conhecimento passou a constituir uma força produtiva.

O advento do meio técnico-científico-informacional se deu após a Segunda Guerra Mundial, possibilitando o processo de integração do território, contudo, como Santos (2005) evidencia, o período técnico-científico-informacional só foi estabelecido na década de 1970, marcado pelo advento da ciência e técnica nos processos de remodelação do território, ao passo que as produções hegemônicas tinham necessidade de um novo meio geográfico para sua consecução, logo “a informação, em todas as suas formas, é o motor fundamental do processo social e o território é, também, equipado para facilitar a circulação” (SANTOS, 2005, p. 38).

Santos (2005) salienta que esse meio técnico-científico informacional foi responsável pela informatização do território, mediante investimentos maciços em infraestrutura. Lima e Simões (2010) ressaltam que no caso do Brasil, o Estado foi fundamental para o processo de desenvolvimento econômico, à medida que as atividades desenvolvidas entre 1950 e 1980 tiveram uma intervenção estatal fortíssima, ou seja,

O aparelhamento dos portos, a construção de estradas de ferro e as novas formas de participação do país na fase industrial do modo de produção capitalista permitiram às cidades beneficiárias aumentar seu comando sobre o espaço regional, enquanto a navegação, muito mais importante para o exterior, apenas ensejava um mínimo de contatos entre as diversas capitais regionais, assim como entre os portos de importância. Rompia-se, desse modo, a regência do tempo "natural" para ceder lugar a um novo mosaico: um tempo lento para dentro do território que se associava com um tempo rápido para fora. Este se encarnava nos portos, nas ferrovias, no telégrafo e na produção mecanizada (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 37).

No Brasil, segundo Santos (2005), alguns fatores devem ser evidenciados no período entre 1950 e 1980, o primeiro diz respeito ao desenvolvimento da configuração territorial. Seu desenvolvimento se deu através dos sistemas de telecomunicações e transportes, tal qual da produção de energia. O segundo fator a ser considerado é o aprimoramento da produção material, no caso brasileiro se tratou da produção agrícola e industrial, que sofreu com a mudança na estrutura de sua circulação e distribuição.

Hespanhol (2010) salienta que a descentralização orçamentária decorrente da Constituição Federal promulgada em 1988, atrelada à crise econômica dos anos 1980, somados ao neoliberalismo culminaram no desmantelamento do arranjo de planejamento do Estado brasileiro, ao passo que “os órgãos de planejamento regional foram extintos e os

recursos humanos a eles vinculados foram desvalorizados e realocados na máquina administrativa federal” (HESPANHOL, 2012, p. 313).

Lima e Simões (2010) evidenciam que o Estado brasileiro assumiu a responsabilidade pela produção e fornecimento de determinados bens e serviços ligados à ideologia pró-estatização concementes ao *mainstream* econômico acerca da questão regional. Por fim, o desenvolvimento de novas formas econômicas deve ser considerado, visto que não se tratou apenas do aperfeiçoamento das formas de produção materiais, mas também da expansão das formas de produção não-materiais, como educação, lazer, saúde, dentre outras, tratam-se de formas de consumo que se alastraram pelo território.

Também deve ser destacado que a globalização propiciou diversos avanços na infraestrutura das cidades e dos transportes, incidindo no avanço de novas atividades econômicas, com ênfase no setor de serviços no período técnico-científico-informacional, isto é, o setor de prestação de serviços foi modernizado, implicando no surgimento de concessionárias de automóveis, lojas de departamentos, lojas de eletrodomésticos, redes de supermercados e hipermercado, atacarejos, *Shopping Centers*, dentre outras atividades que culminaram na formação de circuitos da economia urbana mais complexos justapostos ao surgimento do período técnico-científico-informacional. De acordo com Santos (2005), neste período a informação se ampliou, ganhando nova profundidade, ou seja, a informação se tornou instantânea e os objetos foram dotados de conteúdo informacional, já o espaço se tornou fluído em razão dessa integração do território, fazendo com que fatores de produção, como mercadorias, trabalho, produtos e capital, ganhassem maior mobilidade.

A função das centrais de abastecimento, segundo a CEAGESP (2019), é proporcionar uma infraestrutura para que as agroindústrias, atacadistas, cooperativas, exportadores, importadores, produtores rurais e varejistas possam desenvolver suas atividades com serviços qualificados, eficiência e segurança. A CEAGESP possui a maior rede pública de armazéns e silos que são utilizados para o depósito e conservação de produtos agrícolas, além de graneleiros, isto é, locais que armazenam mercadorias a granel. Santos e Silveira (2006) destacam que o meio técnico-científico-informacional inseriu os círculos de cooperação em uma escala geográfica de ação mais vasta, em um grau de complexidade mais amplo, os fluxos se tornaram seletivos e intensos, já a circulação passou a regular a produção.

Conforme Santos (2000), a produção agrícola passou a receber influências de leis que regem aspectos da produção econômica, tendo à agricultura a necessidade de técnicas, informação e ciência. Isso culminou no surgimento das indústrias alimentares, que, conforme

Gazolla (2018), iriam induzir o consumidor a consumir produtos processados, ao passo que gozam de poder econômico e de políticas e estratégias de marketing.

Isto posto é possível aferir que as centrais de abastecimento podem ser consideradas indústrias alimentares, pois estipulam uma quantidade mínima a ser comercializada nessas centrais, ignorando que a produção hortifrutícola possui sazonalidade, e, por abastecerem mercados, atacados, redes de varejo, dentre outros, demandando ampliação de sua vida útil e, por conseguinte, maior processamento para manter a padronização e durabilidade.

Nos subseções subsequentes será abordado à divisão regional utilizada no trabalho, bem como uma breve contextualização histórica dos municípios estudados, atrelando ao surgimento do meio técnico-científico-informacional e como este afetou no setor de prestação de serviços.

1.1 Divisão regional de 2017

O território brasileiro pode ser analisado a partir da sua diferenciação, Santos e Silveira (2006) ressaltam que o território possui zonas de densidade e rarefação. As zonas de densidades dizem respeito à densidade do movimento das informações, dinheiro, pessoas e coisas, bem como das ações, essas densidades não são mais do que indicadores, podendo se constituir como objetos de superposição, sejam eles contínuos ou descontínuos, permanecendo na atualidade ou serem substituídos ao longo do tempo.

A maneira que o território é utilizado auxilia na ampliação da atividade produtiva, gerando efeitos sobre os espaços urbanos e rurais, bem como em aspectos ambientais, sociais, econômicos e políticos. De acordo com Santos (1985), o território é constituído por frações funcionais variadas que atuam através dos fluxos criados conforme as atividades, pessoas e a herança espacial. Segundo Santos (1994), a região não resulta da solidariedade orgânica e local, mas sim de uma solidariedade organizacional e controlada, tornando a cidade um lugar e uma região, já que possui um movimento regulado em sua organização espacial, que acaba por unir a cidade e sua urbanização, ainda que a história da cidade seja produzida através do urbano, também de suas formas, do que a cidade incorpora ou deixa de incorporar.

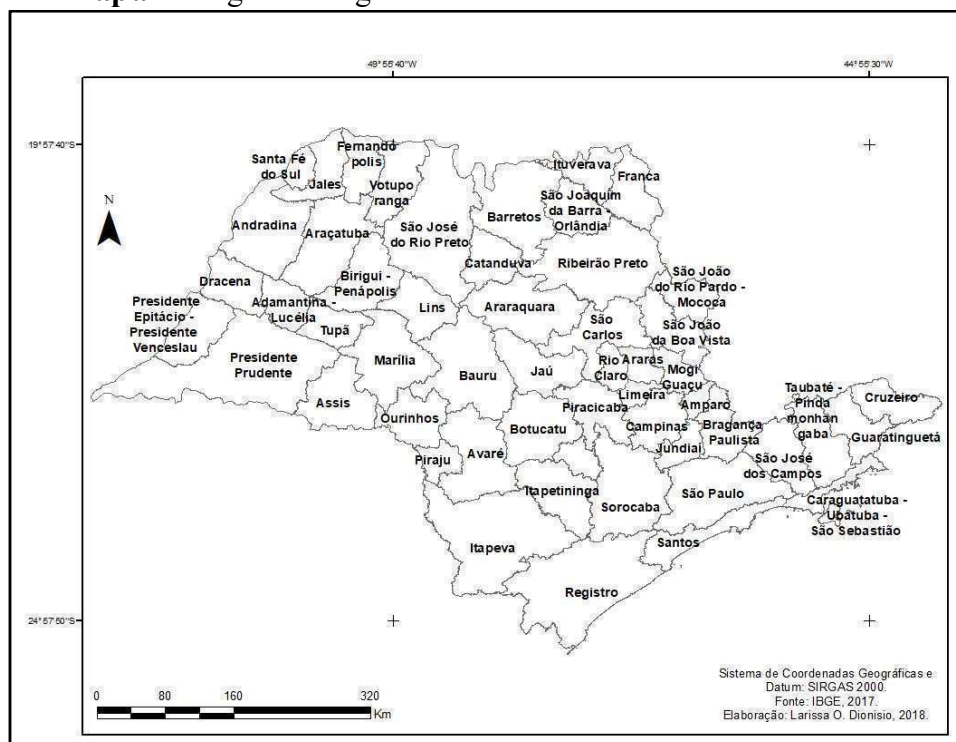
As microrregiões, segundo o IBGE (2017), foram definidas através da produção agropecuária, industrial, pesqueira e da extração de minerais, sendo elementos que constituem as mesorregiões, ainda que sejam utilizadas informações sobre o quadro natural e as relações sociais e econômicas particulares, “compondo a vida de relações locais pela possibilidade de

atender à população por meio do comércio de varejo ou atacado ou dos setores sociais básicos” (IBGE, 2017, p. 73), permitiram uma compreensão maior da estrutura produtiva, à medida que, como salienta Vale (2012), o conceito de inovação, principalmente tecnológica, é adotado para compreender os processos de transformação econômica das regiões, já que ambos estão conectados e se complementam bilateralmente.

Contudo, conforme Santos (1994), no âmbito regional ocorreu uma reorganização do espaço, redefinindo as diferenciações regionais, por conseguinte, arquitetando novas dinâmicas regionais, principalmente em países com desigualdades sociais acentuadas, transformando algumas regiões em regiões do fazer, sem possibilidade ou capacidade de comando, perdendo os parâmetros etimológicos da palavra *região*.

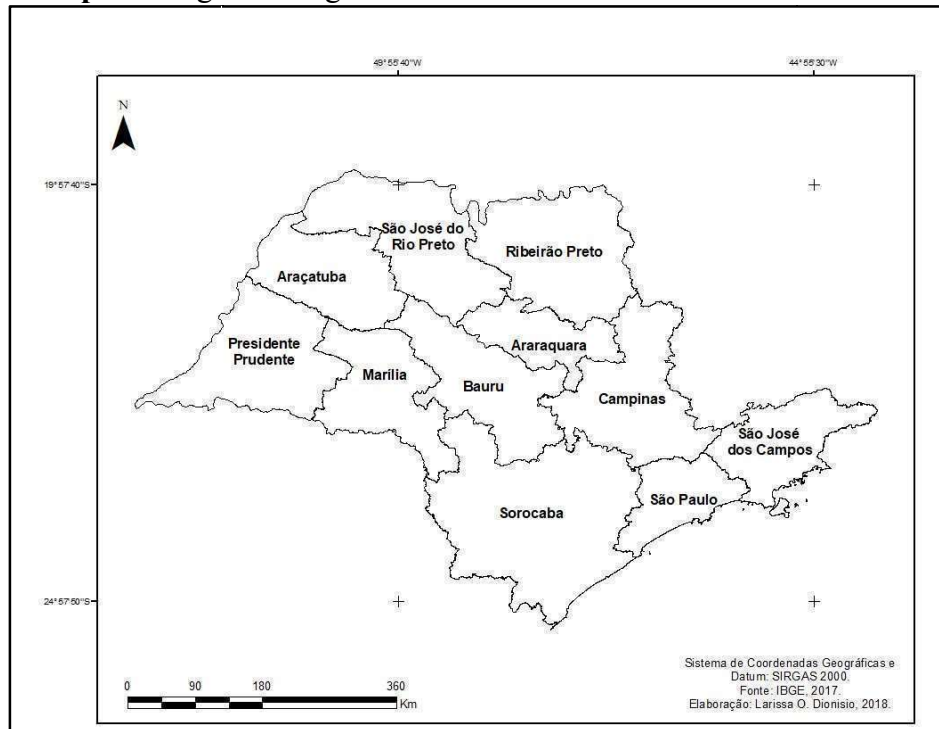
O IBGE propôs uma nova divisão regional para o território brasileiro no ano de 2017, o qual divide o território em regiões imediatas e intermediárias, conforme se verifica nos mapas 1 e 2 para o caso paulista. As regiões geográficas imediatas, como visto no mapa 1, utiliza a rede urbana como principal elemento de referência. Já as regiões geográficas intermediárias, conforme mapa 2, se apresentam como escalas intermediárias entre as unidades da federação e as regiões geográficas imediatas.

Mapa 1– Regiões Geográficas Imediatas do Estado de São Paulo.



Fonte: IBGE (2017).

Mapa 2– Regiões Geográficas Intermediária do Estado de São Paulo.



Fonte: IBGE (2017).

Silveira (2009) evidencia que a técnica informacional promoveu a constituição de um sistema técnico com tendência à unicidade, além de propiciar a circulação de informações inerentes a forma de trabalhar, possibilitando a movimentação de dinheiro especulativo em grandes quantidades.

Com a fluidez do espaço “a informação e as finanças passam a ser dados importantes, se não fundamentais, na arquitetura da vida social, o espaço total de um país, isto é, seu território enquanto suporte da produção em todas as suas instâncias equivale ao mercado.” (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 56).

Ainda deve ser ressaltado que, segundo Santos (2006), os subespaços não são capazes de produzir de forma satisfatória e rentável por si só, se fazendo necessária a combinação entre agentes econômicos e sociais e ações específicas, ou seja, “as ações hegemônicas se estabelecem e se realizam por intermédio de objetos hegemônicos, privilegiando certas áreas. Então, como num sistema de sistemas, o resto do espaço e o resto das ações são chamados a colaborar” (SANTOS, 2006, p. 166). Portanto os lugares são passíveis de serem diferenciados através da eficácia na disponibilização dos investimentos vantajosos, sejam eles técnicos, como infraestrutura e equipamentos, e organizacional, como impostos e leis locais, sendo relativos a um produto e não somente a um determinado lugar.

Corrêa (2016) salienta que a ação humana ocasionou a disparidade espacial, o que tornou a superfície não só diferenciada, mas também mais complexa, definindo assim a espacialidade humana, que se pauta na integração e diferenciação de áreas, resultado de processos espaciais que produzem formas e interações espaciais. Os processos espaciais se realizam através das formas espaciais, as formas podem ser compreendidas como “as criações humanas, materiais ou não, por meio das quais as diversas atividades se realizam. Receptáculo ou recipiente, pode ser um prédio, uma rua, um bairro, uma cidade, uma área agrícola.” (CORRÊA, 2011, p. 10). Tais processos terão um nível complexo de envolvimento e podem ser caracterizados como: divergência e convergência, refuncionalização e o papel da escala espacial.

No caso da convergência, os processos se confluem para arranjos espaciais semelhantes ou mesmo formas semelhantes. Já a divergência é caracterizada pela distinção das formas geradas por um mesmo processo, podendo ser de ocorrência mais regular que a convergência; exemplificando o processo, a divergência

[...] aparece ao se constatar que o processo de industrialização manifesta-se diferentemente em diversos locais. Assim, uma mineração de ferro, uma mina de calcário ou uma usina siderúrgica podem ser criadas em três locais distintos, enquanto em um quarto criam-se indústrias mecânicas. A escala de produção, a diferenciação dos lugares no que diz respeito aos recursos naturais, acessibilidade e mercados, podem gerar formas espaciais distintas em lugares diversos, porém integradas economicamente. Ressalta-se que na divergência entre processos e formas há ainda que se considerar o papel das elites locais e da tradição de uma força de trabalho qualificada para certas atividades. As relações envolvendo divergência são muito importantes na diferenciação do espaço, construindo em parte a divisão territorial do trabalho entre regiões e centros urbanos (CORRÊA, 2016, p. 130).

Como supracitado, na agricultura moderna, as cidades se constituem como lugar, bem como uma região, visto que suas frações possuem um movimento harmônico. Santos (2006) evidência que simultaneamente, percorrendo o território, há as forças centrípetas e centrífugas que atuam em diferentes níveis e escalas.

As forças centrípetas são resultados de “processos econômicos e sociais, e tanto podem estar subordinadas às regularidades do processo de produção, quanto às surpresas da intersubjetividades [...] Elas agem no campo, agem na cidade e agem entre cidades e campo” (SANTOS, 2006, p. 193). Ainda conforme o autor, as forças centrípetas são forças de agregação e convergência em que, tanto no campo quanto na cidade serão fatores de aglomeração e homogeneização, já entre o campo e a cidade, elas se constituirão como fatores de coesão.

Com a conjuntura do meio técnico-científico-informacional, Santos (2006) destaca que houve uma ampliação dos fatores de coesão entre campo e cidade, uma vez que a base da agricultura moderna é a ciência, a informação e a tecnologia, a qual requer um consumo produtivo, onde sua resolução se encontra na cidade próxima, reforçando a divisão interurbana do trabalho que irá aumentar a produtividade e a rentabilidade, reduzir os custos unitários e consolidar o conjunto de cidades.

Já as forças centrífugas são “um fator de desagregação, quando retiram à região os elementos do seu próprio comando, a ser buscado fora e longe dali” (SANTOS, 2006, p. 194). O autor menciona fatores que podem causar uma tensão local, sendo eles: as demandas de grandes indústrias, o comércio internacional, as necessidades do abastecimento metropolitano, bem como o fornecimento dos capitais dentre outras.

As forças centrífugas direcionam a um processo de verticalização, enquanto as forças centrípetas guiam a um processo de horizontalização, assim como são subordinadas as forças centrífugas, já que possuem escalas diferentes e dentro de cada área há que se considerar as escalas superiores, logo “a solidariedade intema ao subespaço, providenciada pelas forças centrípetas, está permanentemente perturbada pelas forças centrífugas e deve permanentemente ser refeita” (SANTOS, 2006, p. 194).

Santos (1994) salienta que a organização regional era estabelecida através de vínculo de energia, contudo foram substituídos por nexos de informação, portanto sua segmentação pode assumir dois recortes, sendo estes: as horizontalidades e as verticalidades. As horizontalidades são definidas através de espaços contínuos que se integram sem descontinuidade, já as verticalidades são espaços separados que garantem o funcionamento geral da economia e sociedade. Logo as cidades se constituem como um ponto de intersecção entre verticalidade e horizontalidade.

A tendência atual é no sentido de uma união vertical dos lugares. Créditos internacionais são postos à disposição dos países e das regiões mais pobres, para permitir que as redes se estabeleçam ao serviço do grande capital.

Nessa união vertical, os vetores de modernização são entrópicos. Eles trazem desordem aos subespaços em que se instalam e a ordem que criam é em seu próprio benefício. E a união vertical – seria melhor falar de unificação – está sempre sendo posta em jogo e não sobrevive senão à custa de normas rígidas.

Mas os lugares também se podem refortalecer horizontalmente, reconstruindo, a partir das ações localmente constituídas, uma base de vida que amplie a coesão da sociedade civil, a serviço do interesse coletivo (SANTOS, 2006, p. 194).

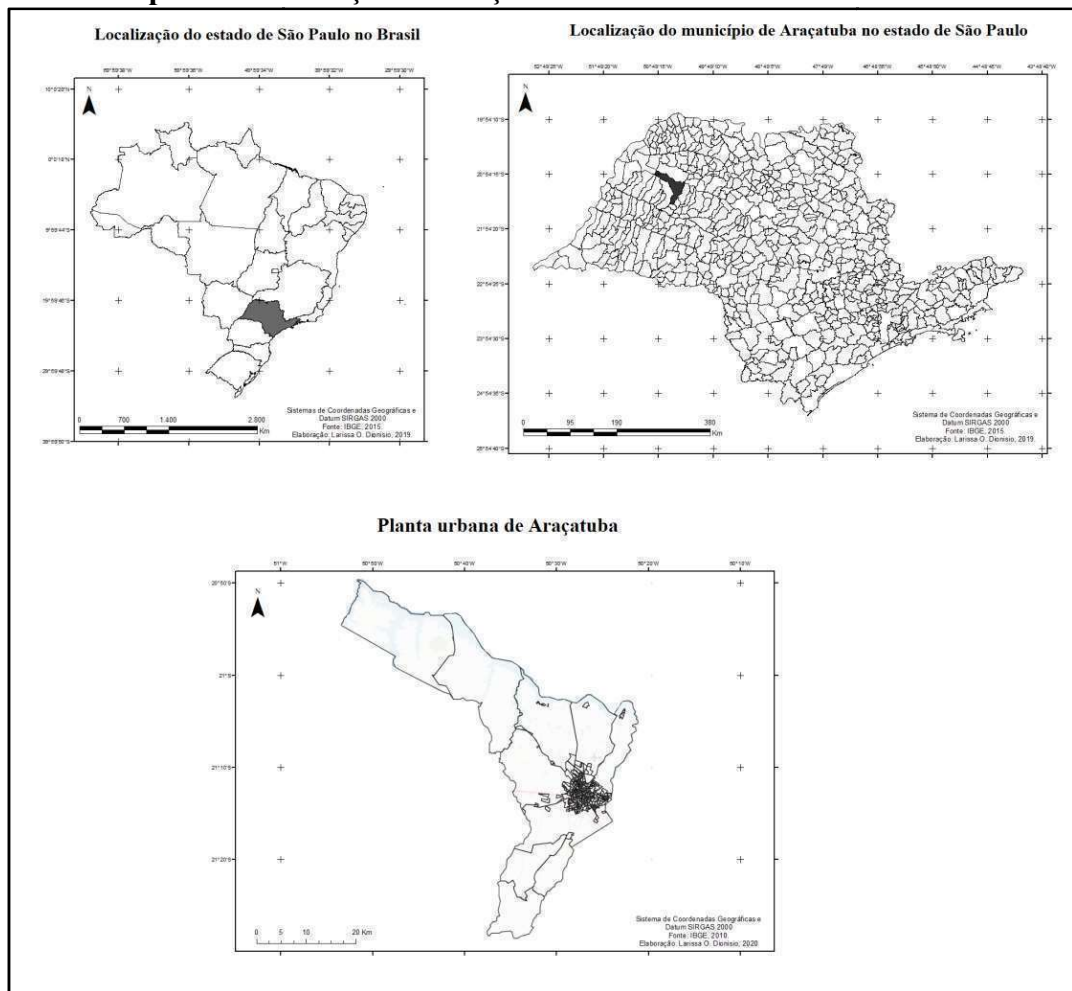
Dito isso, nas seções subsequentes os municípios de Araçatuba, Presidente Prudente e São José do Rio Preto serão caracterizados, visando apresentar de forma sucinta as suas

histórias e desenvolvimento atrelado a modernização promovido pelo meio técnico científico informacional no setor de serviços.

1.2 O município de Araçatuba

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), Araçatuba é um município que possui área de 1.167, 126 km². O município se localiza no interior do Estado de São Paulo, conforme mostrado no mapa 3.

Mapa 3 – Localização de Araçatuba no estado de São Paulo e Brasil

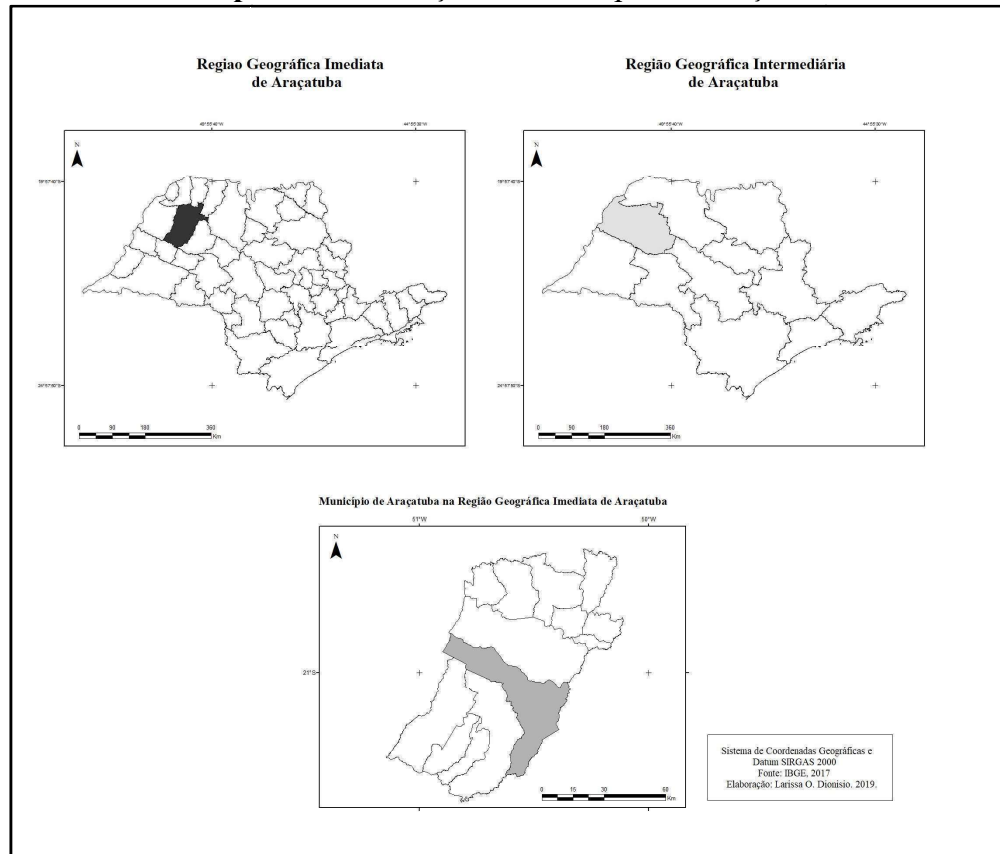


Fonte: IBGE (2015).

O município de Araçatuba, como se verifica no mapa 4, está localizado em uma região geográfica intermediária de mesmo nome, dividida em três regiões imediatas, que são: Araçatuba, Birigui/Penápolis e Andradina. Através da divisão territorial datada de 1997, o

município de Araçatuba é constituído apenas por seu distrito sede atualmente, com cerca de 195 mil habitantes, segundo dados do IBGE (2018).

Mapa 4 – Localização do município de Araçatuba



Fonte: IBGE (2017).

De acordo com Santos e Silveira (2006), a ideologia do crescimento econômico, consumo e do planejamento guiaram a reconfiguração dos espaços nacionais e, por conseguinte, a economia, política e sociedade. Para tal se fazia necessário integrar o território através de recursos modernos, logo a rede de transporte é ampliada no território, juntamente com a modernização das comunicações, portanto gerando maior fluidez do território; este fato se deu até aproximadamente a década de 1940, quando houve a expansão massiva das redes de portos e linhas ferroviárias, contudo tal expansão também foi acompanhada de profundas diferenças regionais.

Segundos dados do IBGE (2018) a fundação de Araçatuba esteve atrelada a construção da estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB), que fazia parte de uma política que promovia a interiorização do país. Em 02 de dezembro de 1908, os trilhos chegaram até o km 280, onde foi montado um acampamento, foi deste acampamento que surgiu a cidade de Araçatuba.

Antes de continuar com a história da cidade de Araçatuba é importante ressaltar dois conceitos, segundo dados do Museu Araçá (2019), *data* e *patrimônio* se distinguem na história da cidade, à medida que ‘*data*’ se trata do nome de terreno, isto é uma pequena porção de terra onde são construídas, lojas e casas; já ‘*patrimônio*’ é a denominação concernente a uma pequena povoação, no entanto Ghirardello (2002) salienta que a formação dos patrimônios no processo de expansão urbana paulista já não tinham mais influência religiosa, se constituindo através de uma lógica capitalista, isto é, através da compra e venda da terra urbana e não mais por doações de terras à Igreja, chamado de patrimônio religioso, logo os desenhos dos povoados no Noroeste Paulista eram orientados pela estrada de ferro, não havendo relação com o solo sagrado.

Conforme dados do Museu Araçá (2019), em 1909, já havia um pequeno núcleo de pessoas onde seria o futuro patrimônio de Araçatuba, esse núcleo de pessoas tinha relação com o grande proprietário de terras Dr. Augusto Elisio de Castro Fonseca e com o Coronel Manuel Bento da Cruz, havia ainda uma terceira figura que incentivou o incremento populacional, este foi Vicente Franco Ribeiro.

As terras de Araçatuba pertenciam a Augusto Elisio de Castro da Fonseca, que assinou as escrituras de venda das glebas. Na comarca de Araçatuba havia três grandes fazendas instaladas em: Andradina, Guararapes, Valparaíso. A povoação em si foi se ampliando de forma tênue, como a estação Ferro Noroeste do Brasil (NOB) era elemento central, a ampliação do povoado se deu centrada na estação ferroviária, com famílias que trabalhavam na estação principalmente, por donos dos primeiros estabelecimentos comerciais, representantes dos vendedores de terra e pessoas responsáveis pelo contato com os índios, raríssimos índios e medidores de terras. (MUSEU ARAÇÁ, 2019)

Segundo o IBGE (2010), no dia 02 de dezembro de 1908, com a chegada dos trilhos no km 280, foi deixado um vagão fixo que servia de estação provisória, onde foi montado um acampamento nas proximidades, deste acampamento nasceu à cidade de Araçatuba. Contudo só foi elevado a categoria de município com a Lei Estadual nº 1.812, de 8 de dezembro de 1921.

Segundo dados do IBGE (2018), o PIB *per capita* de Araçatuba foi de 37.521,17 reais, comparado a outros municípios no Brasil, Araçatuba ocupa a posição 816º, no estado de São Paulo sua posição é 149º, já em sua região geográfica imediata, ocupa o 2º lugar.

Para Santos e Silveira (2006), com o aumento do intercâmbio, ampliou-se também o terciário, em razão da necessidade de transporte, serviços públicos, bancos, serviços privados,

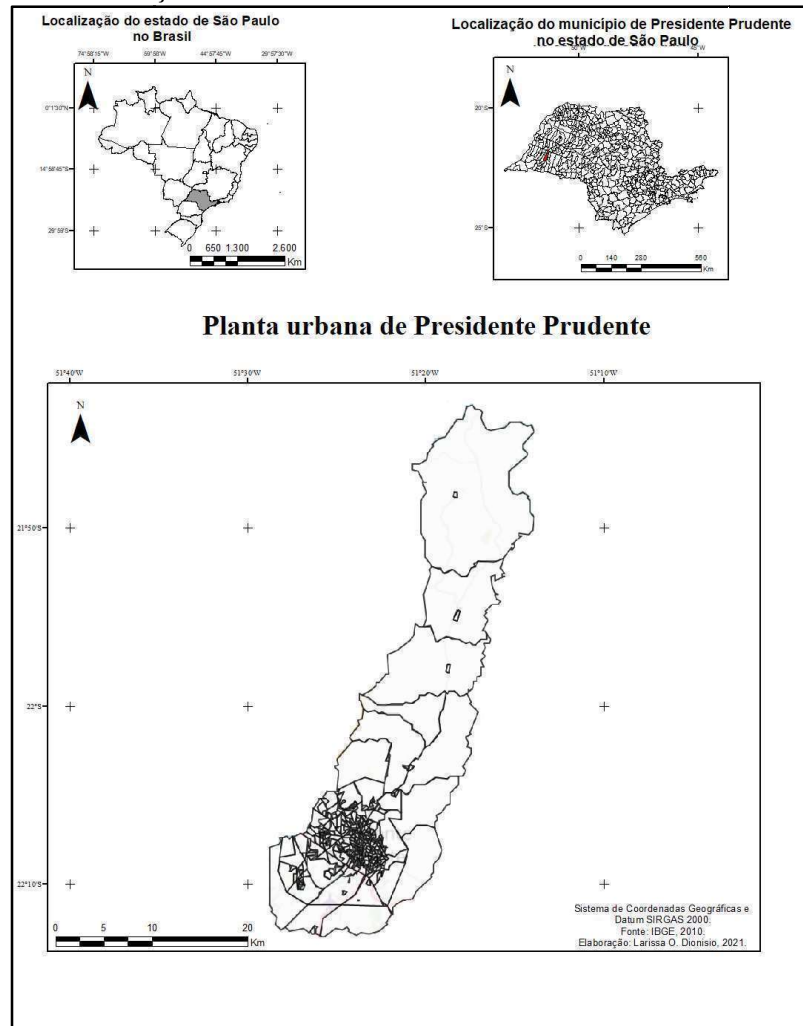
bem como de sua organização. Houve uma grande especialização territorial em alguns pontos do Sul e Sudeste, essa especialização se tratava da concentração de serviços considerados escassos. Mesmo com a industrialização, o país manteve uma condição de subdesenvolvimento principalmente pela disparidade regional, desigualdades e tendência ao empobrecimento de classes subprivilegiadas. De acordo com Santos (2006), a especialização funcional criou um cotidiano homólogo, resultado de interdependências que são determinadas horizontalmente. A informação que diz respeito ao trabalho irá se propagar mais fácil e agilmente, aumentando a produtividade a nível local; o autor considera que este processo “é visível em cidades que se especializam numa dada produção industrial ou de serviços” (SANTOS, 2006, p. 194).

Ainda deve ser ressaltado que, com a globalização, houve expressivos avanços na infraestrutura das cidades e dos transportes, resultando no desenvolvimento de novas atividades econômicas, com destaque no setor de serviços, Araçatuba se destaca no setor de serviço, no período técnico-científico-informacional, o segmento de prestação de serviços foi modernizado, contando atualmente com dois *Shopping Centers*, o Araçatuba Shopping, inaugurado em 1995, e o Shopping Praça Nova Araçatuba, inaugurado em 2014, que reúnem lojas de departamentos, conforme dados do *site* da Prefeitura de Araçatuba (2019), tais como: Lojas Americanas, Casas Bahia, Renner, Riachuelo, Kalunga, Polishop, dentre outras.

1.3 O município de Presidente Prudente

Segundo o IBGE (2018), Presidente Prudente é um município que está localizado no oeste do estado de São Paulo, sua área é de 560,637 km², o qual 16,560 km² estão em perímetro urbano, como se verifica no mapa 5.

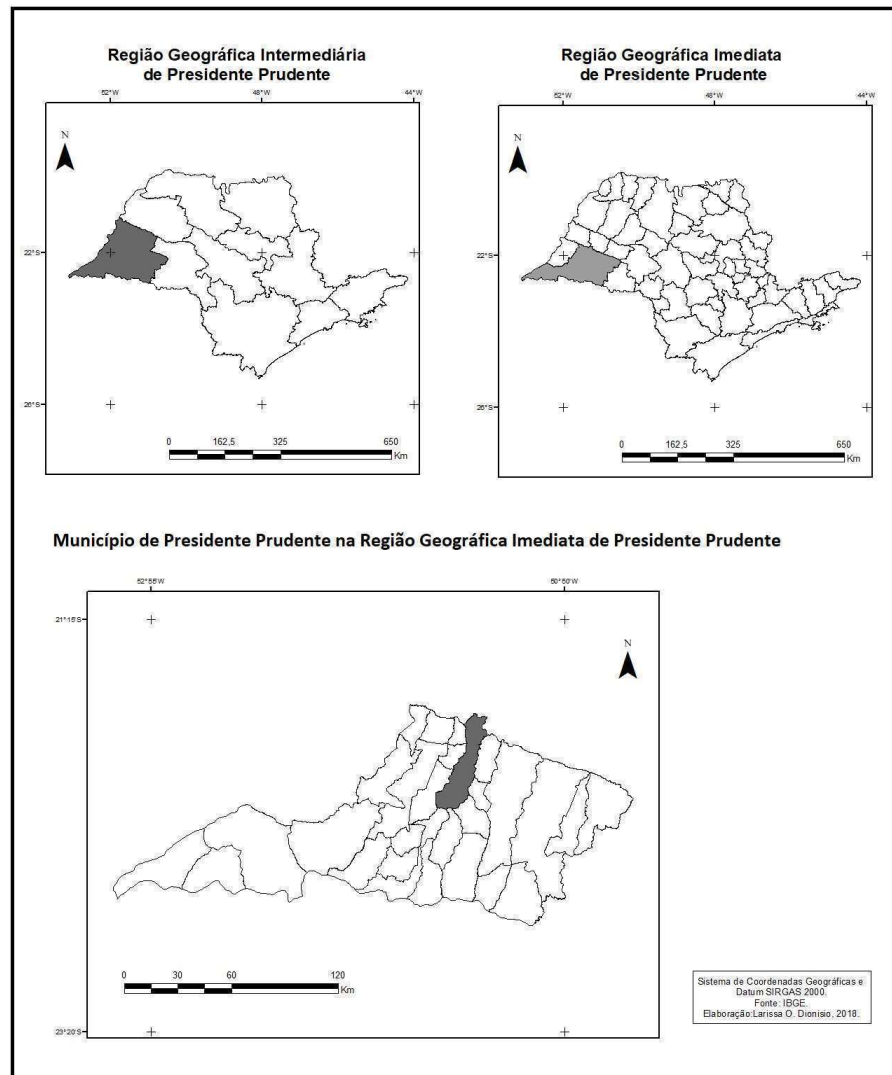
Mapa 5 – Localização de Presidente Prudente no estado de São Paulo e Brasil.



Fonte: IBGE (2010).

Conforme Mapa 6, a região geográfica intermediária de Presidente Prudente é constituída por quatro regiões imediatas, são elas: Adamantina/Lucélia; Presidente Prudente, Dracena e Presidente Epitácio/ Presidente Venceslau.

Mapa 6 – Localização do município de Presidente Prudente.



Fonte: Larissa O. Dionísio (2018, p. 18).

O município de Presidente Prudente ainda é formado pelo distrito sede e outros quatro distritos, sendo eles: Montalvão, Eneida, Floresta do Sul e Ameliópolis, contendo cerca de 225 mil habitantes, segundo estimativas do IBGE (2018).

De acordo com o Museu Municipal de Presidente Prudente (2018), os primeiros desbravadores da região foram mineiros, atraídos pelas terras que favoreciam a bovinocultura e suinocultura, já que até a metade do século XIX, a região do oeste do estado de São Paulo era pouco conhecida, o primeiro desbravador do sertão do Paranapanema foi José Teodoro de Souza.

A ocupação da região de Presidente Prudente, conforme Abreu (2001), se deu em meados do século XIX, sendo os primeiros desbravadores: José Teodoro de Souza, João da Silva de Oliveira e Francisco de Paula Moraes. O advento da cidade de Presidente Prudente

ocorreu a partir de dois latifúndios, os quais pertenciam a Francisco Paula Morais e João da Silva Oliveira. Abreu (2001) salienta que a cidade nasceu de dois núcleos urbanos, importantes para as vendas de terras que foi feita pelo Coronel Goulart e pelo Coronel Marcondes, constituindo um centro que conectava o povoado e o sertão, ou seja, um local propício para o abastecimento tanto de gênero alimentícios quanto de instrumentos de trabalho.

A primeira derrubada da mata virgem ocorreu em 14 de setembro de 1917, em 1918 já estava concluída a primeira planta da futura cidade, a qual continha traçados largos de ruas e avenidas e praças espaçosas. Em 1919 foi inaugurado o transporte de cargas e passageiros oficialmente pela Companhia Estrada de Ferro Sorocabana (IBGE, 2016).

O contexto da criação de Presidente Prudente foi a marcha do café no extremo Oeste Paulista, conforme Abreu (2001), resultado da implantação da Estrada de Ferro Sorocabana, contudo o principal elemento que levou ao povoamento da região foi a busca por solos propícios ao cultivo de café e a especulação com terras, por meios de loteamentos. Os núcleos urbanos tiveram seu advento como sustentação para a exploração econômica regional.

Em meados de 1920 ocorreu o auge da produção de café em Presidente Prudente, já em 1921 o município foi criado, ao passo que o nome derivou de uma homenagem a Prudente José de Moraes Barros, presidente do país entre 1894 e 1898.

A crise de 1929 provocou a decadência da produção cafeeira, decorrente da concorrência com outros países, sendo substituído pelo algodão, amendoim, arroz, batata, feijão e milho. A produção de algodão e amendoim levou a implantação de empresas estrangeiras nas cidades do oeste-paulista. Essa produção também serviu para ampliar o número de estabelecimento nos municípios, auxiliando o crescimento econômico¹.

Em 1940 houve o incentivo da pecuária, segundo dados do Museu Municipal de Presidente Prudente (2019), 44,7% das terras aproveitáveis da região constituíam-se de pastagens naquele ano, visto que ocorreu o desmatamento das áreas que ainda não haviam sido exploradas. Desta forma, a pecuária na região alcançou relevância significativa decorrente do desmatamento.

Em 1940, segundo dados do Museu Municipal de Presidente Prudente (2019), houve a transformação do núcleo urbano que tinha como principal propósito servir de suporte para a exploração agrícola, prestação de serviço e em centro comercial de beneficiamento de produtos agrícolas de toda a região, ratificando a tendência de se tornar a capital regional. No

¹ Museu Municipal de Presidente Prudente. Disponível em: <<<http://museu.presidentepudente.sp.gov.br/museu/historicomunicipalHistorico.jsp>>> Acesso em: 12 de jun. 2019.

ano de 1940, a população do município era de 12.637 habitantes na área urbana e 57.879 na área rural; em 1950, a população urbana alcançou 28.793 habitantes, um crescimento de 127%, já a população rural decresceu em virtude do desmembramento de Regente Feijó, Álvares Machado e Pirapozinho, reduzindo a população para 32.551 habitantes. Em 1960, a população era de 54.055 habitantes nas áreas urbanas, elevando para 91.1888 em 1970 e para 127.988 habitantes em 1980.

Em 1950, conforme dados do Museu Municipal de Presidente Prudente (2019), Presidente Prudente se tornou um relevante entroncamento rodoviário. O espaço rural foi incorporado à cidade, tornando-se mercadoria, isto é, o espaço rural convertido em urbano para possibilitar a expansão urbana decorrente do incremento das atividades comerciais, industriais e de serviços, o que levou ao crescimento demográfico e a consequente elevação do número de habitações.

Conforme Santos e Silveira (2006), o golpe de Estado, que ocorreu em 1964, auxiliou na internacionalização da economia, já que era influenciado pela guerra fria e acordos que asseguravam a entrada de capitais de forma mais segura, resultando na perda de importância das metrópoles costeiras diante das áreas de influência, haja vista que o novo sistema de transporte articulava o deslocamento para São Paulo e Rio de Janeiro, além das metrópoles costeiras não serem suficientes para ofertar bens e serviços às suas regiões.

Por essa razão os núcleos urbanos mais recentes ligaram-se diretamente a São Paulo. O antigo tipo de hierarquia desmoronou para dar origem a novas formas de dependência entre São Paulo e esses centros regionais e metrópoles incompletas. A industrialização e a produção agrícola mais moderna — concentradas no Sudeste — e o consumo — mais difuso que a produção, mas também concentrado — constituem o conteúdo mais visível do novo processo territorial. Acelera-se a tendência à disparidade estrutural de um espaço nacional já diferenciado, com a produção de uma situação em que se torna mais clara a existência de uma periferia e de um pólo (a “Região Concentrada”). Nesta, o fato paulista, que é único em todo o mundo subdesenvolvido, com a contigüidade entre a metrópole econômica e a área agrícola mais tecnicizada e dinâmica, ainda mais facilita o desenvolvimento do conjunto e aumenta ainda mais a força da cidade de São Paulo. Num período de ativa integração nacional, as desigualdades assim instaladas tendem a agravar-se cada vez mais. (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 46).

A modernização da agricultura tem seu marco nos anos 1970, já que ocorre o desenvolvimento “do capitalismo agrário, na expansão das fronteiras agrícolas e na intensificação dos movimentos dos trabalhadores volantes — os bóias-frias” (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 49), os trabalhadores volantes, conforme Santos e Silveira (2006), são definidos como trabalhadores que se envolvem em atividades agrícolas nos momentos de maior amplitude dessas atividades durante o ano, contudo também se resguardam ao trabalho no setor terciário enquanto as atividades agrícolas possuem pouca relevância no resto do ano.

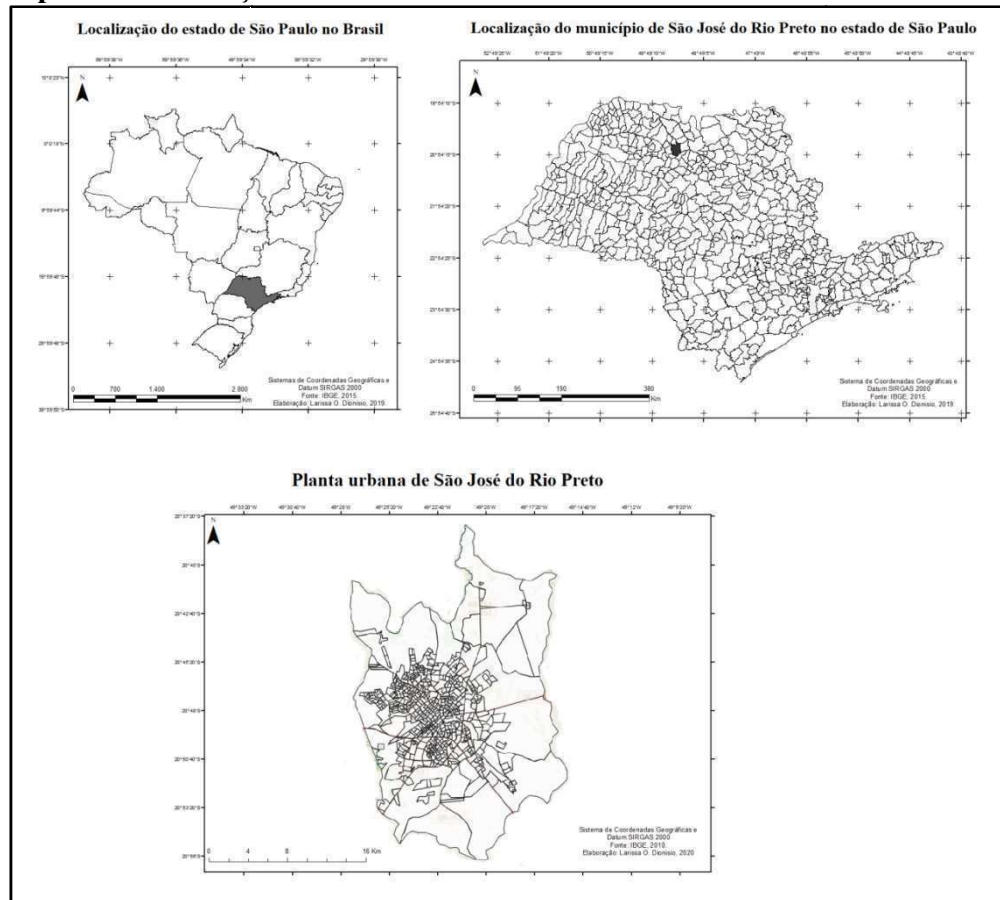
Presidente Prudente, conforme salienta Paulino (2001), é uma cidade com poucas indústrias, seu setor mais relevante é o de serviço, que gera maior possibilidade de empregos, o campo não utiliza sua capacidade de gerar condições dignas de sobrevivência através do trabalho familiar, moradia, renda e ocupação.

O advento do período técnico-científico-informacional foi responsável por uma modernização do setor terciário na cidade de Presidente Prudente, com a inauguração de *Shopping Centers*, como o Parque Shopping Prudente em 1986, e o Prudenshopping no ano de 1990. A instalação de lojas de departamentos e eletrodomésticos, como a Pernambucanas, Lojas Americanas, Magazine Luiza, dentre outras; e hipermercados, como o Carrefour, WalMart e Max Atacadistas, supermercados, tal qual o Estrela e o Econômico.

1.4 O município de São José do Rio Preto

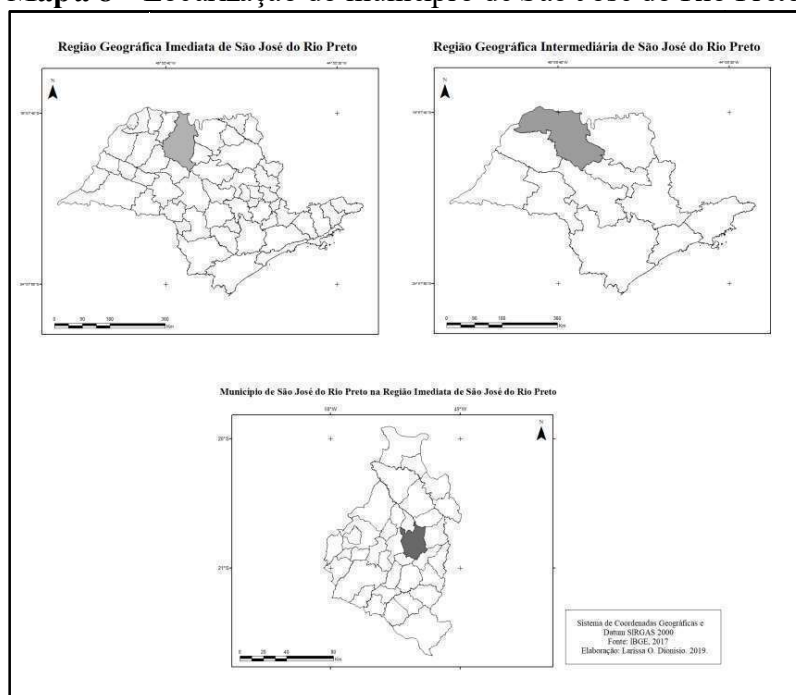
Segundo o IBGE (2018), São José do Rio Preto é um município localizado no interior do estado de São Paulo, sua área é de 431,944 km², o qual 119,48 estão em perímetro urbano, como se verifica no mapa 7.

Mapa 7 – Localização de São José do Rio Preto no estado de São Paulo e Brasil.



Fonte: IBGE (2015)

Conforme Mapa 8, a região geográfica intermediária de São José do Rio Preto é constituída por seis regiões geográficas imediatas, sendo elas: Catanduva, Fernandópolis, Jales, Santa Fé do Sul, São José do Rio Preto e Votuporanga.

Mapa 8 – Localização do município de São José do Rio Preto.

Fonte: IBGE (2017).

Segundo dados da Prefeitura de São José do Rio Preto, o município é formado pelos distritos de Engenheiro Schmitt, São José do Rio Preto e Talhado, se subdividindo em aproximadamente 360 bairros, loteamentos e residenciais, sua população, conforme o IBGE (2019) é estimado em 456.245 pessoas.

Segundo a prefeitura de São José do Rio Preto (2019), a história da cidade está ligada a desbravamento e ocupação do sertão brasileiro em 1840, visto que mineiros ocuparam a região para a exploração agrícola e criação de animais domésticos. Em 1852, Luiz Antônio da Silveira doou algumas terras, visando o surgimento de uma cidade, para o santo protetor, São José. Foi em março daquele ano que João Bernardino de Seixas Ribeiro reuniu moradores da vizinhança para erguer um cruzeiro e assim estabelecer uma pequena capela.

Em 1894, a lei nº 294 foi promulgada desmembrando São José do Rio Preto de Jaboticabal e o transformando em município. A origem do nome se deu pela combinação do padroeiro da cidade, São José e do rio que corta o município, cujo nome é Rio Preto, porém em 1946, a cidade teve seu nome reduzido para Rio Preto, apenas em 1945 que o nome original foi retomado.

Em 1912, com a chegada da Estrada de Ferro Araraquara (EFA), a cidade se tornou um importante polo comercial de concentração de mercadorias e de irradiação de materiais vindo da capital. Segundo Santos (1988), quanto mais avançadas às atividades agrícolas, maior o seu alcance, os transportes e as comunicações foram responsáveis por grandes

progressos nos países subdesenvolvidos, o trem foi responsável por ampliar os volumes comercializados, ainda que sejam mais rígidos e inflexíveis, contudo com automóveis e ônibus, os fluxos se intensificaram, em razão de sua maior flexibilidade, a modernização dos transportes propiciou a diminuição dos custos.

Com a modernização da agricultura na década de 1970, houve uma tendência ao desenvolvimento, ou seja,

Tudo cresce ainda mais, porém no mesmo sentido: uma produção industrial extrovertida, um maior endividamento, maior penetração de firmas estrangeiras, para as quais tudo é facilitado, ampliação das facilidades de circulação dentro do país e para os canais de exportação. Paralelamente agrava-se a tendência à concentração e à centralização da economia, assim como à concentração geográfica e à concentração da renda. (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 50).

Nesta década ainda houve um entrelaçamento entre a técnica e a ciência, diante disto “o território ganha novos conteúdos e impõe novos comportamentos, graças às enormes possibilidades da produção e, sobretudo, da circulação dos insumos, dos produtos, do dinheiro, das idéias e informações, das ordens e dos homens” (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 53).

Segundo Santos (1994), com a agricultura moderna, as cidades se tornaram pontos de intersecção entre horizontalidade e verticalidades, ao passo que as horizontalidades compreendem as áreas produtivas, ou seja, conjuntos urbanos-rurais, regiões agrícolas e cidades, já as verticalidades compreendem os sistemas urbanos, dando conta da produção, isto é, circulação, distribuição e consumo, se constituindo propagador de uma vasta cooperação inexorável. De tal modo o campo modernizado é dominado por “um processo de regulação que é comandado pelas forças de mercado hegemônicas, deixando pouca margem às formas, mais precárias, de regulação local ou desregulação pelo poder público, não importa o seu nível” (SANTOS, 1994, p.47).

Através da difusão técnico-científica-informacional no agronegócio, surgiram novas dinâmicas que organizam o espaço, como também novas regiões produtivas, ou seja, “a reestruturação da agropecuária resulta da difusão do agronegócio globalizado pelo Brasil. Esse processo explica as novas dinâmicas socioespaciais e a formação de novas regiões produtivas, responsável pela reestruturação do espaço agrícola, urbano e regional pelo país.” (SOUZA, 2020, p.929). Sob ótica da região, o agronegócio pode ser compreendido como segmento que “expressa às relações dos diversos setores da economia sob a mobilização do produto agrícola operado pelos capitais agropecuário e industrial.” (SOUZA, 2020, p. 929)

Desta forma, Santos (1994) salienta que o campo se torna o *locus* do capital hegemônico, visto que as horizontalidades têm em sua base material a ciência, informação e

técnica, já a cidade passa a resistir à difusão do capital novo, constituindo-se como lugar de associação de diferentes capitais e trabalhos, possibilitando o comportamento econômico e social diferenciados.

Com a modernização do campo, a oferta e demanda de bens e serviços também necessitam mudar seus mecanismos, ou seja,

À medida que o campo se moderniza, requerendo máquinas, implementos, componentes, insumos materiais e intelectuais indispensáveis à produção, ao crédito, à administração pública e privada, o mecanismo territorial da oferta e da demanda de bens e serviços tende a ser substancialmente diferente da fase precedente. Antes, o consumo do campo e das localidades propriamente rurais era, sobretudo, um consumo consumptivo, tanto mais expressivo quanto maiores as sobras disponíveis, estas sendo função da importância dos rendimentos e salários, e, pelo contrário, tanto menos expressivo quanto maior a taxa de exploração, mais extensas as formas pré-capitalistas, mais significativo o coeficiente de auto-subsistência. Com a modernização agrícola, o consumo produtivo tende a se expandir e apresentar uma parcela importante das trocas entre os lugares da produção agrícola e as localidades urbanas (SANTOS, 1994, p. 74).

Segundo dados do IBGE (2018), o PIB per capita de São José do Rio Preto, foi de 38.449,70 reais, portanto comparado a outros municípios do Brasil, São José do Rio Preto ocupa a 778ª posição, no estado de São Paulo fica na posição 140ª e em 5ª em sua região geográfica imediata. O setor menos relevante de São José do Rio Preto é a agropecuária, já o mais relevante é o de serviços. O município possui seis *Shoppings Centers*, o mais antigo foi inaugurado no ano de 1989, sendo ele o Riopreto *Shopping Center*, seguido da inauguração do Praça Shopping, inaugurado em 1998. Os Shoppings Plaza, Iguatemi, Cidade Norte e Lake Center foram inaugurados a partir dos anos 2000.

Desta maneira, em paralelo ao surgimento do período técnico-científico-informacional ocorreram avanços na estrutura das cidades e dos transportes, culminando na modernização do setor de prestação de serviços, o que, por sua vez, acarretou na formação de circuitos mais complexos da economia urbana. Por meio da informação e da técnica o território é dotado de fluidez, resultando em maior mobilidade de mercadoria, pessoas e capital.

Para a compreensão dessa mobilidade e fluidez, é de fundamental importância compreender a organização espacial, a divisão regional e sua relação com o meio técnico-científico informacional. O meio técnico-científico-informacional promoveu uma ampla ligação entre campo e cidade, já que a agricultura moderna tem como base a ciência, necessitando das cidades para que sua produção seja comercializada, as centrais de abastecimento fazem a ligação entre produção, distribuição e consumo, conectando regiões onde houve a produção com cidades que farão a distribuição dos produtos hortifruitegranjeiros, ainda deve ser destacado que as centrais de abastecimento se ligam ao

meio técnico-científico-informacional não só pela inovações das técnicas, contudo também pela banalização da tecnologia, a medida que precisam da produção para seu funcionamento e organização, mas sem considerar a sazonalidade ou vida útil, implementando demandas que para serem supridas necessitarão de um maior processamento da produção hortifruti-granjeira.

2. AS CENTRAIS DE ABASTECIMENTO

Nesta seção será abordado o advento das centrais de abastecimento no Brasil, com foco na Central Estadual de Abastecimento Sociedade Anônima (CEASA), na subseção posterior faz-se a abordagem apenas da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo (CEAGESP), como também sua contextualização histórica.

O espaço é uma combinação entre a configuração territorial, a paisagem e a sociedade, também sendo constituído por fixos e fluxos (SANTOS, 1988). Fixos são elementos fixados em cada lugar, propriamente os instrumentos de trabalho e as forças produtivas, já os fluxos são os movimentos, dando conta dos fenômenos de distribuição e consumo. Através da interação dos fixos e dos fluxos é possível fazer a análise de categorias clássicas – Circulação, distribuição e consumo. Entretanto, atualmente, os fixos se tornaram mais artificiais e fixados no solo, enquanto os fluxos são mais variados, rápidos e numerosos. (SANTOS 1988; SANTOS 2006).

Segundo Santos (1988) o estudo dos fluxos é complexo à medida que há a falta de dados, no entanto o estudo dos fixos permite uma perspectiva mais pragmática, visto que se trata da análise de objetos fixados, isto é, localizados; além de cada fixo possuir características técnicas e organizacionais, possuindo um fluxo particular, graças a isso, não apenas se constitui como objeto técnico, mas também como objeto social. Os fixos e fluxos não só interagem como se alteram proporcionalmente. Assim sendo, no final dos anos 1960, o Governo Federal visava instituir uma nova forma de organizar a comercialização de produtos hortifrutigranjeiros, por meio da implantação de plataformas logísticas de comercialização, sendo criada a Central Estadual de Abastecimento Sociedade Anônima (CEASA). No entanto, foi somente nos anos de 1970, que o novo modelo de comercialização passou a ser implementado em larga escala.

Segundo dados da Associação Brasileira de Consultores Empresariais - ABRACEN (2011), apresentados no Quadro 1, entre os anos de 1970 e 1974 foram implementadas 10 centrais de abastecimento no Brasil, durante a vigência do I Plano de Desenvolvimento Nacional (I PND).

Quadro 1 – Anos e cidades nas quais foram instaladas as primeiras centrais de abastecimentos no Brasil

Anos	Cidades
1972	Brasília – DF; Fortaleza – CE; Recife – PE; Rio de Janeiro – RJ; São Gonçalo–RJ
1973	Aracaju – SE; Porto Alegre – RS; Salvador – BA
1974	Belo Horizonte – MG; João Pessoa – PB

Fonte: Abracen, 2011.

Entre 1975 e 1979, no período de vigência do II Plano Nacional de Desenvolvimento, foram instalados 19 entrepostos da CEASA, conforme Quadro 2.

Quadro 2– Anos e cidades nas quais foram instaladas unidades da CEASA entre 1975 e 1979

Anos	Cida des
1975	Belém – PA; Campinas – SP; Goiânia – GO; Maceió – AL; Natal – RN
1976	Campina Grande – PB; Curitiba – PR; Teresina – PI
1977	Mossoró – RN; São Luís – MA; Vitória – BA
1978	Anápolis – GO; Florianópolis – SC; Foz do Iguaçu – PR; Novo Hamburgo –RS
1979	Campo Grande– MS; Campos dos Goytacazes– RJ; Juiz de Fora – MG

Fonte: Abracen, 2011.

Já na década de 1980, a fase de implementação das CEASAs estava quase finalizada, no entanto, ainda foram implantadas as unidades de Cascavel e Londrina, no estado do Paraná, de Caxias do Sul, no Rio grande do Sul, e de Macaé, no estado do Rio de Janeiro.

Nos anos 1990, ocorreram às privatizações e a redução da presença do Estado, as CEASAs passaram a ser de responsabilidade dos estados e municípios, permanecendo assim até os dias atuais. As exceções foram a CEAGESP, no Estado de São Paulo e a CesaMinas, no Estado de Minas Gerais, que continuam federalizadas.

De acordo com Santos (2005), em 1940, as diferenças entre as regiões não eram significativas; já em 1960, o Sudeste se encontrava mais modernizado, demonstrando expansão em seu processo de urbanização; em 1980, o Sudeste já se mostrava preeminente frente às demais regiões, demonstrando sua dominância, ou seja, “a diferença entre as taxas de

urbanização das várias regiões está intimamente ligada à forma como, nelas, a divisão do trabalho se deu, ou seja, em outras palavras, pela maneira diferente como foram afetadas pela divisão inter-regional do trabalho” (SANTOS, 2005, p. 69). Logo, é imprescindível a incorporação de inovações materiais e sociais, ao passo que são diretamente proporcionais a expansão do processo de desenvolvimento.

Conforme Arroyo (2012), São Paulo foi imprescindível na divisão territorial do trabalho, visto que promoveu a ampliação das atividades econômicas ao concentrar investimentos públicos e privados; tais atividades econômicas tiveram o papel de acelerar a construção de sistemas de engenharia, os quais lhe serviram como base material. Santos (1994) ainda destaca que São Paulo herdou novas relações internacionais através das novas relações cidade-campo, bem como interurbanas, houve ainda o papel de aglomeração que influenciou seu desenvolvimento, tornando São Paulo a metrópole das metrópoles brasileiras. As diferenciações territoriais foram representadas no interior do estado e foram exibidas na esfera das trocas comerciais, de modo que

[...] não se pode negligenciar o fato de certas regiões tomarem-se muito mais atrativas que outras, em razão da importância crescente que tomam as novas tecnologias de informação e de comunicação. Com efeito, a presença de infraestrutura de telecomunicação tende a constituir uma vantagem específica para os territórios particularmente bem equipados (MAILLAT, 2002, p. 10).

As regiões Sul e Sudeste apresentavam uma dinâmica econômica diferenciada das demais regiões do país, à medida que as suas redes urbanas eram muito mais desenvolvidas, visto que exibiam um processo de aceleração da divisão territorial do trabalho, por meio da interação entre as cidades, houve forte incentivo para alcançar um novo nível de divisão internacional do trabalho, integrando a área denominada por Santos (2005) como região concentrada.

Santos (1994) ressalta que os fatores que influenciaram na organização do espaço, no estado de São Paulo foram à expansão da agroindústria, as novas localizações industriais e a substituição de culturas que se tornaram extensas e rápidas. “A partir do sistema urbano preexistente, as superposições verificadas trouxeram mudanças substanciais quanto à forma, ao tipo e à intensidade das relações, criando um novo espaço e um novo sistema urbano, ambos redefinidos” (SANTOS, 1994, p. 126).

Com a difusão mais rápida de informações, proporcionada pelo meio técnico-científico-informacional, há um aumento na produtividade local. Santos (2006) destaca que com a especialização funcional dos subespaços, houve uma tendência a criação de um cotidiano mais homólogo, em razão das interdependências que se estabeleceram

horizontalmente; nas cidades, essa especialização se tornou visível através da produção industrial ou de serviços, já no campo, com a difusão acelerada das informações, o campo passou a ter áreas voltadas à produção de um ou mais produtos agrícolas combinados.

Conforme Santos (2006), surgiram áreas especializadas nas quais a produção de determinado produto é mais vantajosa, o que ampliou a necessidade de maior intercâmbio em espaços mais vastos, incrementando, assim, a circulação de mercadorias e pessoas entre as diferentes regiões do estado. Linhares (1981) ressalta que já no século XIX, havia o impasse com relação aos transportes, já que este tinha vínculo estreito com o sistema produtivo dominante. A especialização produtiva foi favorecida pela modernização da comunicação e dos transportes.

Antes dessa possibilidade, a maioria das regiões produzia quase tudo de que necessitava para sua reprodução; produzia-se quase tudo em todos os lugares; vivia-se praticamente em autarquias. Hoje, assistimos à especialização funcional das áreas e lugares, o que leva à intensificação do movimento e à possibilidade crescente das trocas. Por isso crescem não só as grandes cidades, mas também as cidades médias. Quanto maior a inserção da ciência e tecnologia, mais um lugar se especializa, mais aumenta o número, intensidade e qualidade dos fluxos que chegam e saem de uma área (SANTOS, 1988, p. 57).

Portanto, as regiões não precisariam mais produzir tudo para sua subsistência e manutenção, se especializando. De acordo com Santos (1988), com os meios mais eficientes e ágeis de transporte, é possível trazer o que se necessita de qualquer ponto do país ou do planeta, isso possibilitou a conexão dos centros de comando, já que algumas etapas da produção de produtos agrícolas estão dispersas espacialmente, ou seja, o comando dos circuitos está em poucos lugares.

A modernização dos transportes foi de suma importância para a especialização dos lugares, ao passo que, segundo Silva (2013), permitiu a ramificação espacial da produção hortifrutícola, visto que será interpretada sob a ótica da divisão territorial do trabalho, havendo um acréscimo no valor do contexto dos circuitos espaciais de produção, isto é, das etapas que a produção passa até chegar ao consumidor final.

A própria modernização dos transportes influenciou na redução do custo e do tempo para fazer o transporte de mercadorias e pessoas. Tais fatores tiveram ampla influência na produção, de modo que uma área já não precisaria produzir tudo para sua manutenção, permitindo, segundo Harvey (2004) ajustes da localização do consumo e da produção. Conforme Santos (1988), a redução do preço dos transportes acarretou em uma relação inversamente proporcional ao aumento da qualidade, diversidade e quantidade.

Santos (1994) ainda salienta que a presença de indústrias agrícolas não urbanas geralmente hegemônicas modificou o sistema urbano, à medida que possuem elevada

capacidade de adaptação e grande força de transformação de seu ordenamento, por possuírem o poder de transformação institucional e mudança tecnológica frente ao Estado, alterando a disposição da sociedade e da economia. Tais indústrias ainda possuem uma maior capacidade de inovação do que as demais, implicando em tensões abundantes e de maior alcance, o autor ressalta que se trata de pulsações que se estabelecem no território e são oriundas de grandes firmas.

Atualmente, as CEASAs são empresas mistas, ou seja, “é uma rede gerida publicamente, mas operada pela iniciativa privada [...] trata-se do sistema de abastecimento representado pelas Ceasas brasileiras” (CUNHA; CAMPOS, 2008, p. 2). Sua atuação compreende a comercialização de produtos hortifrutigranjeiros, de acordo com Cunha e Campos (2008), tais centrais são responsáveis pela supervisão da qualidade e pela constituição dos preços no mercado hortifrutigranjeiro, ou seja, “é uma rede gerida publicamente, mas operada pela iniciativa privada com mais de 10 mil empresas diretas envolvidas. Trata-se do sistema de abastecimento representado pelas Ceasas brasileiras” (CUNHA; CAMPO, 2008, p. 2).

As CEASAs tinham como objetivo propiciar a comercialização direta entre produtores primários e consumidores finais, contudo, de acordo com Vedana (2012), em São Paulo e Rio de Janeiro parte expressiva da comercialização é feita por atravessadores, ou seja, agentes econômicos que produzem movimento. Santos (1994) ressalta que há dois tipos desses agentes: os que criam fluxos e os que criam massa, isto é, este último produz volume, mas não consegue transformá-lo em fluxo, já que não basta apenas produzir, sendo necessário, portanto, colocar a produção em circulação, em outras palavras é a produção que se adéqua a circulação. Anjos e Becker (2014) salientam que até meados dos anos de 1970, o atravessador era figura presente na comercialização, ao passo que ao comprar do produtor, facilitava o acesso dos produtores familiares aos mercados locais.

Santos (2008) enfatiza que os intermediários, atacadistas ou donos de caminhão, faziam a ligação entre a demanda e a oferta, que não ocorria concomitantemente nem em quantidade, nem em qualidade, quanto mais no tempo. Logo o intermediário tinha privilégios e uma posição estratégica no abastecimento, o que incorria na especulação, já que era o único a dispor de crédito bancário para realizar compras diretas.

Ainda que a figura do intermediário seja muito presente, as CEASAs são relevantes para a segurança alimentar, visto que facilitam a circulação de produtos hortifrutigranjeiros e promovem o acesso a uma diversidade de alimentos para diferentes estratos da população, ao passo que, conforme Galeazzi (1996), um sistema alimentar adequado apresenta eficiência em

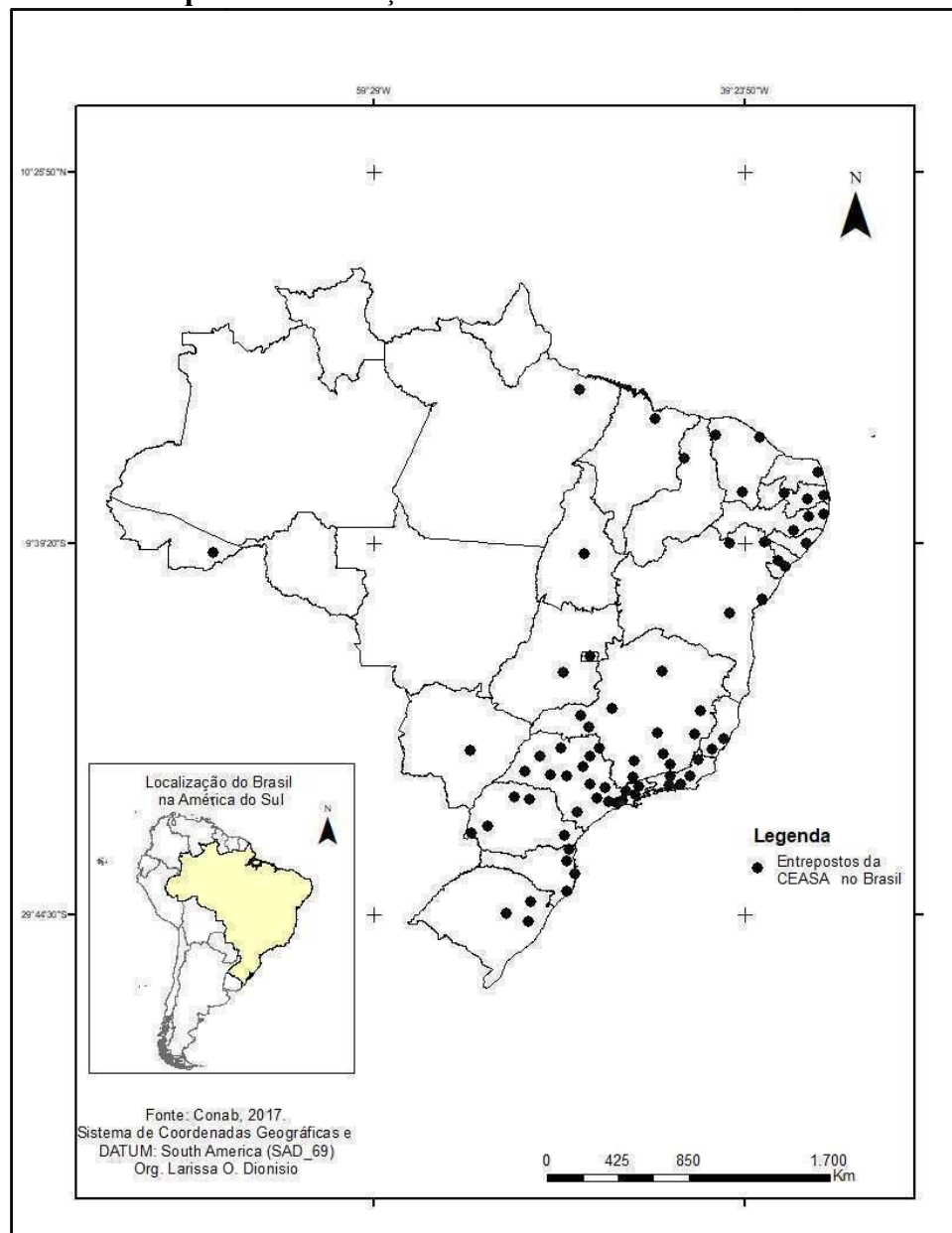
disponibilizar e satisfazer a demanda das necessidades alimentares básicas dos segmentos que, por problemas de renda, não conseguem transformá-la em demanda de mercado.

De acordo com Santos (1988), o que introduz as agroindústrias, ou seja, atividades modernas, com necessidades cada vez maiores de tecnologia, informação e capital, bem como altos lucros, vinculados a grandes centros com elos essencialmente extralocais, é a produção direta local, que vai assegurar uma lógica extralocal.

Santos e Silveira (2006) salientam, que o processo de criação de fluidez é desigual e seletivo em países com grande extensão territorial e diferenciação de renda, à medida que apenas as regiões que se dedicam ao comércio distante e a exportação têm preferência aos equipamentos, originando áreas com maior densidade de serviços, ou seja, espaços de fluidez, enquanto outros espaços que apresentam atividades mais simples e voltadas, sobretudo, ao local e regional, isto é, a circulação em pequena escala, constitui-se espaços de viscosidade.

Como se verifica no Mapa 9, a maioria dos entrepostos atacadistas se concentra nas regiões Sul e Sudeste, evidenciando o desenvolvimento desigual das regiões. Dentre os 73 entrepostos atacadistas no Brasil, 49% se situam na região Sudeste e 26% na região Nordeste, 17% na região Sul e 4% no Norte e Centro-Oeste, de acordo com a CONAB. As infraestruturas adotadas para o escoamento da produção se concentraram principalmente em regiões com maior possibilidade de circulação fluida que possibilitem a distribuição em escala comercial, geralmente onde há maior rentabilidade e que também assegurem seu escoamento para o estrangeiro.

Ainda deve ser destacada a fluidez do espaço, como evidenciam Santos e Silveira (2004), através das finanças e informações, elementos fundamentais no espaço de um país, a fluidez será dotada com novas perspectivas, assim sendo o território se constitui como suporte da produção, se igualando ao mercado, ainda que áreas divergentes sejam influenciadas de forma diferente pelas informações e finanças.

Mapa 9 – Localização das Centrais de Abastecimento

Fonte: CONAB (2017).

Firetti *et al.* (2011) salientam que as centrais de abastecimento são responsáveis pela comercialização de grande parte dos produtos hortícolas; suas unidades são encarregadas de abastecer supermercados, cozinhas industriais, hortas, hotéis e penitenciárias, com produção cultivada em hortas, pomares e outros empreendimentos agrícolas. Segundo Bengozi (2007), as centrais de abastecimento também têm por função garantir a estabilidade na quantidade comercializada.

As CEASAs são importantes para a regulação do abastecimento alimentar, além de facilitarem a fiscalização e a implementação de políticas voltadas ao abastecimento, controlam a circulação de mercadorias. O cadastramento feito pelas CEASAs identifica as

regiões e os produtos de maior destaque na produção e consumo, porém, segundo a CONAB, a falta de infraestrutura e investimentos se constituem num grande obstáculo a ser superado pelas centrais de abastecimento.

Segundo Santos (2000), a agricultura científica globalizada proporcionou que a produção fosse selecionada de forma minuciosa, visto que a base mercantil estaria fortemente conectada com os mandamentos técnicos científicos, propiciando maior fluidez no espaço e uma ampliação integrativa do território, causando melhorias na circulação de mercadorias.

As centrais de abastecimento não só permitiram uma maior fluidez na circulação e distribuição de mercadorias, mas também proporcionaram a conexão com o território. Santos (1988) ressalta que os fixos acarretam em fluxos, em razão de dados técnicos e políticos, isto é,

Os fixos, como instrumentos de trabalho, criam massas. Mas não basta criar massas, impõe-se fazer com que se movam. E a capacidade de mobilizar uma massa no espaço é dada exatamente pelo poder econômico, político ou social - poder que, por isso, é maior ou menor segundo as firmas, as instituições e os homens em ação. Através da história vemos uma mudança de importância relativa de cada uma dessas instâncias na realidade e na interpretação espacial. Nos dias de hoje, como certamente jamais antes, quando os fixos têm importância muito grande, a circulação passa também a ter importância fundamental, entre outras razões pelo fato de que o produto se internacionalizou e, por conseguinte, tem de ser distribuído através de todo o mundo sem respeito às fronteiras nem as distâncias. Por outro lado, a necessidade de acumulação agravou-se e, por conseguinte, a circulação ganhou um ritmo frenético. Quem menos tem poder de movimento mais depressa vê desvalorizar-se seu produto e seu meio de trabalho. (SANTOS, 1988, p. 86).

Conforme Santos e Silveira (2006), o espaço ganha uma nova perspectiva a partir de sua fluidez, visto que “o território ganha novos conteúdos e impõe novos comportamentos, graças às enormes possibilidades da produção e, sobretudo da circulação de insumos, dos produtos, do dinheiro, das ideias e informações, das ordens e dos homens” (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 53). Ou seja, as informações e finanças são imprescindíveis no espaço total de um país, isto é, o suporte da produção em todas as instâncias é o território, que possui distinção em sua área, passando a se equiparar ao mercado, no qual as informações e as finanças terão influência de maneira diferenciada.

2.1 A Companhia de Entrepostos e Armazéns de São Paulo (CEAGESP)

O advento da CEAGESP se deu através da fusão da Central Estadual de Abastecimento (CEASA) e a Companhia de Armazéns Gerais do Estado de São Paulo (CAGESP) no ano de 1969, ambas eram empresas estatais e paulistas cujo principal objetivo era armazenar grãos e comercializar produtos hortifrutigranjeiros.

Embora o Pavilhão Mercado Livre (MLP) tenha sido construído pelo Entrepasto Terminal de São Paulo (ETSP), no ano de 1964, ele foi ampliado pela CEAGESP, no ano de 1977, sendo comercializados 6,2 mil toneladas de produtos num único dia, ultrapassando o Paris-Rugis, maior mercado de alimentos do mundo na época.

No ano de 1970, começou o processo de descentralização das unidades da CEAGESP com a implantação da unidade de São José do Rio Preto, primeira unidade construída fora da capital. Atualmente a CEAGESP conta com 13 unidades de entrestogem, isto é, venda e depósito de mercadorias e 18 unidades de armazenamento que estocam 850 mil toneladas (CEAGESP, 2020).

O primeiro varejão a preços controlados surgiu no ano de 1979. No ano de 1983 começaram a serem criados os sacolões, estabelecimentos que comercializam frutas e legumes por quilo a preço único, e no ano de 1994 foi criado o varejão noturno no Entrepasto Terminal São Paulo (ETSP) da CEAGESP.

Segundo Cunha e Campos (2008), no final dos anos 1990 foi realizada a negociação das dívidas dos Estados Brasileiros com a União e, por conseguinte, duas empresas atacadistas foram federalizadas: a Ceasaminas (MG) e a CEAGESP (SP). As duas empresas, em conjunto, representavam 60% do comércio de frutas, legumes e verduras do país.

Entretanto, em março de 2015, a CEAGESP se retirou do Programa Nacional de Desestatização (PND) em razão do Decreto Presidencial 8.417/2015, o que permitiu a empresa ter maior acesso a linhas de crédito para investimentos e abriu maiores possibilidades para o estabelecimento de parcerias público-privadas, garantindo a maior participação do poder público na constituição de políticas voltada ao setor de abastecimento.

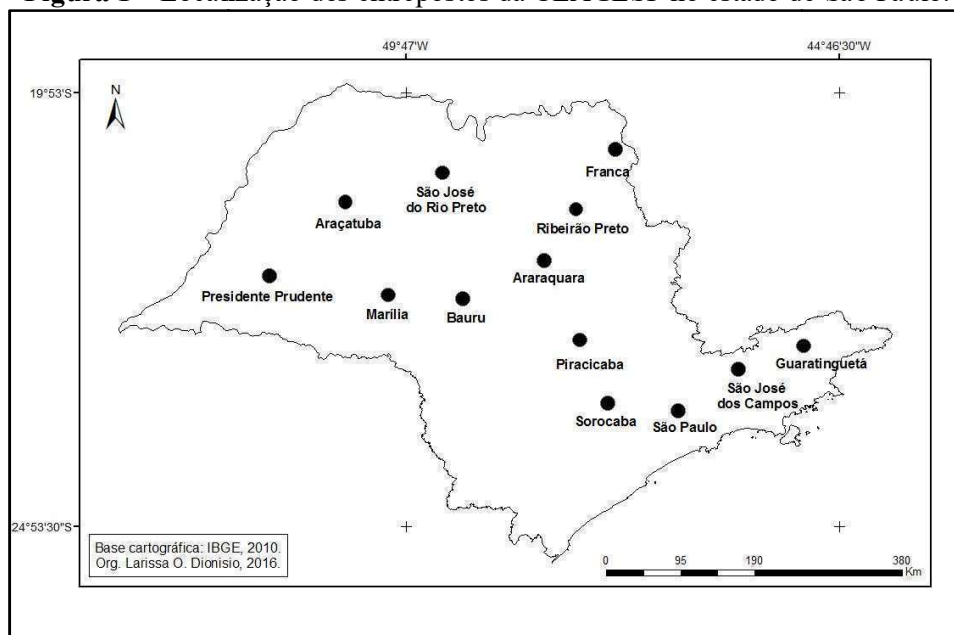
Conforme o *site* da CEAGESP (2020), a função da empresa é oferecer e garantir infraestrutura para atacadistas, cooperativas, exportadores, produtores rurais, agroindústrias e importadores para que possam realizaras suas atividades, dispondo de serviços qualificados de forma segura e eficiente. A CEAGESP se constitui na maior rede pública de armazéns e silos, além de ser a maior central de abastecimento que comercializa legumes, verduras, pescados e flores da América Latina.

além de ser a maior central de abastecimento que comercializa legumes, verduras, pescados e flores da América Latina.

Como supracitado, o Sul e o Sudeste apresentaram desenvolvimento diferenciado das demais regiões do país, integrando a chamada Região Concentrada. Santos (2005) evidencia que as redes urbanas eram muito mais desenvolvidas nessas regiões, sendo maior a interação entre as cidades, o que resultou em processo de aceleração da divisão territorial do trabalho, por conseguinte na ampliação da divisão do trabalho. De acordo com Castilho e Frederico (2010), é elemento fundamental em decisões de aspecto material a localização das atividades produtivas dominantes, à medida que também cabe no procedimento analítico a distinção da hierarquia entre os lugares.

A CEAGESP possui 13 unidades de entrepostos atacadistas, conforme se verifica na Figura 1, localizadas nas seguintes cidades paulistas: Araçatuba, Araraquara, Bauru, Franca, Guaratinguetá, Marília, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, São José dos Campos, São Paulo e Sorocaba.

Figura 1 – Localização dos entrepostos da CEAGESP no estado de São Paulo.



Fonte: CEAGESP (2016).

No estado de São Paulo também há duas centrais de abastecimento (CEASA), localizadas em Santo André e Campinas, sendo a CEASA de Campinas vinculada a prefeitura municipal e a CEASA de Santo André pertencente à Companhia de Abastecimento Integrado de Santo André (CRAISA), que é uma empresa pública municipal.

O objetivo da CEAGESP é normalizar e gerenciar as políticas de abastecimento alimentar no estado de São Paulo através de centrais de armazenagem e entrepostos atacadistas, estes servem para depósito e venda de mercadorias.

A CEAGESP é elemento fundamental para a circulação e distribuição de mercadorias, contudo também pode ser classificada como sofismo, isto é, um elemento ilusório que favorece e ratifica a presença do intermediário ao estabelecer uma quantidade média a ser comercializada no entreposto, logo pequenos produtores não são capazes de se inserir nestes circuitos, vendendo sua produção a intermediários, ainda vale salientar que nem todos os produtores possuem meios de levar sua produção até o entreposto, o que incentiva a presença do atravessador em tais circuitos.

A unidade de São Paulo comercializa em média 283 mil toneladas de frutas, legumes, pescados e verduras mensalmente, conforme se verifica na Tabela 1. O maior volume de comercialização anual é de São Paulo, constituindo 3,4 milhões de toneladas, sucedido por Ribeirão Preto, com 238,7 mil toneladas e Sorocaba com 120,5 mil toneladas anuais.

Já Franca e Marília possuem os menores volumes comercializados anualmente, com 12,9 e 14,4 mil toneladas anuais, respectivamente.

Tabela 1 – Volumes médios mensais e anuais comercializados nas unidades da CEAGESP

Municípios	Volume médio comercializado (1.000t./mês)	Volume Anual (1.000t.)
São Paulo (ETSP)	283	3.400
Ribeirão Preto	19,9	238,7
Sorocaba	10,0	120,5
São José dos Campos	8,9	107,5
São José do Rio Preto	8,0	96,7
Bauru	6,8	81,8
Presidente Prudente	5,0	61,0
Piracicaba	3,9	47,3
Araraquara	3,9	47,2
Araçatuba	1,8	22,0
Marília	1,2	14,4
Franca	1,0	12,9

Fonte: CEAGESP, 2020.

Deve ser ressaltado que a unidade de Guaratinguetá comercializa poucos hortifrutigranjeiros, sendo mais expressiva a venda de flores. No Quadro 3 estão listados os

principais produtos comercializados nas unidades da CEAGESP de Araçatuba, Bauru, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, São José dos Campos e São Paulo (ETSP).

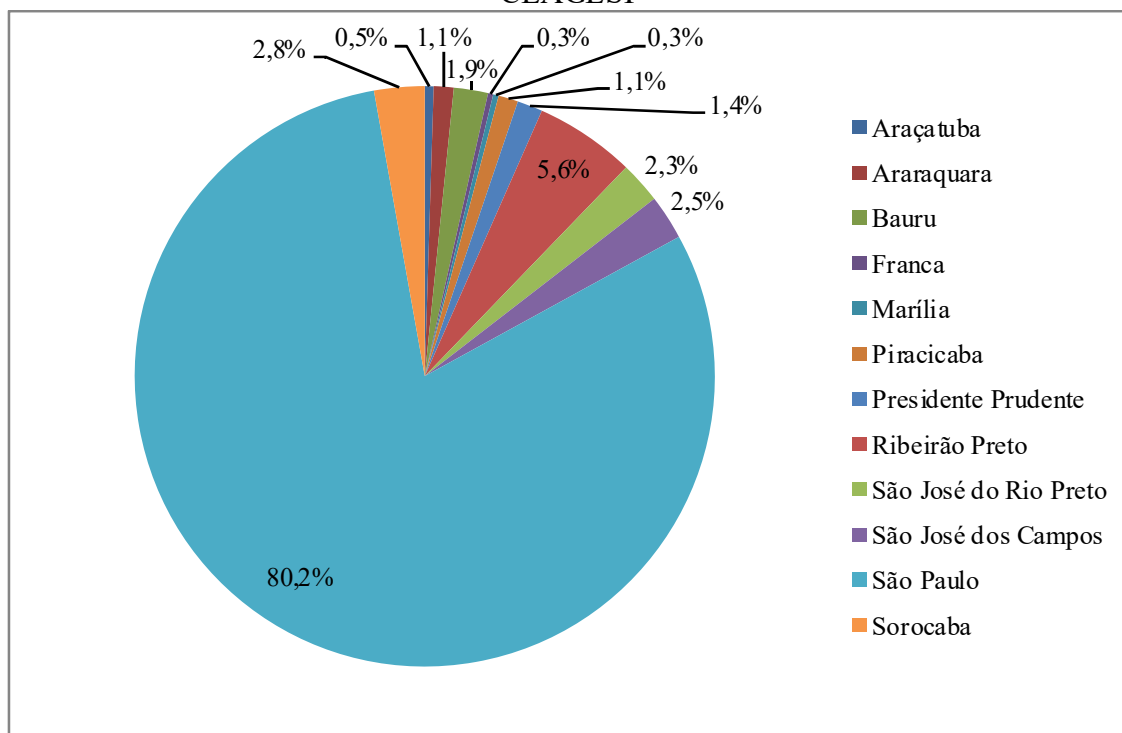
No Gráfico 1 está demonstrado o percentual da participação total dos entrepostos da CEAGESP, destacando o ETSP que concentra 80,1% do volume total comercializado, seguido de Ribeirão Preto (5,6%), Sorocaba (2,8%), São José do Rio Preto (2,5%), Bauru (1,9%), Presidente Prudente (1,4%), Piracicaba (1,1%), Araraquara (1,1%), Araçatuba (0,5%), Marília (0,3%) e Franca (0,3%).

Quadro 3 – Principais produtos comercializados nas unidades CEAGESP

Municípios	Produtos
Araçatuba	Tomate, banana, laranja, melão, mamão
Araraquara	Batata, banana, tomate, mamão, cebola
Bauru	Batata, tomate, banana, cebola, laranja
Franca	Batata, tomate, banana, laranja, milho verde
Guaratinguetá	Flores, artesanato, horti frúti em geral: cereais (milho, arroz, feijão e grãos), frutas e legumes
Marília	Banana, laranja, tomate, batata, repolho
Piracicaba	Laranja, banana, cebola, batata, melancia
Presidente Prudente	Laranja, tomate, batata, banana, cebola
Ribeirão Preto	Batata, banana, tomate, cebola, laranja
São José do Rio Preto	Banana, batata, tomate, cebola, maçã
São José dos Campos	Laranja, batata, tomate, banana, melancia
São Paulo	Batata, laranja, maçã, mamão, tomate
Sorocaba	Batata, laranja, melancia, tomate

Fonte: CEAGESP, 2020.

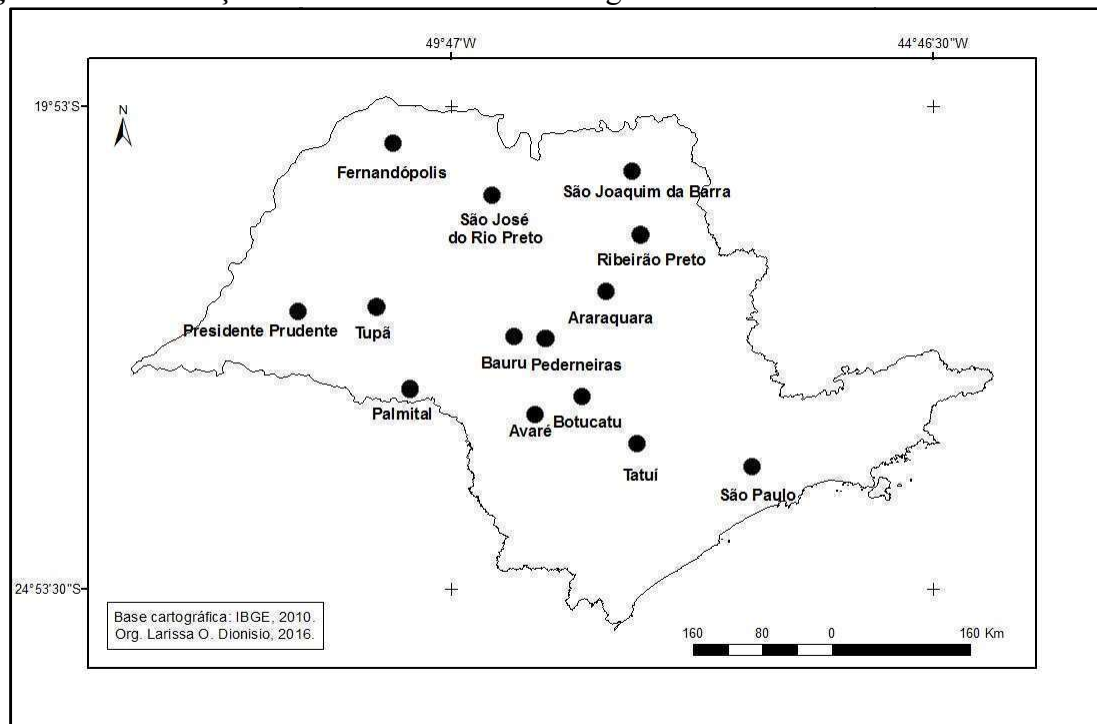
Gráfico 1 – Percentual de participação das unidades no volume total comercializado na rede CEAGESP



Fonte: CEAGESP (2020).

Segundo informações do *site* da CEAGESP, a empresa possui dezoito unidades de armazenagem em 14 cidades do estado de São Paulo, sendo que três unidades armazenadoras estão localizadas em Araraquara e duas em São José do Rio Preto. Verifica-se na Figura 2 que as unidades estão localizadas nos municípios de Araraquara, Avaré, Bauru, Botucatu, Fernandópolis, Palmital, Pederneiras, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São Joaquim da Barra, São José do Rio Preto, São Paulo, Tupã e Tatuí.

Figura 2 – Localização das unidades de armazenagem da CEAGESP no estado de São Paulo.



Fonte: CEAGESP (2016).

No Quadro 4 estão arroladas as operações executadas nas unidades de armazenagem das unidades da CEAGESP nos diferentes municípios. São armazenados principalmente produtos a granel, destacando os grãos, como soja, trigo e milho, além de açúcar e *pellets*²; produtos agrícolas embalados e produtos industrializados em conformidade com a estrutura de cada unidade, entretanto em todas elas os produtos passam por secagem e limpeza e classificação vegetal.

De acordo com informações da CEAGESP (2019) e dados constantes no *site* da empresa, o Serviço de Classificação Vegetal (SESCLAC) são análises realizadas por técnicos visando garantir o controle de qualidade dos produtos de origem vegetal, como Alpiste, Arroz, Ervilha, Feijão, Lentilha, Milho, Soja e Trigo. A CEAGESP é credenciada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para determinar as qualidades de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos, baseados nos Padrões Oficiais de Classificação.

²*Pellets* pertencem à classe da biomassa e são uma fonte de energia renovável, com o formato de pequenos cilindros, seu nome decorre de seu formato e podem ser encontrados em outros produtos, tais qual: fertilizantes, cereais e rações animais (ALTERNATIVE ENERGY, 2020, **tradução** nossa).

Quadro 4 – Operações realizadas nos armazéns da CEAGESP

Municípios	Operações
Araraquara	Grãos e açúcar a granel, produtos agrícolas embalados, produtos industrializados e <i>pellets</i>
Avaré	Grãos a granel, produtos agrícolas embalados, produtos industrializados e <i>pellets</i>
Bauru	Estocagem de grãos a granel no silo, produtos agrícolas embalados, produtos industrializados e <i>pellets</i>
Botucatu	Produtos industriais diversos e agrícolas embalados, açúcar a granel e <i>pellets</i>
Fernandópolis	Grãos a granel, produtos industrializados e produtos embalados
Palmital	Grãos e açúcar a granel e <i>pellets</i>
Pedemeiras	Açúcar e produtos diversos embalados, produtos industrializados e <i>pellets</i>
Presidente Prudente	Grãos a granel e produtos embalados
Ribeirão Preto	Grãos a granel e produtos agrícolas embalados, produtos industrializados e <i>pellets</i>
São Joaquim da Barra	Açúcar e grãos a granel e <i>pellets</i>
São José do Rio Preto	Grãos e açúcar a granel
São Paulo	Grãos a granel
Tupã	Açúcar e grãos a granel e <i>pellets</i>
Tatuí	Grãos e açúcar a granel e <i>pellets</i>

Fonte: CEAGESP, 2020.

Segundo informações da CEAGESP (2020), também disponíveis no *site* da empresa, as unidades de armazenagem da empresa atendem pequenos, médio e grandes produtores, bem como cooperativas agrícolas, exportadores e importadores, moinhos, órgãos do Governo e usinas de açúcar.

Na Tabela 2 estão listados os municípios que possuem armazéns convencionais para estocar grãos e produtos agrícolas embalados, sendo eles: Araraquara, Bauru, Botucatu, Fernandópolis, Pedemeiras, Presidente Prudente, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto.

Como já mencionado, Araraquara possui três unidades que fazem o armazenamento convencional, a unidade 1 tem a capacidade de 1,8 mil toneladas, as unidades 2 e 3 são responsáveis por 50 mil toneladas cada uma, somando 101,8 mil toneladas, contudo a unidade com maior capacidade de armazenagem convencional se localiza em Botucatu, com 54 mil toneladas de produtos agrícolas e açúcares a granel. A unidade Ribeirão Preto tem a menor capacidade, podendo armazenar apenas 4,8 mil toneladas de grãos e produtos embalados.

Tabela 2 – Municípios que possuem unidades de armazenagem convencional da CEAGESP

Municípios	Capacidade (1.000 t.)
Araraquara	101,8
Bauru	6,2
Botucatu	54,0
Fernandópolis	17,5
Pedemeiras	46,4
Presidente Prudente	15,0
Ribeirão Preto	4,8
São José do Rio Preto	40,0

Fonte: CEAGESP, 2020.

Conforme se verifica na Tabela 3, as unidades de Araraquara, Avaré, Palmital, São Joaquim da Barra, São José do Rio Preto, Tupã e Tatuí possuem silos horizontais com capacidade de armazenar 20 mil toneladas, exceto a unidade de Araraquara que possui capacidade de 120 mil toneladas.

Tabela 3 – Municípios que possuem silos horizontais da CEAGESP

Municípios	Capacidade (1.000t.)
Araraquara	120
Avaré	20
Palmital	20
São Joaquim da Barra	20
São José do Rio Preto	20
Tupã	20
Tatuí	20

Fonte: CEAGESP, 2020.

As unidades da CEAGESP de Araraquara, Bauru, Fernandópolis, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e São Paulo possuem silos verticais para estocagem de grãos, produtos embalados e processados. Os silos verticais das unidades da CEAGESP de São Paulo e Bauru são os maiores, com capacidades de 20 e de 10 mil toneladas, respectivamente, os demais possuem capacidade de 5 mil toneladas, com exceção da unidade de Fernandópolis cuja capacidade é de apenas 1,8 mil toneladas, conforme se verifica na Tabela 4.

Tabela 4 – Municípios que possuem silos verticais da CEAGESP

Municípios	Capacidade (1.000t.)
São Paulo	20,0
Bauru	10,0
Araraquara	5,0
Presidente Prudente	5,0
Ribeirão Preto	5,0
São José do Rio Preto	5,0
Fernandópolis	1,8

Fonte: CEAGESP, 2020.

As unidades da CEAGESP de Araraquara, Avaré, Palmital, São Joaquim da Barra, São José do Rio Preto, Tupã e Tatuí possuem silos graneleiros. Nas unidades de Araraquara e Tupã são armazenados grãos, açúcar a granel e *pellets*; nas unidades de Avaré e São José do Rio Preto são armazenados apenas grãos e açúcar a granel. As unidades de Palmital, São Joaquim da Barra e Tatuí contam com dois silos graneleiros com 40 mil toneladas cada de capacidade, enquanto que nas demais unidades há um único silo graneleiro com capacidade de 40 mil toneladas, conforme se verifica na Tabela 5.

Tabela 5 - Municípios que possuem graneleiros da CEAGESP.

Municípios	Capacidade (1.000 t.)
Araraquara	40
Avaré	40
Palmital	80
São Joaquim da Barra	80
São José do Rio Preto	40
Tupã	40
Tatuí	80

Fonte: CEAGESP, 2020.

Os fixos se tratam do instrumento de trabalho, através deles é possível observar que os mais variados lugares que exercitam o trabalho divergem entre si, bem como o rendimento obtido já que dependem do ajustamento dos objetos ao processo imediato de trabalho (SANTOS, 1988). Na Tabela 6 é apresentado o *ranking* das centrais de abastecimento, com base no volume comercializado no ano de 2019. A CEAGESP é a maior companhia de abastecimento do país, e, de acordo com dados da CONAB (2019), movimentou 16. 806.200

toneladas de hortaliças e frutas sendo responsável pela movimentação de R\$ 41.014. 218.654, 79.

De acordo com Castillo e Frederico (2010), a localização é de fundamental importância para as atividades produtivas dominantes. Conforme a Tabela 6 é possível observar que as três primeiras centrais de abastecimento que ocupam o *ranking* estão localizadas na região Sudeste, sendo a CEAGESP localizada em São Paulo que no ano de 2019 comercializou aproximadamente 3.171.534 toneladas; seguida pela CEASA/RJ no Rio de Janeiro que comercializou cerca de 1.700.272 toneladas e a CEASA/MG em Belo Horizonte que comercializou 1.447.554 toneladas.

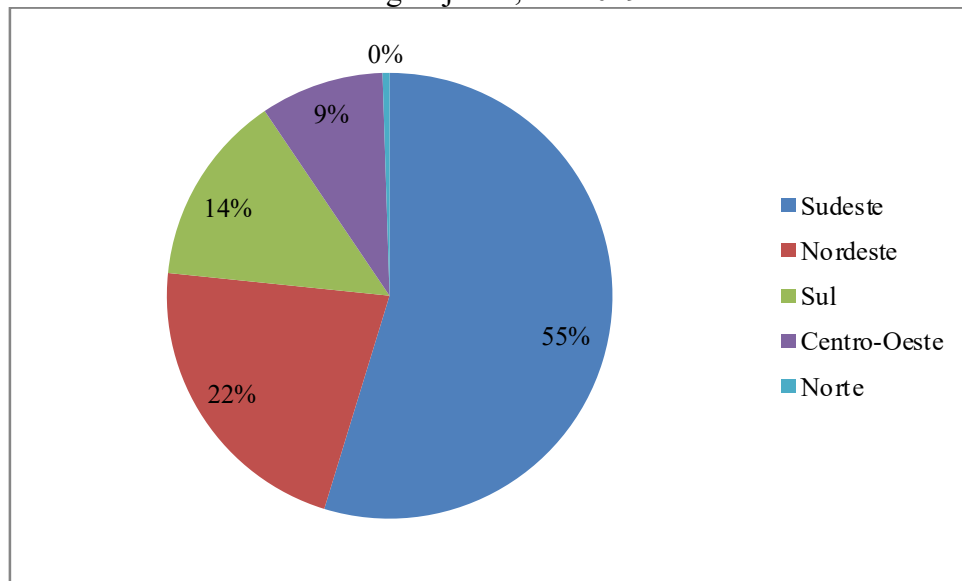
No Gráfico 2, verifica-se que a região Sudeste tem 55% de participação na comercialização de produtos hortigranjeiros, segundo os dados da CONAB (2019), isso corresponde a 9.308.180 toneladas, sendo seguida pela região Nordeste que apresenta 22%, totalizando 3.689.389 toneladas, a região Sul tem a participação percentual de 13,5%, com 2.281.451 toneladas, o Centro-Oeste tem participação de 9%, ou seja, 1.464.078 toneladas e por fim, a região Norte com participação de 0,5% ou 63.103 toneladas. Com o valor transacionado o percentual das regiões ficam: o Sudeste com 56,5%, o Norte com 20%, o Sul com 14%, o Centro-Oeste com 9% e o Norte com 0,5%.

Tabela 06 – Ranking de comercialização das centrais de abastecimento em 2019.

Ranking	Entrepósito Atacadista	Volume (1.000t)
1º	CEAGESP - São Paulo	3.171,5
2º	CEASA/RJ - Rio de Janeiro	1.700,2
3º	CEASA/MG - Grande BH	1.447,5
4º	Autorarquia Municipal de Abastecimento - Juazeiro/BA	1.284,6
5º	CEASA/GO - Goiânia	882,4
6º	CEASA/PR - Curitiba	811,5
7º	CEASA/PE - Recife	640,7
8º	CEASA/RS - Porto Alegre	606,3
9º	CEASA/SP - Campinas	603,9
10º	CEASA/BA - Salvador (EBAL)	465,7
11º	CEASA/CE - Fortaleza	446,9
12º	CEASA/ES - Vitória	442,1
13º	CEASA/SC - Florianópolis	320,3
14º	CEASA/DF - Brasília	309
15º	CEAGESP - Ribeirão Preto	282,6
16º	CEASA/MG - Uberlândia	232,4
17º	CEASA/PE - Caruaru	221,4
18º	CEASA/PR - Londrina	195,6
19º	CEASA/MS - Campo Grande	191,6
20º	CEASA/PB - Campina Grande	157,2
21º	CEASA/RJ - São Gonçalo	149,9
22º	CEAGESP - Sorocaba	145,5
23º	CEASA/MA - São Luis	145,4
24º	CEASA/MG - Uberaba	136,5
25º	CEASA/PB - João Pessoa	132,8
26º	CEASA/SP - Santo André (CRAISA)	121,4
27º	CEAGESP - São José dos Campos	107,8
28º	CEAGESP - São José do Rio Preto	106,5
29º	CEASA/PR - Maringá	105,9
30º	CEAGESP - Bauru	96,1
31º	Central de Abastecimento Regional de Anápolis - GO	81
32º	CEASA/PR - Foz do Iguaçu	80,7
33º	CEASA/MG - Juiz de Fora	80,6
34º	CEASA/CE - Tianguá	70,9
35º	CEASA/SC - Blumenau	66,9
36º	CEAGESP - Presidente Prudente	59,9
37º	CEASA/MG - Caratinga	56,9
38º	CEASA/TO - Palmas	54,7
39º	CEASA/CE - Cariri	50,1
40º	CEAGESP - Araraquara	43,6
41º	CEANORTE - Montes Claros - MG	42,9
42º	CEASA/PB - Patos	42,5
43º	CEASA/PR - Cascavel	41,6
44º	CEASA/RS - Caxias do Sul	39,3
45º	CEASA/MG - Governador Valadares	36,7
46º	CEASA/RJ - Nova Friburgo	33,7
47º	CEASA/MG - Poços de Caldas	32,9
48º	CEASA/RJ - Ponto de Pergunta	32,3
49º	Mercado Municipal - Patos de Minas - MG	30,8
50º	CEAGESP - Piracicaba	28
51º	CEAGESP - Araçatuba	22
52º	CEASA/AL - Maceió	20,2
53º	CEAGESP - Marília	17,7
54º	CEASA/SC - Tubarão	13,0
55º	CEAGESP - Franca	12,7
56º	CEASA/MG - Barbacena	12,2
57º	CEASA/BA - Paulo Afonso	10,3
58º	CEASA/ES - Colatina	9,7
59º	CEASA/AC - Rio Branco	8,3
60º	CEASA/RJ - São José de Ubá	8
61º	CEASA/RJ - Paty do Alferes	2,1

Fonte: CONAB, 2019.

Gráfico 2 – Percentual de participação das regiões na quantidade comercializada de hortigranjeiros, em 2019.



Fonte: Conab (2019).

Como destaca Silva (2013), o comando dos circuitos está concentrado em poucos lugares e possibilita a conexão dos centros de comando da produção. A especialização produtiva se dá através da divisão territorial do trabalho. De acordo com Santos (1988), as regiões já não tinham mais necessidade de produzir tudo para garantir o seu abastecimento. Com o desenvolvimento dos meios de transportes e redução dos custos de deslocamento, qualquer produto pode ser buscado em qualquer ponto tanto do país quanto do planeta, logo a especialização produtiva está intimamente conectada à modernização das comunicações e dos transportes, visto que, segundo Silva (2013) tal modernização incentivou um amplo desmembramento dos circuitos espaciais.

Antes dessa possibilidade, a maioria das regiões produzia quase tudo de que necessitava para sua reprodução, contudo, de acordo com Santos (1988), com o desenvolvimento da ciência conjuntamente com a tecnologia, mais os lugares se especializam, ampliando a intensidade, qualidade e o número de fluxos que chegam e deixam uma área.

As centrais de abastecimento têm papel fundamental na circulação de produtos hortifrutigranjeiros, como também são elementos que constituem o sistema de transportes, já que, conforme Carvalho e Pinheiro (2010), são nelas que ocorrem a movimentação, o manuseio e a armazenagem de produtos hortifrutigranjeiros o que implica em grande fluxo de veículos.

A forma de organização do espaço se alterou concomitantemente com a densidade, sobretudo técnica e informacional, que o espaço veio ganhando, isso resultou na produção em larga escala e na redução no tempo de produção. Santos (1994) evidencia que houve

paralelamente o aumento da importância dos capitais fixos e dos capitais constantes, como também se tornou indispensável à circulação, resultando no aumento dos fluxos e de sua importância.

Com a modernização dos transportes, houve a redução do tempo e dos custos para transportar mercadorias e pessoas, o que influenciou na produção, já que, como salienta Harvey (2004), isso permitiu uma organização mais eficaz da localização da produção, por conseguinte uma área já não precisaria produzir tudo para sua subsistência. De acordo com Santos (1988) a redução do preço dos transportes é proporcional ao aumento da diversidade, quantidade e qualidade, de modo a ampliar a circulação de mercadorias, produtos e pessoas, que se diversificam e avolumam, por conseguinte, ampliando a importância das trocas.

A CEAGESP possui suas próprias normas, sistematizando a comercialização tanto em horários quanto em dias pré-determinados, ainda que qualquer firma ou até mesmo pessoa física possa comprar na CEAGESP, são exigidas quantidades mínimas a serem adquiridas já que a CEAGESP opera no mercado atacadista, portanto não é possível comprar em quantidades menores ou parcelamentos. Desde a madrugada são comercializados produtos perecíveis, como flores e verduras, ou seja, o mesmo entreposto é utilizado para comercializar diferentes produtos. A CEAGESP ainda oferece outros tipos de serviço, dependendo da estrutura de cada unidade, como

Atendimento Personalizado: engenheiros agrônomos e técnicos especializados conduzem todas as etapas do processo de armazenamento.

Amostragem e Classificação: todos os grãos, antes de serem armazenados nos Silos, passam por um processo de amostragem e classificação (teor de umidade, matérias estranhas, impurezas, insetos entre outros itens importantes na tipificação do produto).

Limpeza e Secagem: quando os grãos apresentam impurezas e/ou teor de umidade acima dos padrões de recebimento da CEAGESP (1% de impureza e 13% de umidade), eles passam por processo de limpeza e secagem antes de serem armazenados.

Tratamento Fitossanitário: processo realizado nos produtos recebidos (expurgo e/ou pulverização com inseticida líquido) com objetivo de evitar a ocorrência de pragas e garantir a manutenção da qualidade durante o armazenamento.

Transbordo: transferência de mercadoria de um veículo para outro do mesmo tipo.

Balança de caminhão: pesagem avulsa tarifada.

Warrants: a CEAGESP está habilitada a emitir Títulos de Créditos Especiais que possibilitam o financiamento dos estoques dos produtos armazenados (CEAGESP, 2020).

Segundo dados constantes no *site* da CEAGESP (2020), a empresa possui projetos de responsabilidade social sendo desenvolvido dentro dos entrepostos, como o Banco CEAGESP de alimentos, que visa selecionar e distribuir alimentos para entidade sociais do estado de São Paulo, ofertados pelos permissionários, isto é, produtores e comerciantes atacadistas, o serviço foi criado em 2003 e atualmente está em 11 entrepostos do interior, sendo eles: Araçatuba,

Araraquara, Bauru, Franca, Marília, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, São José dos Campos e Sorocaba.

Outro projeto em desenvolvimento é a Associação de Apoio à Infância e Adolescência Nossa Turma, que atende 160 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Outra ação social realizada no Entrepasto Terminal São Paulo (ETSP) é o projeto Eco Gira Mundo que está em processo de reestruturação, porém, segundo dados da CEAGESP (2020), a iniciativa incentiva oficinas de marcenaria e reciclagem de materiais descartados no local.

2.2 Os dois circuitos da economia urbana

De acordo com Santos (2008), o desenvolvimento dos países periféricos não pode ser relacionado com os modelos de urbanização de países centrais, esta é a premissa que o autor usou para elaborar a teoria dos dois circuitos da economia urbana: o circuito superior e o circuito inferior. Portanto, o circuito superior, segundo o autor, é constituído por serviços atacadistas, bancos e transportadoras, de modo que, conforme Coelho e Pereira (2011) suas atividades estão vinculadas a utilização de tecnologias, ou seja, atividades vinculadas a demandas e comandos externos de racionalidade instrumental no que diz respeito a tecnologia e a organização.

No circuito superior predominam relações externas ao território, região e lugar em suas atividades, monopolizando as escalas do mercado (QUEIROZ, 2014), sendo o circuito superior decorrente da modernização, sendo ele constituído pelo “agronegócio, pelas grandes empresas mineradoras, pelas grandes indústrias, pelas grandes firmas da construção civil, pelas transportadoras logísticas, e pelo novo terciário, formado pelos comércios modernos e os serviços de média e alta complexidade” (QUEIROZ, 2014, p. 109). Sposito (1999) ressalta que o circuito superior é determinado por tecnologias mais avançadas, capital abundante, a produção, assalariamento de toda a força de trabalho, bem como grande estocagem de produtos. O mesmo autor destaca um elemento correlacionado com o circuito superior, sendo este o Estado, tal relação se dá por políticas de desenvolvimento e financiamento, beneficiando grandes firmas e proporcionando infraestrutura.

Por sua vez, o circuito inferior, é constituído por atividades mais simples, conforme Santos (2008), o circuito inferior compreende atividades como a fabricação tradicional, transporte tradicional, prestação de serviços e o artesanato e é por isso que também pode ser conhecido como terciário, já que além do termo ter-se generalizado, tal setor compreende

atividades que não decorrem de uma urbanização com indústrias. Sposito (1999) salienta que a particularidade do circuito inferior é o não-emprego ou terceirização e a pobreza na cidade e no campo.

As características dos dois circuitos são opostas, contudo, cada circuito possui sua própria lógica interna. A organização do circuito inferior se dá mais na cidade e sua região, enquanto o circuito superior se articula fora da cidade e da região. Segundo Santos (2008), no circuito superior os capitais são mais volumosos no que diz respeito à tecnologia empregada, contudo no circuito inferior as atividades de trabalho intensivo não dispõem de capitais ou o tem de forma reduzida, podendo dispensar uma organização burocrática, sendo essa a principal diferença entre os dois circuitos.

No quadro 5 são arroladas as características dos dois circuitos: o circuito superior faz uso de créditos bancários, em razão das grandes firmas controlarem os bancos e estes controlarem as demais atividades, em contrapartida o circuito inferior lida com crédito em dinheiro líquido, mas não possui a capacidade de acumulação, já que seu objetivo final é saldar os fornecedores, mesmo os intermediários utilizam o crédito líquido para saldar suas dívidas bancárias.

Segundo Santos (2008), o circuito inferior pode ser analisado como expressão social e econômica, visto que seu funcionamento compreende pessoas expulsas do campo, sua reprodução se deve a ineficácia dos circuitos modernos oferecerem emprego a todos, por conseguinte, reproduzindo a pobreza ao arrecadar a poupança popular através de intermediários para o circuito superior.

Quadro 5 – Características dos Dois Circuitos da Economia Urbana dos países subdesenvolvidos.

	Circuito Superior	Circuito Inferior
Tecnologias	capital intensivo	trabalho intensivo
Organizações	Burocrática	Primitiva
Capitais	Importantes	Reduzidos
		Volumoso
Assalariado	Dominante	não-obrigatório
Estoques	grande quantidade e/ou alta qualidade	qualidade inferior
Emprego	Reduzido	submetidos a discussão entre comprador e vendedor (<i>haggling</i>)
Crédito	bancário institucional	pessoal não-institucional
Margem de lucro	reduzida por unidade, mas importante pelo volume de negócio (exceção produtos de luxo)	elevada por unidade, mas pequena em relação ao volume de negócio
Relações com a clientela	impessoais e/ou com papeis	diretas, personalizadas
Custos fixos	Importantes	Desprezíveis
Publicidade	Necessária	Nula
Reutilização dos bens	Nula	Frequente
<i>Overhead</i> capital	Indispensável	Dispensável
Ajuda governamental	Importante	nula ou quase nula
Dependência direta do exterior	grande, atividade voltada para o exterior	reduzida ou nula

Fonte: Santos, 2008, p.44.

As tecnologias empregadas no circuito superior são de alto nível e de capital intensivo, manuseando grandes volumes de mercadorias, os preços do circuito superior comumente são fixos, as atividades do circuito superior têm custos fixos elevados e se integram com outras cidades de nível superior ou ao exterior, conseguindo controlar a economia por inteiro, mas isso se dá porque conta com ajuda governamental. O lucro total do circuito superior é elevado já que suas operações se dão em larga escala, contudo, por unidade, o lucro é reduzido, muito diferente do circuito inferior que, segundo Santos (2008), possui o lucro por unidade ampliado e o lucro total é reduzido. No que diz respeito ao trabalho, no circuito inferior o trabalho é intensivo, a quantidade de mercadorias manejada é pequena, os preços das mercadorias e serviços oscilam e, por não dispor de ajuda governamental, o circuito inferior se integra localmente e tende a ser controlado pelo mercado, já que os custos das atividades não são fixos.

Através da técnica informacional decorreu uma modernização tecnológica que se refletiu mais no circuito superior, não deixando, contudo de estar presente no circuito inferior. De acordo com Queiroz (2014), o circuito inferior decorreu da modernização tecnológica da população mais pobre, ou seja, as atividades predominantes compreendem agricultura não capitalizada, produção artesanal, comércio e serviços tradicionais, como mercados públicos e feiras livres, suas atividades prevalecem em relações internas de pequenas dimensões, como o lugar, região e mesmo pequenos territórios.

Santos (2008) ressalta que as atividades do circuito superior podem ser definidas como “puras”, “impuras” e “mistas”, sendo que as atividades que interagem com os dois circuitos da economia urbana são definidas como mistas, são elas as transportadoras e empresas atacadistas. Sposito (1999) destaca a dependência do circuito inferior em relação aos intermediários, isto é, as empresas atacadistas e as transportadoras.

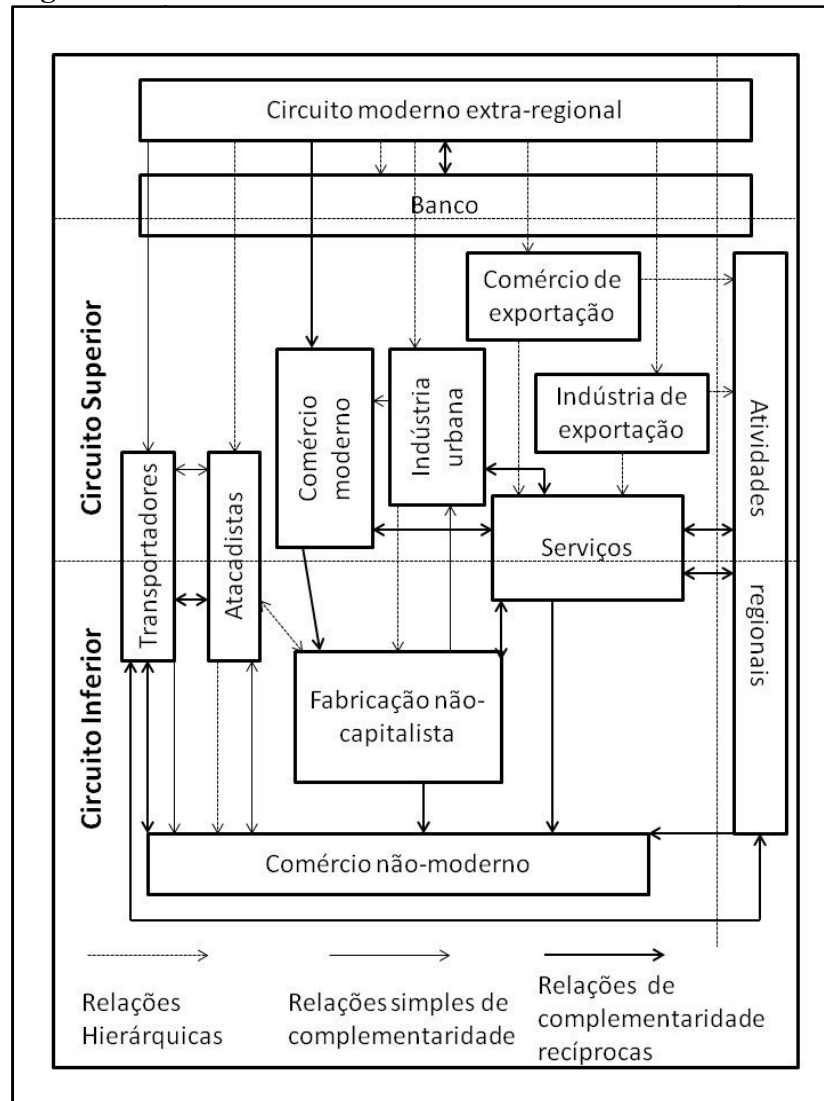
Silva (2015) considera que existe um circuito intermediário que não consta no quadro de Santos (2008). Este circuito intermediário surgiu com o advento de novos setores de produção e também da acumulação flexível, tendo sido criados novos atributos para o fornecimento de natureza financeira, no que diz respeito à tecnologia, esta passou a ser usada pelos dois circuitos em maior ou menor quantidade. Outro fator a ser levado em consideração, segundo Silva (2015), é a flexibilização do setor de pagamentos, preços e valores. Os pagamentos podem ser feitos por intermédio da reposição de mercadorias ou de escambo, diferente da década de 1970, quando o circuito superior tinha um preço fixo e o circuito inferior tinha preços negociáveis através de acordos entre vendedor e comprador.

Há uma dependência da especialização de serviços urbanos pela indústria e agricultura moderna. Silveira (2010) salienta que o circuito superior possui controle sobre o território nacional, criando um distanciamento de atividades triviais da cidade, impulsionando áreas de seu interesse, na mesma proporção que algumas tarefas imprescindíveis para o funcionamento do circuito superior não são interessantes a agentes hegemônicos, como contabilidade, abastecimento e distribuição, estas fazem parte do que a autora chama de “porção marginal do circuito superior”, já que estas obtêm lucros reduzidos, contudo tais atividades articulam as etapas da divisão territorial do trabalho hegemônico, possuindo papel fundamental na cooperação. É essa porção que viabiliza diminuir os custos sem acarretar perdas no preço final dos bens e serviços.

Como supracitado, as empresas atacadistas e as transportadoras são classificadas como mistas por possuírem vínculo com os dois circuitos da economia urbana, conforme demonstrado na figura 3. As atividades mistas possuem dupla ligação com outras atividades,

as transportadoras e empresas atacadistas possuem ligação de complementaridade simples e recíproca e estão vinculadas por complementaridade recíproca ao comércio não moderno, como feiras e mercados públicos. Ainda é possível destacar uma hierarquia entre empresas atacadistas e o comércio não moderno.

Figura 3 – Os elementos dos dois circuitos da economia urbana.



Fonte: Santos, 2008, p. 40.

Ademais, ainda é possível verificar na figura 3 que as transportadoras possuem relações simples de complementaridade com os circuitos extra-regionais, bem como com os bancos, contudo nas empresas atacadistas tais relações são de complementaridades recíprocas.

As transportadoras possuem duas funções: a de transportar e de distribuir mercadorias entre a cidade e o campo. Segundo Santos (2008), estas também podem desempenhar o papel de comerciantes, porém, ambas, atacadistas e transportadoras, possuem vínculos funcionais com os dois circuitos da economia urbana e regional, ainda que, hierarquicamente, as

atacadistas estejam acima dos feirantes e vendedores ambulantes, prostrando-se no topo da cadeia decrescente de intermediários, sendo responsável por levar uma grande variedade de produtos aos níveis inferiores das atividades comerciais e fabris.

Ainda de acordo com Santos (2008), o desenvolvimento dos transportes não acarretou em grandes mudanças, já que são as firmas nacionais ou estrangeiras que fixam os preços. O acesso ao mercado é outro fator a se considerar, na medida em que tal acesso é restrito a poucos comerciantes, que podem cobrar valores exacerbados, por conseguinte, as pessoas que não podem se deslocar acabam arcando com o valor exorbitante, isto é, a disseminação do circuito superior também promove a reprodução do empobrecimento, perpetuando tanto o circuito superior marginal, quanto o próprio circuito inferior.

Ainda que os dois circuitos sejam mais complementares do que duais, Silveira (2010) salienta que os dois circuitos têm um movimento complexo e contraditório. Mesmo com a renovação do circuito inferior, este ainda possui um vínculo de subordinação e dependência em relação ao circuito superior, sendo que com a modernização das técnicas está surgindo uma nova forma de reprodução dos circuitos inferior e superior marginal embasada na possibilidade de trabalho e resistência de tais circuitos. A autora ainda evidencia que os dois circuitos da economia urbana agem como vasos comunicadores, pois decorrem de dinâmicas seccionadas dos fatores de produção. Sposito (1999) enfatiza que os circuitos da economia urbana não devem ser tratados de forma dualística, pois, neste caso, não haveria circuito intermediário ou *continuum*, o autor ressalta que os circuitos da economia urbana devem ser tratados de forma bipolarizada.

As centrais de abastecimento são partes integrantes do processo de circulação e distribuição de produtos hortifrutigranjeiros participando da integração entre os dois circuitos, visto que, de acordo com Santos (2008), estas irão interagir com os dois circuitos da economia urbana, pois fazem a integração entre as empresas atacadistas e transportadoras.

Os dois circuitos da economia urbana são partes de um mesmo sistema econômico, possuindo vínculo de complementaridade e até mesmo concorrência, contudo estes se diferenciam, em resumo, pela utilização de tecnologia, uso do capital e organização das atividades. Para Cataia (2013), a compreensão dos dois circuitos da economia urbana propicia o advento de um percurso analítico sobre o funcionamento das cidades, sobretudo em atividades que surgem para promover a reposição de trabalho.

Silva (2013) salienta que tanto o circuito superior quanto o circuito inferior são regidos pelas leis gerais do funcionamento capitalista. Segundo Santos (2008), o problema a ser resolvido é encontrar uma forma de comunicação entre os dois circuitos que permita o

aperfeiçoamento da produtividade, implicando em um arranjo espacial que realoque apropriadamente os recursos naturais, gerando incentivos para indivíduos do circuito inferior.

A difusão do meio técnico-científico-informacional propiciou o desenvolvimento das comunicações e do transporte, imprescindíveis para ampliar a fluidez do território, já que áreas não precisariam mais produzir tudo para subsistência, o que culminou no aumento dos intercâmbios de mercadorias, ainda que os investimentos fossem concentrados em regiões específicas, ou seja, foram instaladas diversas infraestrutura com o objetivo de aumentar a circulação para interligar as regiões do país, em meados do século XX.

No que diz respeito aos produtos hortifrutigranjeiros, foram criadas as centrais de abastecimento no final dos anos 1960, com o objetivo de regular e organizar a circulação de produtos hortifrutigranjeiros. No entanto, a implantação dos entrepostos ocorreu somente no decorrer da década de 1970. As centrais de abastecimento são partes integrantes do processo de circulação e distribuição de produtos hortifrutigranjeiros, visto que tem a capacidade de interagir com os dois circuitos da economia urbana, ao integrar transportadoras com atacadistas, incorporando também feiras e pequenos mercados, atividades classificadas no circuito inferior que dependem quase que exclusivamente dessas centrais para abastecerem seus estoques.

3. OS CIRCUITOS ESPACIAIS DE PRODUÇÃO HORTIFRUTIGRANJEIROS

Foi a partir da Primeira Revolução Industrial, entre os séculos XVIII e XIX, que os fluxos materiais e imateriais ganharam importância, sendo elementos fundamentais do processo produtivo, como as trocas e intercâmbios entre os lugares. Botelho (2010) considera que houve grandes inovações, as quais promoveram os fluxos entre os Estados Nacionais, culminando na alteração do modo capitalista de produção por intermédio da industrialização, o que resultou na transformação na relação espaço/tempo.

A partir das inovações resultantes do meio técnico-científico-informacional, áreas pequenas poderiam ter uma maior produção em um tempo menor, Santos (1994) ressalta que houve uma ampliação da importância de capitais fixos, como estradas, silos e portos, e dos capitais constantes, adubos, veículos, sementes, dentre outros, assim como o aumento da importância dos fluxos. As localizações da produção em lugares variados incorreram na exigência de complementaridade, ou seja,

Com a localização das diversas etapas do processo produtivo (produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo) pode doravante ser dissociada e autônoma, aumentam as necessidades de complementação entre lugares, gerando circuitos produtivos e fluxos cuja natureza, direção, intensidade e força variam segundo os produtos, segundo as formas produtivas, segundo a organização do espaço preexistente e os impulsos políticos (SANTOS, 1994, p.63).

Os circuitos regionais promoviam os intercâmbios desses fluxos de forma muito limitada, já que não dispunham de técnicas que propiciassem assistência entre os círculos de cooperação e os circuitos de produção, além de promoverem o isolamento, já que alguns pontos só tinham relação, quase exclusiva, com a metrópole. Joly (2007) salienta que através da circulação ocorria a mais valia, o que culminou na garantia da seletividade espacial resultando na diminuição da importância dos circuitos regionais, o que possibilitou o surgimento dos circuitos espaciais.

Há diferenças entre os circuitos regionais e os circuitos espaciais, Botelho (2010) destaca que os circuitos regionais são limitados pelo conteúdo científico em seu processo produtivo e tecnificado, sua fluidez de escoamento e produção, sendo que as informações e o comando são debilitados, restringindo a produção apenas ao local e de forma horizontal sendo voltada apenas ao comércio, já a produção não é consumida em tal dimensão.

Já os circuitos espaciais de produção, por sua vez, englobam as diferentes fases pelas quais um determinado produto é submetido, ou seja, o processo de produção em si desde seu

início até chegar ao consumidor final (SANTOS, 2008). Castilho e Frederico (2010) ainda salientam que o foco dos circuitos espaciais produtivo reside na centralidade da circulação, o denominado circuito que reproduz a organização das diversas etapas da produção, distribuindo-se na condição do espaço, definido como espacial, com enfoque na atividade produtiva dominante, ou seja, produtivo.

Os circuitos regionais foram sendo substituídos pelos circuitos espaciais, conforme Santos e Silveira (2006), com essa substituição decorreu um maior entrelaçamento entre diferentes regiões, resultando na articulação de todas as etapas do processo produtivo por meio dos chamados circuitos espaciais de produção. O aprimoramento da divisão territorial do trabalho, segundo Santos (2006), foi fundamental na determinação de novas formas de cooperação e de controle sobre as escalas do mundo.

Santos (2008) destaca que todos os processos vinculados a produção são essenciais, já que consumo e distribuição estão relacionados, constituindo os circuitos espaciais de produção, em substituição aos circuitos regionais de produção, ou seja, os circuitos espaciais de produção são responsáveis por conectar lugares não contíguos, mas passam a se materializar a partir das redes.

Segundo Joly (2007), os circuitos espaciais de produção promovem a redução do tempo, pois os diferentes modos de percorrer distâncias são inversamente proporcionais a redução do tempo necessário para cruzá-las. Contudo o acesso aos diferentes modos de percorrer distâncias é restrito, quase como privilégios, havendo “uma hierarquia quanto ao uso desses sistemas técnicos que possibilitam uma maior racionalidade no uso do espaço, do território, da região” (JOLY, 2007, p. 21).

A circulação é essencial para o processo de produção, ao passo que para Castilho e Frederico (2010), o elemento essencial para fazer a análise dos fluxos dos circuitos produtivos é a logística, pois permite a compreensão das diferentes etapas do processo produtivo da escala local à mundial. Santos e Silveira (2006) ressaltam que a divisão dos lugares pela divisão territorial cria a aparente imobilidade do espaço, contudo é de fundamental importância captar o movimento para compreender o funcionamento do território, somente dessa forma é possível salientar a premissa dos circuitos espaciais de produção, tendo em vista que a logística permite a conexão dos diversos e separados momentos da produção.

Castilho e Frederico (2010) ainda destacam que cada lugar comporta diferentes etapas dos circuitos espaciais de produção, o que promove a identificação da hierarquia entre os lugares e suas temporalidades. O papel exercido pelas densidades normativas, como sua correlação entre conflito e cooperação e entre diferentes escalas do poder público, permite o

enfrentamento da configuração territorial antiga através de novas configurações espaciais produtivas. A região em si perdeu um pouco de sua relevância, como salienta Joly (2007), como categoria passível de análise espacial, entretanto, não foi extinta completamente, passando a ter um conteúdo mais técnico.

A distribuição também é parte do processo de produção. Marx (2008) salienta que a distribuição está inserida entre o produto e o produtor por meio das leis sociais, não constituindo processo inerte, de modo que através dela se dá a circulação e a distribuição, consequentemente decorrendo o surgimento dos circuitos. O autor ainda ressalta a definição do consumo produtivo, isto é, o consumo é parte da produção e a produção reproduz o consumo. Portanto, para Marx (2008), a distribuição é fundamental para o estudo da economia política, bem como parte importantíssima do processo de produção.

A distribuição dos sistemas de engenharia controla o processo produtivo, ampliando a fluidez dos fatores hegemônicos, logo a produção e a distribuição são viabilizadas pelo entrelaçamento entre os circuitos superior e inferior da economia urbana. Como já foi mencionado, Santos (2008) salienta que o circuito superior pode ser classificado em atividades “puras”, “impuras” e “mistas”, de modo que o comércio, a indústria e os serviços modernos são tidos como atividades “puras”, contudo o comércio e as indústrias de exportação são considerados atividades impuras, já os bancos têm como característica fundamental a combinação das atividades modernas da cidade com as cidades maiores do país.

O circuito inferior, segundo o mesmo autor, denominado de terciário na literatura referente à urbanização de países subdesenvolvidos, compreende os serviços, como os transportadores, e de transformação, como o artesanato, e as formas pré-modernas de fabricação, suas principais características são “traços que vão além de suas definições específicas e que têm uma filiação em comum” (SANTOS, 2008, p. 201).

Posto isso, é possível aferir que as centrais de abastecimento são parte constituinte dos circuitos espaciais de produção, bem como parte do circuito superior e inferior da economia urbana, já que se encarregam da distribuição de produtos hortifrutigranjeiros provenientes de diversas regiões, como também das relações entre os consumidores e produtores de alimentos e seus respectivos distribuidores.

Para Elias e Pequeno (2007), os circuitos espaciais de produção, como os círculos de cooperação são influenciados pela globalização, ou seja, quanto mais globalizado, mais as relações cidade-campo se tomam complexas, o que resulta na modelação do território em um novo arranjo do sistema urbano, com ampliação do número de cidades pequenas e médias,

isto é, lugares essenciais para a reprodução do agronegócio globalizado, que promoverá a exclusão social e especial, como também as desigualdades socioespaciais nas chamadas “cidades do agronegócio”.

Santos e Silveira (2006) consideram que o meio técnico-científico-informacional promoveu a inserção dos círculos de cooperação em uma escala geográfica ampliada, num nível de complexidade maior, em vista disso a circulação passou a reger a produção e os fluxos se tomaram seletivos com maior grau de intensidade. Os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação facilitaram a compreensão da hierarquia dos lugares entre escalas regionais até mundiais.

Castilho e Frederico (2010) destacam que tanto a noção dos circuitos espaciais de produção quanto dos círculos de cooperação proporcionaram o entendimento da interdependência dos espaços produtivos, o que propiciou a análise da unicidade e circularidade do movimento, por conseguinte promovendo a distinção e compreensão das fases de produção. Os mesmo autores salientam que os circuitos espaciais de produção estão embasados no conceito de centralidade da circulação, bem como na relação espacial das diferentes etapas da produção, contudo, os círculos de cooperação estão pautados na noção de correlação “entre os lugares e agentes por intermédio dos fluxos de informações.” (CASTILHO; FREDERICO, 2010, p. 464). Os referidos autores diferenciam os dois conceitos:

- os circuitos espaciais de produção têm por característica os fluxos de matérias dispostos em instâncias que possuem distinção geográfica e movimento contínuo, ou seja, a distribuição, troca, consumo e produção;
- os círculos de cooperação têm por característica a comunicação, solidificada por meio dos fluxos imateriais, garantindo a organização dos agentes dispersos geograficamente e permitindo a sistematização dos lugares.

Para Castilho e Frederico (2010) os círculos de cooperação são fundamentais por permitirem a conexão das diferentes etapas da produção, separadas e dispostas espacialmente, à medida que organizam os diferentes agentes e lugares que constituem os circuitos espaciais de produção.

A cidade e o campo não funcionam de forma fragmentada, Santos (2005) salienta que já não se pode mais tratar regiões como rurais e sim agrícolas, pois as atividades agrícolas também são executadas em regiões urbanas, desse modo a região agrícola reproduz uma correlação entre o rural e o urbano.

Para Locatel e Hespanhol (2009), as atividades agrárias serão parecidas com a dinâmica urbana através dos vínculos intersetoriais relacionados ao nível tecnológico refletido pelo sistema agrícola moderno, mesmo que ainda não se tenha um desenvolvimento e difusão de técnicas ideais.

Ademais, as centrais de abastecimento ainda são relevantes para desenvolver as relações cidade-campo. As cidades têm influência direta sobre as atividades agrícolas. Conforme Santos (1988), há uma relação proporcional entre a modernização da atividade agrícola e seu alcance, já que quanto maior o aprimoramento da atividade agrícola, maior será seu alcance e mais profusa suas relações.

Contudo, como salientam Castilho e Frederico (2010), se faz necessária uma logística eficiente devido ao alargamento dos circuitos espaciais de produção agrícola, já que em tais circuitos está inserida uma numerosa parcela de regiões e agentes, sendo necessárias normas que facilitem e organizem a circulação das mercadorias.

Conforme Bini (2014), os circuitos mais amplos, e desnecessários, também influenciarão no preço final do produto, ao passo que acarretam em maiores gastos no tempo e espaço. É possível utilizar tal premissa para o caso de São Paulo, visto que, muitos produtos, antes dos produtos serem remanejados para os entrepostos do interior do estado, passam pela unidade da CEAGESP de São Paulo, demonstrando uma irracionalidade de dupla circulação.

Joly (2007) salienta que o desenvolvimento dos circuitos espaciais foi deixado para os Estados Nacionais, que, por sua vez, repassaram a responsabilidade para empresas e grandes firmas, as quais detêm até hoje, possuindo, portanto, a preferência na utilização dos sistemas técnicos, bem como o “comando dos circuitos espaciais, assim como das especializações produtivas nos territórios e regiões” (JOLY, 2007, p. 21). Essa organização torna irrelevantes os circuitos regionais e amplia a importância dos circuitos espaciais já que o processo produtivo está tão segmentando que a mais valia é obtida através da circulação da mercadoria no menor tempo possível.

Para Santos e Silveira (2006), é de fundamental importância a unificação do mercado em um determinado território, já que garantiria a presença das produções industriais e agrícolas, isto é, seriam em um território que se realizaria os circuitos de distribuição e do consumo, os autores ainda usam os exemplos das CEASAs, que se espalharam por vinte estados da Federação, na década de 1970.

De acordo com Santos e Silveira (2006), uma organização tradicional de armazenamento pode ser vinculada a uma nova concepção de transporte, bem como uma nova configuração de cultura, já que são conduzidos por fluxos, não necessariamente materiais,

como ordens e informação, de modo que o processo de produção foi separado em diversos lugares e empresas através da inteligência do capital, à vista disso se deu o advento de círculos de cooperação. Tanto os circuitos espaciais de produção quanto os círculos de cooperação demonstrarão “o uso diferenciado de cada território por parte das empresas, das instituições, dos indivíduos e permitem compreender a hierarquia dos lugares desde a escala regional até a escala mundial” (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p.144).

Foi a especialização produtiva que promoveu os diferentes circuitos espaciais que possuem graus divergentes de produção. Bini (2014) destaca que os produtos organizados a partir dos circuitos espaciais mais modernos são majoritariamente direcionados ao mercado internacional ou para mercados mais elitizados de regiões metropolitanas, à medida que os produtos cujos circuitos espaciais não são tão modernos podem ser captados por outros mercados antes de comercializados na região produtora, o que eleva o preço e dificulta o acesso da população de menor renda aos produtos.

De acordo com Castilho e Frederico (2010), os círculos de cooperação proporcionaram a superação do território já que é constituído por empresas e agentes financeiros internacionais, além de sua própria porção de Estados. Os autores destacam a hierarquia nos circuitos espaciais de produção, de modo que os verdadeiros detentores do poder são os que conseguem comandar a circulação criando um determinado movimento de produção.

O papel da CEAGESP é fazer o comércio dos produtos hortifrutigranjeiros, assim sendo, facilitando a relação entre consumidores e produtores, constituindo elemento imprescindível nos circuitos espaciais de produção hortifrutigranjeiros. Santos e Silveira (2006) salientam que a CEAGESP regula a organização da circulação de mercadorias através da emissão de *warrants*³ e do tempo de estocagem, interferindo diretamente nos circuitos espaciais de produção, bem como nos círculos de cooperação. Ao disponibilizar “instrumentos financiadores para operações fornece os instrumentos financiadores para operações em bancos e bolsas de mercadorias” (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 149).

A organização espacial pode ser definida como “conjunto de formas (campos, fábricas, caminhos, casas, etc.) e interações envolvendo pessoas, mercadorias, informação e capital, dispostos espacialmente” (CORRÊA, 2011, p. 7), ou seja, tanto a organização espacial quanto a forma espacial estão intrinsecamente relacionadas à sua utilidade perante a sociedade que ocupa tal organização. Silva (2013) considera imprescindível compreender todas as fases dos circuitos espaciais de produção, bem como sua correlação com a teoria dos dois circuitos

³ “Títulos de Créditos Especiais que possibilitam o financiamento dos estoques dos produtos armazenados” (CEAGESP, 2018).

da economia urbana, porque isso permite identificar os impactos de um produto sobre uma sociedade que é comandada por diferentes atores que possuem poderes diferenciados na estruturação do espaço.

Na presente investigação, as pesquisas de campo foram empreendidas nos meses de novembro e dezembro de 2019 e janeiro e fevereiro de 2020, com o objetivo de compreender os circuitos espaciais de produção incorporados pelas centrais de abastecimento. Foram entrevistadas pessoas-chaves junto a estabelecimentos concementes ao foco principal da pesquisa, isto é, os gerentes das unidades da CEAGESP de Araçatuba, Presidente Prudente e São José do Rio Preto. Foram aplicados formulários a 20% dos permissionários da CEAGESP de cada município.

Destarte, o dirigente da unidade da CEAGESP de São José do Rio Preto não nos atendeu, ainda que obtivéssemos permissão do Departamento de Entrepósitos do Interior (DEIT), localizado em São Paulo, para ter acesso aos dados e informações daquela unidade.

Para a pesquisa de campo também foram escolhidas aleatoriamente seis empresas em cada município estudado, constituindo dezoito empresas pesquisadas que realizam compras nas unidades da CEAGESP localizadas em cada um dos três municípios estudados, compondo: seis hipermercados, seis supermercados e seis mercados de bairro. Isto é, dois hipermercados, dois supermercados e dois mercados em Araçatuba, Presidente Prudente e São José do Rio Preto, a pesquisa de campo tinha por objetivo compreender as relações entre os dois circuitos da economia urbana com a CEAGESP, bem como compreender agentes que fazem parte dos circuitos espaciais de produção hortifrutigranjeiros incorporados por estas centrais.

Nos três municípios, as feiras livres e os pequenos mercados de bairros podem ser classificados como atividades do circuito inferior. Segundo Valério (2019) as feiras se configuram como estratégias antigas de comercialização direta de alimentos, sendo importantíssimas para estabelecer relações de proximidade entre produtor e consumidor final, sendo acessíveis aos pequenos produtores hortifrutícolas. Todavia foi observado que os feirantes agem também como intermediários, ou seja, agentes que constituem os circuitos espaciais da produção hortifrutigranjeira, o que adiciona mais uma etapa antes do produto chegar ao consumidor final, o que culmina na ampliação não só dos circuitos espaciais hortifrutigranjeiro, mas também do preço final dos produtos para o consumidor.

3.1 A relação da unidade da CEAGESP de Araçatuba, com os dois circuitos da economia urbana e os circuitos espaciais da produção hortifrutigranjeira.

A unidade da CEAGESP de Araçatuba, conforme foto 1, foi implantada em 23 de janeiro de 1982, sua infraestrutura é chamada de entreposto, constituída em seu interior por boxes e módulos.

Foto 1 – Fachada da unidade da CEAGESP em Araçatuba



Fonte: Larissa O. Dionisio (2019).

Na unidade operam empresas que efetuam compras no atacado para a revenda. São abastecidos tanto comerciantes locais como de cidades vizinhas. Tal unidade conta com 33 empresas cadastradas que comercializam produtos hortifrutigranjeiros.

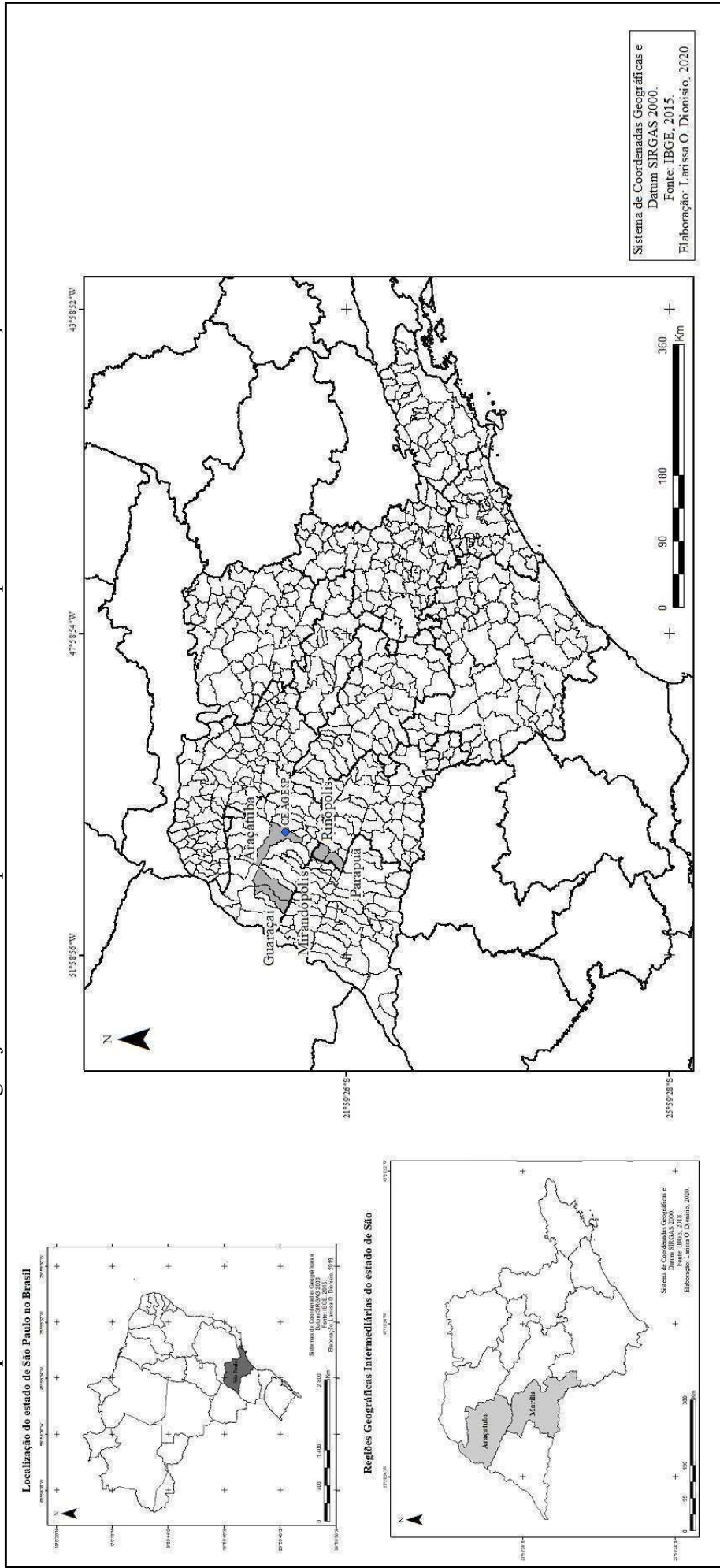
A obtenção dos dados primários se deu a partir da aplicação de formulários (Apêndice A) e da realização de entrevistas, de modo que por meio das entrevistas foram coletadas informações sobre as atividades que constituem o circuito superior da economia urbana, sendo estas: Hipermercados (SuperMuffato Hipermercado e Pão de Açúcar) e Supermercados (Rondon e Rosa Felipe); as entrevistas nos supermercados se deram nos meses outubro, novembro e dezembro de 2019, utilizando um roteiro semiestruturado (Apêndice A).

Também foi entrevistado o gerente da CEAGESP de Araçatuba para aquisição de informações relacionadas à distribuição e circulação de produtos no entreposto. A entrevista foi realizada no mês de dezembro de 2019. No mesmo período também foram aplicados os formulários a oito permissionários da CEAGESP, o que equivale a 20% do total.

A CEAGESP de Araçatuba é utilizada como ponto de comercialização, ao passo que a empresa não é responsável pelo controle financeiro, apenas fornece o espaço para atacadistas, varejistas e produtores rurais venderem suas mercadorias. A circulação de pessoas por dia de venda é de aproximadamente quinhentas, culminando em uma movimentação aproximada de 150 veículos de seus usuários, a empresa não possui cadastro dos compradores e não interfere nas vendas.

Segundo dados da pesquisa de campo que ocorreu em 2019, bem como informações fornecidas pelo gerente, os principais municípios que fornecem produtos para a CEAGESP de Araçatuba são: Araçatuba, Guaraçaí, Mirandópolis, Parapuá e Rinópolis; como pode ser visto no mapa 10.

Mapa 10 – Fluxo de hortifrutigranjeiros dos municípios do estado de São Paulo para a CEAGESP de Araçatuba.



Fonte: Pesquisa de campo (2019).

Na unidade da CEAGESP de Araçatuba são comercializados principalmente tomate, banana, laranja, melão e mamão. A área de influência da CEAGESP de Araçatuba compreende a maioria dos municípios da região geográfica intermediária de Araçatuba, isto é: Araçatuba, Bilac, Birigui, Buritama, Castilho, Gabriel Monteiro, Guaraçai, Guararapes, Mirandópolis, Penápolis e Piacatu.

Como supracitado, no que diz respeito às regiões, a solidariedade orgânica já não é tão presente e marcante, o que há atualmente “são solidariedades organizacionais. As regiões existem porque sobre elas se impõem arranjos organizacionais, criadores de uma coesão organizacional baseada em racionalidades de origens distantes, mas que se tornam um dos fundamentos da sua existência e definição” (SANTOS, 2006, p. 192). O autor também salienta que quanto maior a necessidade entre os lugares, mais interdependências serão criadas pelas verticalidades; as interdependências terão tendências a serem hierárquicas e transportar uma ordem de comando.

A CEAGESP de Araçatuba também fornece produtos hortifrutigranjeiros para o município de Lins, na região geográfica intermediária de Bauru, ao município de Tupã, na região geográfica de Marília e ao município de Planalto, na região geográfica imediata de São José do Rio Preto. Seu raio de atuação ainda se estende ao município de Três Lagoas, na região intermediária de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, que, segundo informações fornecidas pelo gerente do entreposto, os produtos hortifrutigranjeiros vendidos nos mercados e supermercados de Três Lagoas são adquiridos principalmente na unidade da CEAGESP de Araçatuba.

Verifica-se no Gráfico 3 a quantidade de produtos hortifrutigranjeiros comercializada na unidade da CEAGESP de Araçatuba entre 2005 e 2019. Em 2019 foram comercializados 22.051.683 kg. Entre os anos de 2005 e 2019, o ano que teve o menor volume comercializado em Araçatuba foi o de 2015, com o volume de 18.046.650 kg, conforme se verifica no Gráfico 3. O maior volume comercializado em Araçatuba foi de 56.276.492 kg, no ano de 2011, segundo o Índice de Preço CEAGESP (2011), o preço dos alimentos tiveram uma queda de 0,33%, associado às condições climáticas favoráveis, isso contribuiu para a queda dos preços da produção nacional.

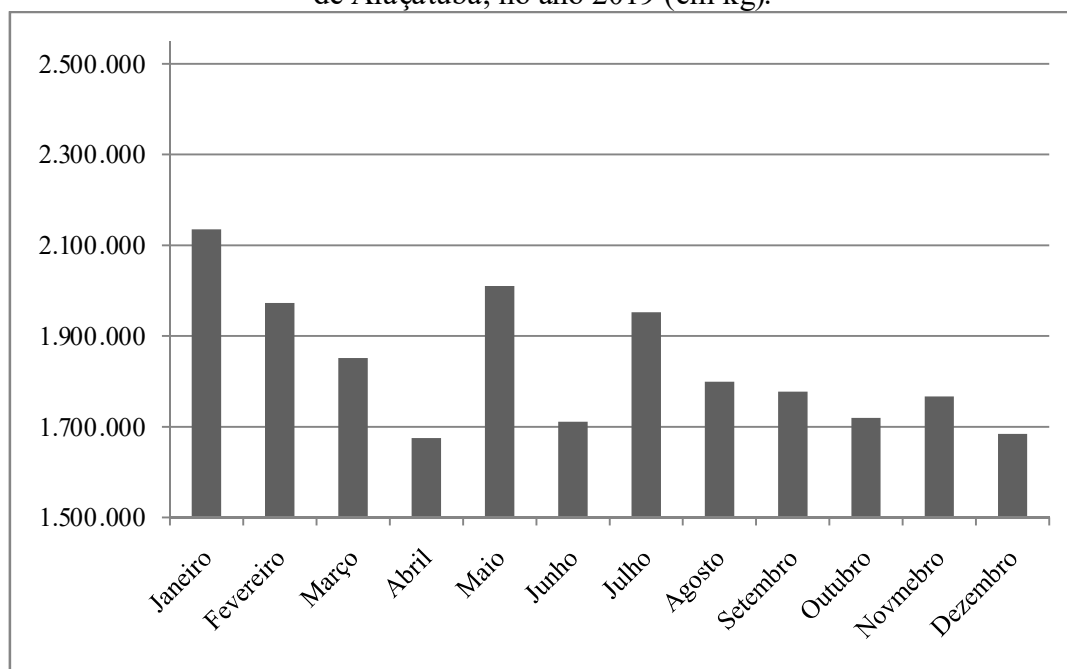
Gráfico 3 – Quantidade de hortigranjeiros, em kg, comercializada na unidade da CEAGESP de Araçatuba, entre 2005 e 2019.



Fonte: Conab/ SISCOM (2020).

No Gráfico 4 constam as informações referentes a quantidade mensal comercializada na unidade da CEAGESP de Araçatuba, no ano de 2019. Segundo dados do SISCOM (2020), o mês de janeiro apresentou o maior volume comercializado com 2.134.542 kg, segundo dados da CEAGESP (2019), o índice de preços teve uma ligeira queda de 1,23%, influenciada pela diminuição dos preços dos setores de frutas e diversos, já que a demanda do setor de frutas foi reduzida em razão do período de férias. O índice do mês de maio se encerrou com elevação de 3,49%, já o volume comercializado foi o segundo maior com 2.009.941 kg, a elevação do índice se deu pelas altas temperaturas e a chuva, isto é, pelas condições atmosféricas adversas que afetaram diretamente a qualidade principalmente dos legumes e das folhosas em geral. Em fevereiro, o volume comercializado foi de 1.972.356 kg. e o índice de preços CEAGESP apresentou uma elevação de 7,75%, já que ocorreu a diminuição da qualidade ofertada.

Gráfico 4 – Quantidade mensal de hortigranjeiros comercializada na unidade da CEAGESP de Araçatuba, no ano 2019 (em kg).



Fonte: Conab/ SISCO (2020).

Julho teve 1.952.379 kg comercializados, como mostra o Gráfico3, com queda de 0,96% no índice de preços, o setor de verduras demonstrou uma demanda retraída neste mês. Já em março, o volume comercializado foi de 1.851.491 kg com elevação no índice de preço de 3,49% influenciados pelas chuvas e altas temperaturas que interferiu diretamente na produção.

Os meses que apresentaram menor quantidade comercializada foram outubro com 1.719.076 kg, seguido de junho com 1.710.835 kg, dezembro com 1.638.773 kg. O mês que obteve o menor volume comercializado foi abril com 1.674.798 kg.

Em 2019, o volume comercializado pela unidade da CEAGESP de Araçatuba foi de 22.051.638 kg (Anexo I), -14,43% inferior ao ano de 2018. No ano de 2018 houve a greve dos caminhoneiros e dos funcionários da CEAGESP, não havendo registro nenhum das notas fiscais de entrada, o que prejudicou significativamente os índices gerais de preços da CEAGESP. O valor das vendas que ocorreram na CEAGESP de Araçatuba em 2019 foi de 68.607.180,15 reais, também com queda de -5,67% quando comparado a 2018.

Para a execução da pesquisa de campo foram selecionadas aleatoriamente seis empresas em Araçatuba que comprem produtos da unidade da CEAGESP da respectiva cidade, sendo dois hipermercados, dois supermercados e dois mercados de bairros.

Como supracitado, o circuito inferior pode ser classificado pelo comércio de pequena dimensão, considerado não-moderno e de pequenas quantidades. Em Araçatuba, as atividades que constituem o circuito inferior da economia urbana são as feiras e os mercados de bairros. De acordo com Santos (2008), o abastecimento desse circuito se dá através dos setores ditos moderno da economia, estando permanentemente em processo de adaptação e transformação. Foram escolhidos de forma aleatória o mercado JG e o mercado Iskema Box. A feira em que foram realizadas as entrevistas é a que é realizada aos sábados, no período da manhã. As entrevistas ocorreram nos meses de novembro e dezembro de 2019, utilizando um roteiro semiestruturado (Apêndice A).

O Empório JG, cuja fachada é mostrada na Foto 2, criado no ano de 2004 e adquirido no ano de 2017 pelo atual proprietário, situa-se na Rua São Sebastião, 689, no Bairro TV. O mercado Iskema Box, cuja fachada é mostrada na foto 3, foi criado em 1974 pela atual proprietária e se situa à Rua São Sebastião, 383, Bairro TV

Foto 02 - Fachada do Empório JG.



Fonte: Larissa O. Dionisio (2019).

Foto 3 - Fachada do Iskema Box.



Fonte: Larissa O. Dionisio (2019).

Os supermercados promoveram a criação de grandes demandas tanto em variedade quanto em quantidade. Santos (2008), afirma que são elementos que se propagaram com facilidade em países subdesenvolvidos, ou seja,

Os supermercados e as grandes lojas são fortemente sustentados pelas estruturas bancárias, ou então eles mesmos controlam os bancos. Nesse último caso, trata-se de um capital comercial de um tipo novo assimilável ao capital financeiro de que dispõem as grandes indústrias e que lhes permite uma certa autonomia.

As grandes lojas e os supermercados representam um fenômeno em expansão nos países subdesenvolvidos. Sua existência está ligada à possibilidade de uma demanda mais numerosa e mais diversificada, assim como às possibilidades de pagamento em dinheiro líquido ou segundo as formas burocráticas de crédito, tais como os cartões de crédito instituídos pelos bancos ou sistemas de crédito particulares a certas firmas comerciais (SANTOS, 2008, p. 86-87).

As atividades que compõem o circuito superior da economia urbana, segundo Santos (2008), são as que dispõem de crédito bancário, operam com grandes volumes de mercadoria e as atividades praticadas localmente têm tendência a se integrarem a uma cidade de nível superior, no país ou no exterior. Em Araçatuba, as atividades que integram o circuito superior são a própria CEAGESP, bem como os supermercados e hipermercados.

O supermercado Rosa Felipe foi criado em 1995, porém desde 1987 o proprietário trabalhava como gerente de uma das lojas dos supermercados Pastorinho e no ano de 1990 deixou o emprego, se uniu aos filhos e criou o Supermercado Max Box. No ano 2000 houve uma união de supermercados da Região de Araçatuba, por meio da criação da Rede Paulista de Supermercados (REDEPAS) que contribuiu para a grande expansão do Supermercado. No

ano de 2002, as instalações do supermercado foram ampliadas e modernizadas, conforme se verifica nas Fotos 4⁴ e 5.

Foto 4 - Supermercado Rosa Felipe antes e depois da reinauguração.



Fonte: REDEPAS Rosa Felipe (2019).

Foto 5 - Fachada atual do Supermercado Rosa Felipe.



Fonte: Larissa O. Dionisio (2019).

As atividades do Supermercados Rondon foram iniciadas paralelamente a instalação da Máquina Rondon de Beneficiamento e armazenamento de arroz no ano de 1977. Segundo o entrevistado, havia um lote vago nas proximidades da máquina, onde foi construída uma mercearia numa área de apenas 250 m². A primeira grande reforma se deu em 1983, quando a mercearia foi transformada em supermercado. Em 2006 a segunda loja da empresa foi inaugurada no Centro Comercial Cobrac; em 2013, a terceira loja foi inaugurada no Bairro

⁴REDEPAS Rosa Felipe. Nossa História. Disponível em: <<<https://www.rosafelipe.com.br/novo2013/Institucional.php?id=1>>> Acesso em: 09 de Mar. 2020.

Ipanema. A entrevista foi realizada na segunda loja da rede, (Foto 6), situada na Rua Conde Francisco Matarazzo, s/n, no Bairro São João⁵.

Foto 6 – Fachada do Supermercados Rondon.



Fonte: Supermercados Rondon [s.d.]⁶.

Em Araçatuba foram pesquisados dois hipermercados, o SuperMuffato Hipermercado e o Pão de Açúcar. O SuperMuffato Hipermercado é uma rede de operações de varejo, pertencente ao grupo Muffato que possui 43 lojas entre hipermercados e supermercados⁷. Em Araçatuba, o SuperMuffato, Foto 7, foi inaugurado em 29 de Novembro de 2013⁸, sendo o primeiro hipermercado da cidade.

Foto 7 – Fachada do Hipermercado SuperMuffato



Fonte: Abras (2013).

⁵Supermercado Rondon. Institucional. **História.** Disponível em: <<<https://www.supermercadosrondon.com.br/historia>>> Acesso em: 09 de mar. 2020.

⁶Supermercado Rondon. Institucional. **Lojas.** Disponível em: <<<https://www.supermercadosrondon.com.br/lojas>>> Acesso em: 04 de jan. 2021.

⁷SuperMuffato. **Institucional.** Disponível em: <<<https://www.supermuffato.com.br/Institucional/pt-br/grupo-muffato>>> Acesso em: 10 de Mar. 2020.

⁸Abras BRASIL. **Redes de Supermercado.** Disponível em: <<<https://www.abras.com.br/clipping.php?area=31&clipping=42447>>> Acesso em: 10 de Mar. 2020.

No Brasil, o Pão de Açúcar foi inaugurado em 1948, como doceria, apenas em 1952 foi inaugurado o primeiro supermercado da rede, em frente à doceria. No ano de 1966 foi inaugurada uma loja em Santos, a primeira fora da cidade de São Paulo. Em 1968 a rede já era composta por 64 lojas físicas, foi neste ano que foi criada a Divisão Internacional, com lojas em Angola, Espanha e Portugal.

O primeiro hipermercado da Rede Pão de Açúcar foi criado no ano de 1971, na cidade de Santo André, nesta década o grupo Pão de Açúcar adquiriu várias redes menores de supermercados o que possibilitou novos formatos em suas lojas na década de 1980. Em Araçatuba, o estabelecimento foi aberto em 1978 e passou por algumas reformas ao longo do tempo. A fachada da loja de Araçatuba atualmente é mostrada na Foto 8.

Foto 8 – Fachada do Hipermercado Pão de Açúcar



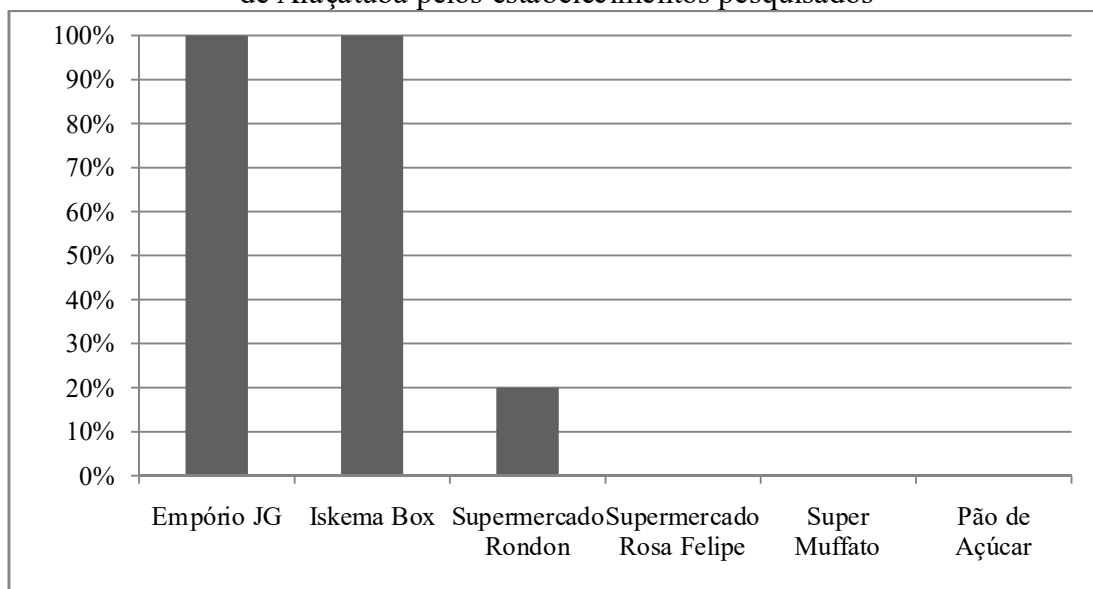
Fonte: Larissa O. Dionisio (2019).

No Gráfico 5, elaborado com base na pesquisa de campo, observa-se que a unidade da CEAGESP de Araçatuba fornece todos os produtos hortifrutigranjeiros para os mercados de bairros. No entanto, não possui grande influência nos supermercados. O Supermercados Rondon, por exemplo, compra cerca de 20% de suas mercadorias hortifrutigranjeiras da unidade da CEAGESP de Araçatuba, já que, segundo o gestor da loja, a logística da CEAGESP é excelente e a entrega é rápida, porém os outros 80% das mercadorias são adquiridos diretamente de produtores da região.

O Supermercado Rosa Felipe não adquire produtos hortifrutigranjeiros da unidade da CEAGESP de Araçatuba. Segundo o entrevistado, desde a criação da REDEPAS as compras passaram a ser feitas de forma centralizada e os produtos hortifrutigranjeiros são adquiridos na unidade da CEAGESP de São Paulo. Quando falta algum produto hortifrutigranjeiro as compras são feitas de outros fornecedores, raramente da unidade da CEAGESP de Araçatuba.

Os dois hipermercados pesquisados não possuem nenhuma dependência da unidade da CEAGESP de Araçatuba, já que o abastecimento é realizado pelas suas matrizes.

Gráfico 5 – Percentual dos produtos hortifrutigranjeiros adquiridos da unidade da CEAGESP de Araçatuba pelos estabelecimentos pesquisados



Fonte: Pesquisa de Campo (2019).

No Mapa 11, está representado a malha urbana de Araçatuba bem como os estabelecimentos escolhidos para a pesquisa empírica, sendo eles dois hipermercados, o Pão de Açúcar e o SuperMuffato, dois supermercados, o Supermercado Rondon e o Supermercado Rosa Felipe e os dois Mercados de bairros, o Empório JG e o Iskema Box. Além da feira livre que ocorre aos sábados, e a localização da CEAGESP.

Conforme Valério (2019) as feiras livres se constituem como estratégia direta de comercialização, bem como se afirmam e permanecem no tempo, entretanto em Araçatuba foi constatado que as feiras possuem maior tendência ao desaparecimento, já que estão cada vez menores, algumas não possuem mais bancas de produtos hortifrutigranjeiros, por exemplo, na feira-livre que ocorre as sextas-feiras, na rua Marcondes Salgado, no Bairro Santana, às sete horas da manhã havia apenas a barraca do pastel, conforme se verifica na Foto 9.

Foto 9 - Feira Livre que ocorre às sextas-feiras em Araçatuba.



Fonte: Larissa O. Dionisio (2019).

A feira onde ocorreram as entrevistas, no entanto, foi a que acontece aos sábados, no período da manhã, na Rua Imaculado Coração de Maria, no Bairro Paraíso, como pode ser visto na figura 4, se estendendo por aproximadamente 200 metros. Araçatuba conta com apenas cinco feiras, quatro delas ocorrendo no período da manhã, respectivamente nas quartas, quintas, sextas-feiras e sábado e uma feira que é realizada às terças-feiras entre 16 e 20 horas.

Dos dez feirantes entrevistados todos realizam as suas compras na unidade da CEAGESP de Araçatuba. Apenas um feirante pesquisado possui propriedade rural e a produção se destina tão somente à subsistência.

Figura 4 - Feira Livre da Rua Imaculado Coração de Maria, em Araçatuba.



Fonte: GoogleEarth, 2020. Org. Larissa O. Dionisio, 2020.

As feiras livres e os mercados de bairros constituem atividades do circuito inferior da economia urbana, ainda que alguns feirantes também sejam intermediários, já que adicionam uma etapa nos circuitos espaciais de produção, resultando no aumento do preço final dos produtos.

A finalidade da CE AGESP de Araçatuba é oferecer a infraestrutura necessária para que agroindústrias, atacadistas, cooperativas, exportadores, importadores, produtores rurais e varejistas possam empreender suas atividades com garantia de eficácia, segurança e serviços especializados, permeando os diversos circuitos espaciais da produção hortifrutigranjeira, como também intermediando os circuitos superior e inferior da economia urbana, contudo a empresa não oferece medidas para aproximar produtores a consumidores finais, o que ratifica a presença do atravessador, que por sua vez adiciona mais uma etapa nos circuitos espaciais de produção.

3.2 A relação da CEAGESP Presidente Prudente com os dois circuitos da economia urbana e os circuitos espaciais de produção hortífrutigranjeira.

A unidade da CEAGESP de Presidente Prudente foi implantada no ano de 1981, sua infraestrutura é chamada de entreposto, conforme Foto 10, possuindo em seu interior boxes e módulos.

Foto 10 - Fachada da unidade CEAGESP de Presidente Prudente.



Foto: Larissa O. Dionísio, (2018, p. 65).

Para a obtenção de dados primários foram realizadas entrevistas e aplicados formulários (Apêndice A). As entrevistas tiveram o objetivo de obter informações sobre as atividades que fazem parte do circuito superior e inferior da economia urbana, do mesmo modo que compreender as relações existentes entre os hipermercados, supermercados, mercados de bairros e feirantes em relação à unidade da CEAGESP de Presidente Prudente.

As atividades que constituem o circuito superior da economia urbana são: Hipermercados e Supermercados, em Presidente Prudente foram escolhidos aleatoriamente os Hipermercados Carrefour e Muffato Max e os supermercados Estrela e Mais Você. Já as atividades que fazem parte do circuito inferior da economia urbana são as feiras e os mercados e quitandas de bairro, foram escolhidas, de forma aleatória, o Mercado Ideal e a Quitanda Empório do Campo. A feira livre onde foram feitas as entrevistas é a principal da cidade. Ela é realizada na Avenida Manoel Goulart aos sábados, no final da tarde até a noite e

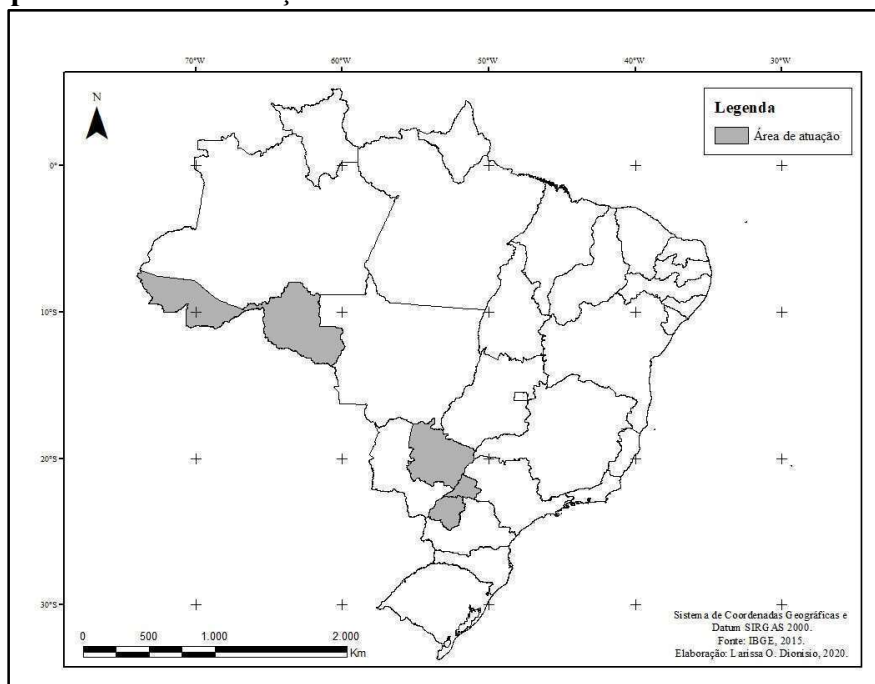
aos domingos até o meio dia. As entrevistas foram realizadas nos meses de dezembro do ano de 2019 e janeiro de 2020, utilizando um roteiro semiestruturado (Apêndice A).

Também foi entrevistado o gerente da CEAGESP para a obtenção de informações acerca da distribuição, bem como da circulação da produção que chega ao entreposto. A entrevista foi realizada no mês de novembro de 2019. Já os formulários (Apêndice A) foram aplicados nos meses de novembro e dezembro de 2019 a 19 permissionários que perfazem 20% do total.

A unidade da CEAGESP de Presidente Prudente abastece cerca de 70 municípios da região, somando um volume anual de 61 mil toneladas, em média 5 mil toneladas ao mês, seu fluxo de pessoas aproximado varia de 200 a 1.200 pessoas por dia e alcança 1,4% do total dos produtos comercializada pela rede CEAGESP.

Na unidade da CEAGESP de Presidente Prudente são comumente comercializados: banana, batata, cebola, laranja e tomate. O raio de atuação da unidade compreende o Pontal do Paranapanema e a Nova Alta Paulista, bem como o Noroeste do Paraná e o Leste do Mato Grosso do sul, como pode ser visto no Mapa 12. Segundo informações coletadas na pesquisa de campo, a CEAGESP de Presidente Prudente também remete esporadicamente produtos para os estados de Rondônia e Acre.

Mapa 12 – Área de atuação da unidade da CEAGESP de Presidente Prudente – SP



Fonte: Pesquisa de Campo (2019).

O entreposto é constituído por boxes e módulos. Boxes são pavilhões de comercialização distribuídos individualmente, enquanto os módulos, também designados de “pedra”, possuem área menor do que os boxes e são divididos por faixas pintadas no chão, conforme mostrado na Foto 11.

Foto 11 - Demarcação dos módulos da CEAGESP de Presidente Prudente.



Fonte: Pesquisa de campo (2019).

A unidade da CEAGESP de Presidente Prudente possui 46 boxes e 150 módulos; os boxes são destinados aos produtos hortifrutigranjeiros, enquanto 36 módulos para o mercado de flores e outros 124 para comercialização de outros produtos.

Segundo informações do gerente, a unidade da CEAGESP de Presidente Prudente possui 96 permissionários, dentre os quais apenas seis são produtores, ou seja, permissionários são comerciantes, pessoas ou empresas que buscam os produtos em outros lugares, não sendo essencialmente produtores.

Verifica-se na Tabela 7 que 36% dos produtos comercializados na unidade da CEAGESP de Presidente Prudente são provenientes do município de Álvares Machado e 15% têm como origem o município de Regente Feijó, ambos contíguos à Presidente Prudente. 14%

do volume total comercializado na referida unidade têm como origem o município de Alvinlândia, enquanto que os municípios de Indiana, Anhumas, Emilianópolis e Pacaembu são responsáveis por 35% dos produtos comercializados no entreposto, ou seja, cada município elencado é responsável, em média, por 7% dos produtos comercializados.

Tabela 7– Fluxo de hortifrutigranjeiros dos municípios do estado de São Paulo para a unidade da CEAGESP de Presidente Prudente, em porcentagem.

Permissionários	Porcentagem (%)
Álvares Machado	36
Regente Feijó	16
Alvinlândia	14
Indiana	7
Anhumas	7
Emilianópolis	7
Pacaembu	7
Ibiporã (PR)	6
Total	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

A quantidade comercializada de produtos hortifrutigranjeiros na CEAGESP de Presidente Prudente em 2019 foi 59.988.152 kg, entretanto, o seu ápice foi no ano de 2014, quando foram comercializados 61.004.470 kg, como pode ser visto no Gráfico 6.

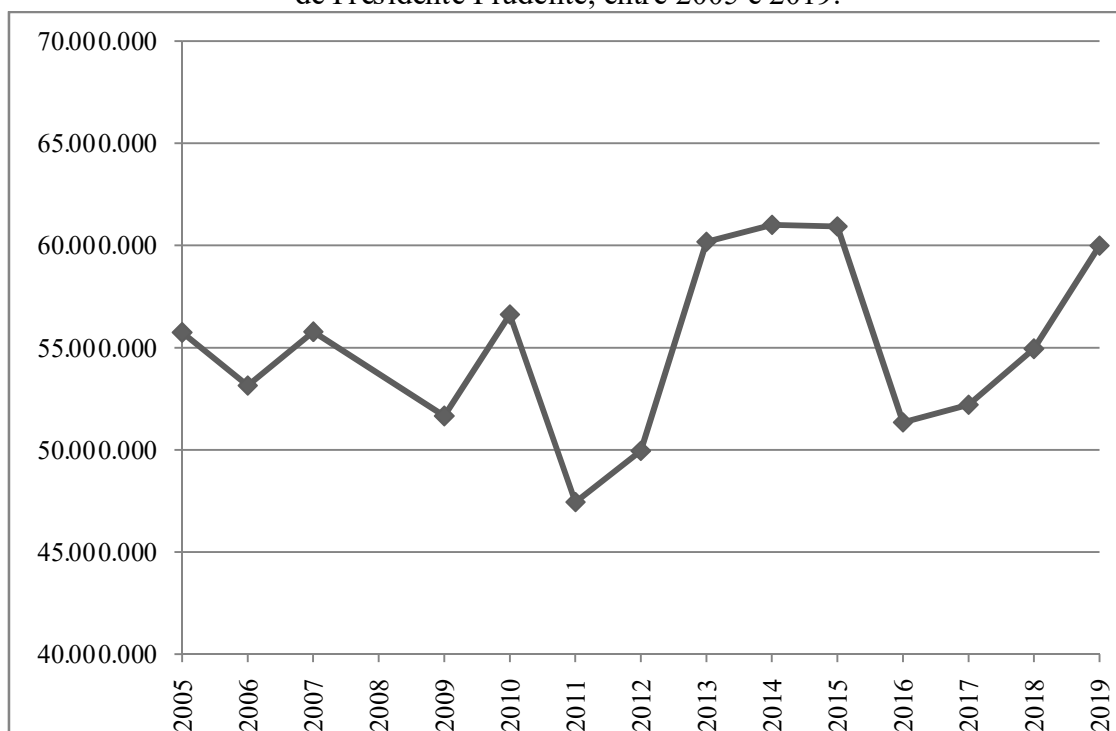
No ano de 2014, o volume comercializado na CEAGESP de Presidente Prudente foi de 61.004.470 kg, sendo o ano com a maior quantidade comercializada, já segundo o Índice de preços CEAGESP (2014)⁹, os preços em 2014 registraram altas de 4,84% no geral, contudo no mês de dezembro houve retração de 5,25%, os índices foram satisfatórios, visto que 2014 foi um ano de escassez de água e grande estiagem, o que resultaria em problemas na produção agrícola e, por conseguinte, no abastecimento. Contudo, ainda que em novembro de 2011, houvesse probabilidade de aumento nos preços, em virtude do período ser de altas temperaturas e excesso de chuva, o que afetaria a produção, o que ocorreu foi o contrário, com grande oferta de frutas e legumes, atendendo a baixa demanda, o que suscitou a queda significativa dos preços.

O menor volume comercializado na CEAGESP de Presidente Prudente foi no ano de 2011, com um volume comercializado de 47.450.616 kg, ainda que o preço dos alimentos, segundo o Índice de Preços CEAGESP (2011)¹⁰, apresentasse queda e as condições atmosféricas foram favoráveis, no caso da CEAGESP de Presidente Prudente houve diminuição na quantidade ofertada, o que resultou na alta dos preços e redução da qualidade dos produtos, muito diferente do que aconteceu na CEAGESP de Araçatuba, a qual demonstrou diminuição dos preços e aumento da quantidade ofertada, sem interferência na qualidade da produção.

⁹CEAGESP. **Índice CEAGESP fecha 2014 com alta de 4,84%**. São Paulo: 2015. Apresenta Informações sobre o Índice CEAGESP de 2014. Disponível em: <<<http://www.ceagesp.gov.br/entrepotos/servicos/indice-ceagesp/indice-ceagesp-fecha-2014-com-alta-de-484/>>> Acesso em 14 de Jan. 2020.

¹⁰CEAGESP. **Índice de Preço CEAGESP 2011**. São Paulo: 2011. Apresenta Informações sobre o Índice CEAGESP de 2011. Disponível em: <<<http://www.ceagesp.gov.br/entrepotos/servicos/indice-ceagesp-ano/2011/>>> Acesso em 05 de Jan. 2021.

Gráfico 6 – Quantidade de hortigranjeiros, em kg, comercializada na unidade da CEAGESP de Presidente Prudente, entre 2005 e 2019.



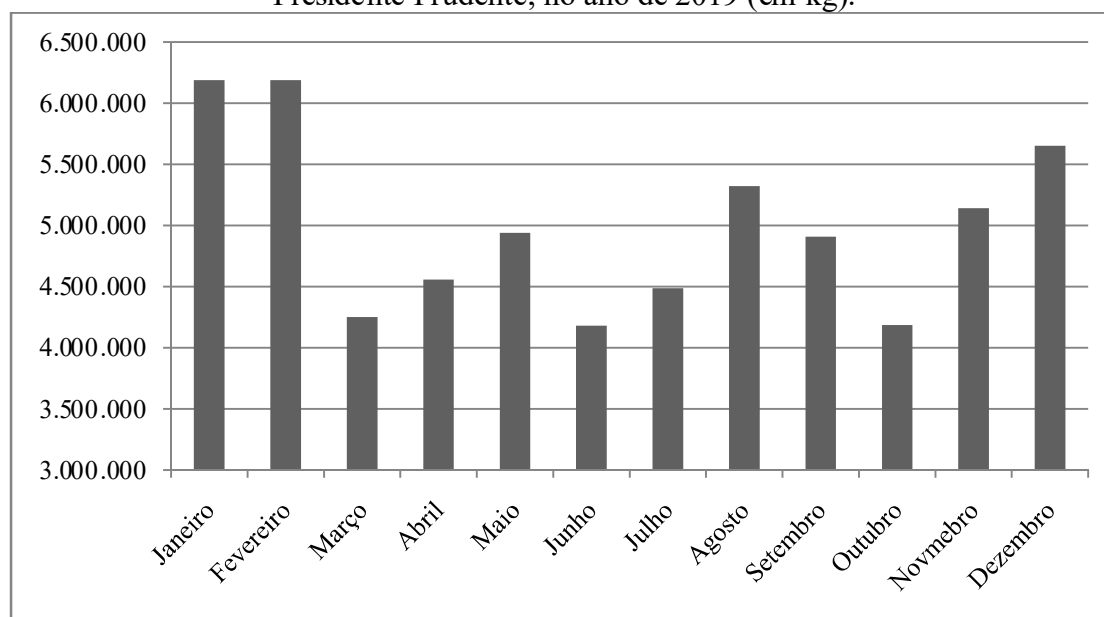
Fonte: Conab/SISCOM (2020).

Verifica-se no Gráfico 7 a quantidade mensal comercializada na unidade da CEAGESP de Presidente Prudente no ano de 2019. Tanto o mês de janeiro, quanto de fevereiro de 2019 tiveram o mesmo volume comercializado segundo dados do SISCOM (2020), ou seja, 6.187.045 kg.

Já o mês de dezembro registrou um volume comercializado de 5.649.839 kg, cujo Índice de Preço CEAGESP (2019) demonstrou uma elevação para 1,35%, em razão das condições atmosféricas terem sido prejudiciais para produção agrícola, principalmente as mais sensíveis, que são os legumes e as verduras.

No mês de agosto, houve um aumento no volume comercializado, já que o volume foi de 5.320.611 kg, em razão de a oferta ser adequada, mas a demanda se mostrou reduzida. O volume em agosto se mostrou maior do que o de novembro, que foi de 5.141.503 kg. Em maio, o volume comercializado foi de 4.938.948 kg. Seguido de setembro, com o volume de 4.907.925 kg. Os meses que apresentaram menor volume comercializado foram abril com 4.556.716 kg, seguido de julho com 4.484.922 kg, março com 4.249.217 kg e outubro com 4.184.423 kg. Sendo junho o mês que teve o menor volume comercializado, com 4.179.958 kg.

Gráfico 7 – Quantidade de hortigranjeiros comercializados na unidade da CEAGESP de Presidente Prudente, no ano de 2019 (em kg).



Fonte: Conab/ SISCOB (2020).

Em 2019, o volume comercializado pela CEAGESP de Presidente Prudente foi de 59.988.152 quilos (Anexo I), demonstrando um aumento de 9,19% no volume comercializado, comparado ao ano de 2018. Ainda deve se considerar que o crescimento entre 2018 e 2019 decorreu da greve dos caminhoneiros em maio e da greve dos funcionários da CEAGESP de São Paulo no final de julho e início de agosto, não havendo registro nenhum das notas fiscais de entrada.

Para a consecução dos objetivos da pesquisa foram escolhidas seis empresas em Presidente Prudente que comprem produtos da CEAGESP, ou seja, dois hipermercados, dois supermercados e dois mercados de bairros.

O circuito inferior é constituído por comércio de pequena escala, que oferta pequenas quantidades, em Presidente Prudente pode ser classificado neste circuito tanto as feiras livres como os mercados de bairros. Os dois estabelecimentos pesquisados que fazem parte do circuito inferior em Presidente Prudente foram criados na primeira década de 2000. O ‘Supermercado’ Ideal, cuja fachada está mostrada na Foto 12, se localiza à Rua Abílio Nascimento, 759, no Jardim Santa Marta. A quitanda Empório do Campo, mostrada nas fotos 13 e 14, foi inaugurada em 30 de Novembro de 2019, se situa à Rua Ana Vernile Vilela, 153, no Parque Residencial São Lucas.

Foto 12 - Fachada do Mercado ‘Supermercado’ Ideal.



Fonte: Larissa O. Dionisio (2020).

Foto 13 - Fachada da Quitanda Empório do Campo



Fonte: Larissa O. Dionisio (2020).

Foto 14 - Quitanda Empório do Campo



Fonte: Quitanda Empório do Campo (2020)¹¹.

Já os estabelecimentos que compõem o circuito superior são os que operam grandes volumes de mercadorias, em Presidente Prudente fazem parte do circuito superior os supermercados e hipermercados. O Supermercado Estrela foi criado no ano de 1983, em Regente Feijó, sendo a primeira loja inaugurada em Presidente Prudente somente no ano de 2003. A entrevista foi realizada na loja da empresa situada à Rua Coronel Albino, 1944, no bairro São Judas Tadeu, cuja inauguração se deu em dezembro de 2007¹², a fachada atual da loja em Presidente Prudente é mostrada na foto 15. O Supermercado Mais Você, mostrado na foto 16, foi inaugurado em 2017 e se situa à Rua Prudente de Moraes, 575, no Jardim Aviação.

¹¹Quitanda Empório do Campo. **Galeria.** Disponível em: <<<https://quitanda-emporio-do-campo.business.site/#testimonials>>> Acesso em: 10 de mar. 2020.

¹²Supermercado Estrela. **Institucional.** **História.** Disponível em: <<http://site.superestrela.com.br/institucional/1/historia_5.html>> Acesso em: 10 de mar. 2020.

Foto 15 – Fachada do Supermercado Estrela.



Fonte: Larissa O. Dionisio (2020).

Foto 16 – Fachada do Supermercado Mais Você.



Fonte: Larissa O. Dionisio (2020).

O Carrefour foi criado no ano de 1959, em Annecy, na França. Em 1975 foi aberto o primeiro hipermercado no Brasil, sendo que no ano de 1999, o grupo possuía 59 lojas no país¹³. Em 1997, a rede Carrefour comprou aproximadamente 50% da sociedade Eldorado, que possuía sete hipermercados no estado de São Paulo¹⁴, inclusive o Hipermercado Eldorado que era empresa âncora do principal *Shopping Center* de Presidente Prudente, o Prudenshopping, inaugurado em novembro de 1990. Atualmente, o Carrefour se constitui como empresa âncora do Prudenshopping, situado à Avenida Manoel Goulart, 2.400, conforme mostrado na foto 17.

¹³ Carrefour. **Trajetória/grupo Carrefour**.Disponível em:<<<https://www.carrefour.com.br/institucional/grupo-carrefour/trajetoria>>> Acesso em: 07 de mar. 2020.

¹⁴ UOL. **Carrefour compra 50% do Eldorado**. Disponível em:<<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi161216.htm>>> Acesso em: 07 de Marc. 2020

Foto 17 - Hipermercado Carrefour.



Foto: Larissa O. Dionisio (2020).

A empresa Muffato Max foi criada no ano de 1974 e pertence ao Grupo Muffato, cuja sede se localiza na cidade de Cascavel, no Estado do Paraná. O grupo Muffato também é proprietário do SuperMuffato Hipermercado, que é a loja âncora, do Parque Shopping Prudente. Em Presidente Prudente, o Muffato Max, foto 18, se localiza à Avenida Salim Farah Maluf, 170.

Foto 18 - Fachada do Muffato Max em Presidente Prudente.



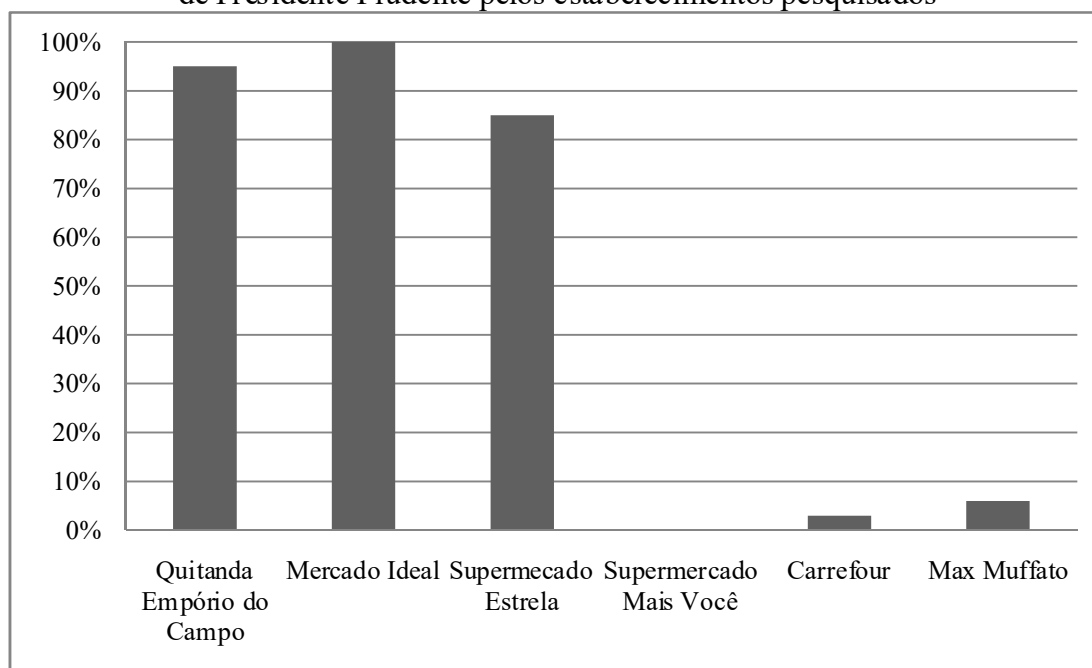
Foto: Larissa O. Dionisio (2020).

Como se verifica no Gráfico 8, elaborado a partir de pesquisa de campo, o mercado e a quitanda adquirem a maioria de seus produtos hortifrutigranjeiros na unidade da CEAGESP de Presidente Prudente. No caso da quitanda, produtos como melancia e batata doce são comprados diretamente de produtores. O supermercado Estrela adquire 85% dos produtos comercializados na unidade da CEAGESP de Presidente Prudente, enquanto que o Supermercado Mais Você adquire os produtos na unidade da Ceasa de Londrina (PR), porque os preços são mais baixos do que na unidade da CEAGESP de Presidente Prudente.

Os hipermercados adquirem produtos hortifrutigranjeiros na unidade da CEAGESP de Presidente Prudente somente quando há uma falta de produtos remetidos por suas matrizes. O

Carrefour costuma adquirir cerca de 3% dos produtos hortifrutigranjeiros na unidade da CEAGESP de Presidente Prudente, enquanto que o Muffato Max adquire cerca de 6%, comprando o restante de outros fornecedores.

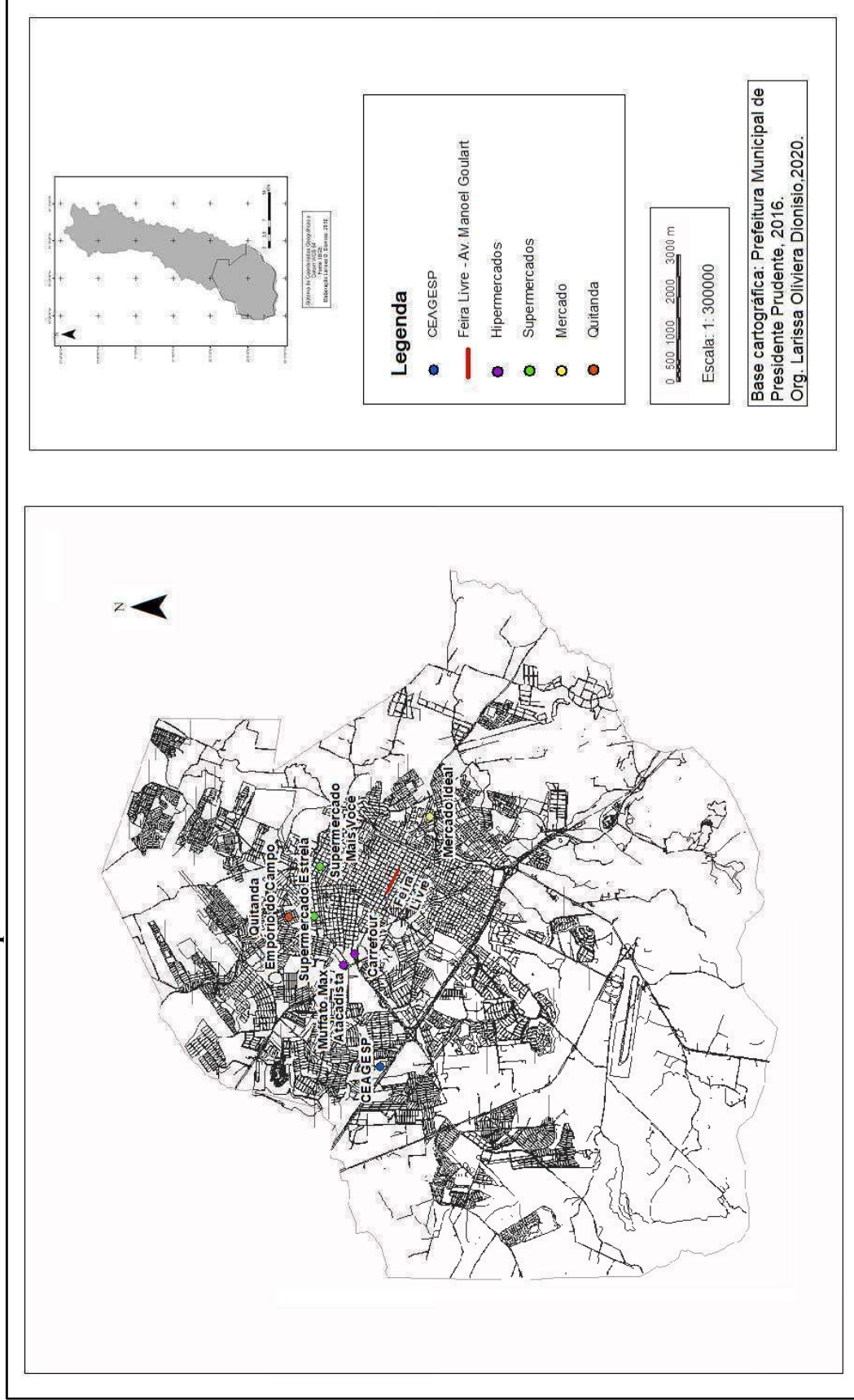
Gráfico 8 – Percentual de produtos hortifrutigranjeiros adquiridos na unidade da CEAGESP de Presidente Prudente pelos estabelecimentos pesquisados



Fonte: Pesquisa de Campo (2020).

O Mapa 14 mostra os dois hipermercados bem como os dois supermercados e um mercado e uma quitanda, que foram alvo da pesquisa empírica. Respectivamente, o Carrefour e o Muffato Max Atacadista, o Supermercado Estrela e o Supermercado Mais Você e por fim, o Mercado Ideal e a Quitanda Empório do campo. O mapa ainda demonstra a localização da feira livre que ocorre aos sábados e domingos na Avenida Manoel Goulart e da própria CEAGESP.

Mapa14 – Malha urbana de Presidente Prudente - SP.



Fonte: Pesquisa de Campo (2019).

Segundo Pereira (2020), a cidade de Presidente Prudente conta com 30 feiras realizadas de segunda a domingo, o qual 26 são feiras livres e 4 feiras da lua. Atualmente a feira livre da Avenida Manoel Goulart conta com 191 feirantes “distribuídos em diversos ramos de produtos: hortícolas, roupas, calçados, embutidos, mudas de flores e frutíferas, alimentos prontos (pastéis, espetinhos, pães)” (PEREIRA, 2020, p. 207).

Ainda segundo o mesmo autor, não só as feiras livres, como também os armazéns, mercados municipais e mercearias são antecessores dos supermercados e das centrais de abastecimento, foi só na década de 1950 que foram implementados os primeiros supermercados no Brasil que passaram a competir com as feiras livres, levando vantagem, pois as feiras ocorrem em dias específicos enquanto os supermercados abrem diariamente.

A principal feira livre da cidade, antes era realizada na Vila Marcondes, próxima da Ferrovia Paulista S/A (FEPASA), posteriormente foi transferida para a Praça da Bandeira e por fim para a Avenida Manoel Goulart onde ocorre até os dias atuais, conforme figura 5.

Figura 5 - Feira Livre da Avenida Manoel Goulart em Presidente Prudente.



Fonte: GoogleEarth, 2020. Org. Larissa O. Dionisio, 2020.

A feira livre da Avenida Manoel Goulart se estende por 700 metros, constituindo-se na principal feira da cidade, grande parte dos feirantes que comercializam na feira da Avenida Manoel Goulart também comercializam seus produtos em outras feiras que ocorrem em outros dias da semana. A feira da Avenida Manoel Goulart ocorre aos sábados e domingos e foi nesta feira que foram realizadas as entrevistas com dez feirantes no ano de 2019. Os dez feirantes entrevistados compram todos os seus produtos da CEAGESP de Presidente Prudente, enquanto apenas um tinha propriedade rural, mas não produzia para

comercialização, apenas para subsistência da família, sendo comercializada eventualmente somente a produção excedente.

As feiras livres e mercados de bairros são atividades que constituem o circuito inferior, contudo, como supracitado, os feirantes também podem ser classificados como intermediários, isto é, agentes constituintes dos circuitos espaciais de produção hortifrutigranjeira, já que acrescentam mais uma etapa na circulação dos produtos hortifrutigranjeiros, resultando na ampliação dos preços para o consumidor final.

Tal qual a CEAGESP de Araçatuba, a CEAGESP de Presidente Prudente tem como função garantir a infraestrutura eficaz e sustentável para que varejistas, atacadistas, importadores e exportadores, etc. possam realizar suas atividades de forma eficaz e segura, promovendo a integração entre os circuitos superior e inferior da economia urbana e mediando os circuitos espaciais da produção hortifrutigranjeira, no entanto nas duas empresas não comparecem medidas que promovam a maior integração entre produtos e consumidor final, ratificando a presença em ambos os casos a figura do intermediário dentro da empresa.

3.3 A relação da CEAGESP São José do Rio Preto com os dois circuitos da economia urbana e os circuitos espaciais de produção hortifrutigranjeira.

A unidade da CEAGESP de São José do Rio Preto, conforme Foto 19, foi implantada no final da década de 1970, precisamente no ano de 1979, constituindo o primeiro entreposto construído fora da capital, inaugurando o projeto de descentralização da Companhia, que seguia rumo ao interior de São Paulo.

Foto 19 – Fachada da unidade CEAGESP de São José do Rio Preto.



Fonte: CEAGESP (2019).

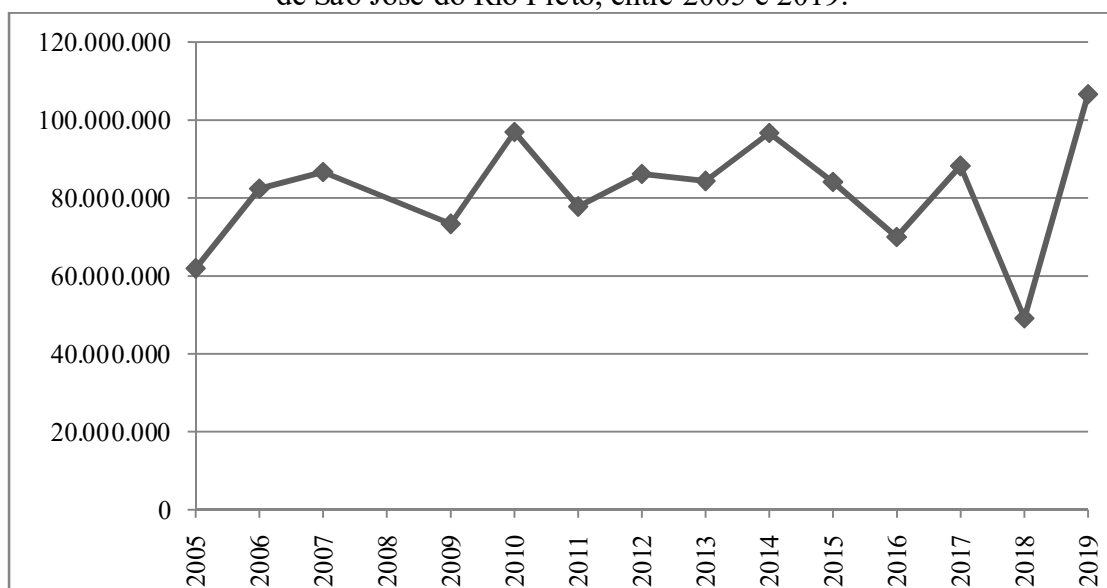
Foram realizadas entrevistas com roteiros semiestruturados (Apêndice A) para obtenção de dados primários, o objetivo era compreender quais atividades faziam parte do circuito superior e inferior da economia urbana, concomitantemente fazer a análise dos estabelecimentos que têm dependência da unidade da CEAGESP de São José do Rio Preto.

À vista disso, as atividades que fazem parte do circuito superior da economia urbana são: os Hipermercados SuperMuffato e Carrefour e os Supermercados Zucatto e Proença Supermercados, todos escolhidos de forma aleatória. Já as atividades que constituem o circuito inferior da economia urbana são as feiras livres e os mercados de bairros, foram escolhidos o Mini Mercado Líder e o ‘Supermercado’ Silva e Silva. Já a feira livre onde foram realizadas as entrevistas foi a que ocorre às quartas-feiras, no período da manhã. Foram entrevistados dez feirantes. As entrevistas se deram no mês de Novembro e Dezembro de 2019 e Janeiro de 2020.

Segundo o *site* da CEAGESP (2019), a função do entreposto é fazer a comercialização de produtos hortícolas, com foco no suprimento das necessidades dos comerciantes locais e cidades vizinhas. A unidade também funciona apenas para compras em grandes quantidades (no atacado).

Verifica-se no Gráfico 9 a quantidade comercializada pela unidade da CEAGESP de São José do Rio Preto no ano de 2019 que foi de 106.594.045 kg, constituindo também o maior volume comercializado. Já o menor volume ocorreu no ano de 2018, constituindo 49.140.078 kg, valor muito menor até mesmo do que o ano de 2005, devido às chuvas e o aumento das temperaturas, houve o prejuízo na qualidade de culturas importantes o que culminou na redução do volume ofertado.

Gráfico 9 – Quantidade de hortigranjeiros, em kg, comercializada na unidade da CEAGESP de São José do Rio Preto, entre 2005 e 2019.



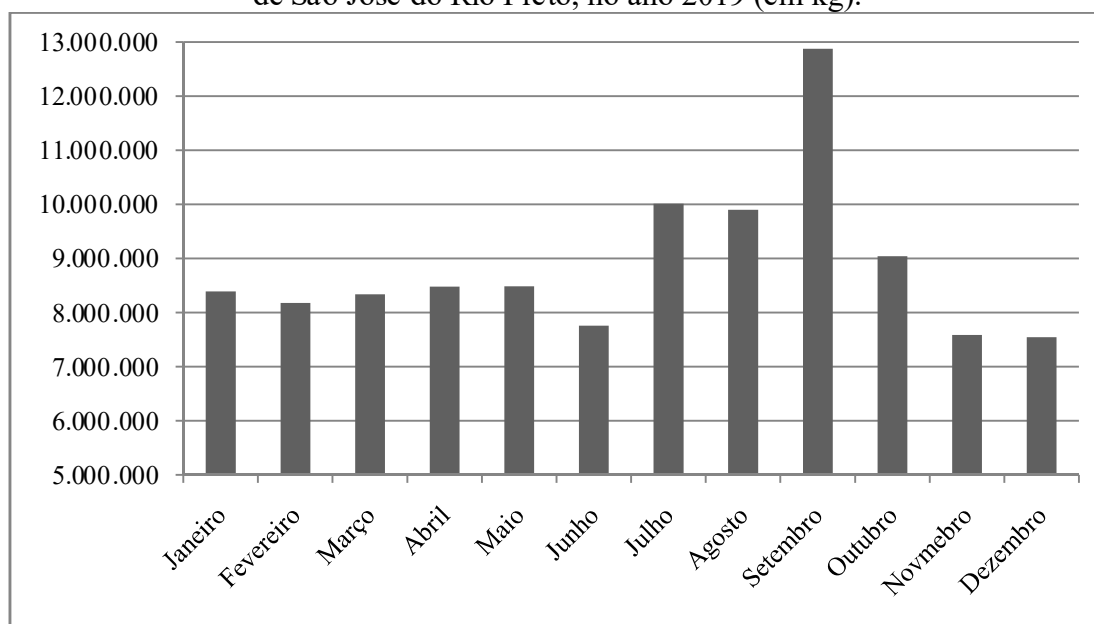
Fonte: Conab/ SISCO (2020).

Como consta no Gráfico 10, o mês de setembro foi o que apresentou maior volume de comercialização na unidade da CEAGESP de São José do Rio Preto no ano de 2019, com 12.874.788 kg, setembro foi seguido pelo mês de julho, com 10.012.483 kg.

No mês de agosto o volume de comercialização foi de 9.900.366 kg. Já no mês de outubro o volume comercializado foi de 9.042.243 kg. No mês de janeiro o volume comercializado foi de 8.390.499 kg, seguido de maio com 8.485.107 kg. No mês de abril em razão das condições climáticas, já que ocorreram altas temperaturas e excesso de chuva, o volume comercializado foi de 8.482.038 kg. Seguido de março com 8.340.052 kg.

Os meses que apresentaram menor quantidade comercializada foram fevereiro com 8.179.964 kg comercializados, seguido de junho com 7.755.957 kg e novembro com 7.583.835 kg comercializados. O mês de dezembro foi o que teve menor quantidade comercializada, com 7.546.653 kg.

Gráfico 10 – Quantidade mensal de hortigranjeiros comercializada na unidade da CEAGESP de São José do Rio Preto, no ano 2019 (em kg).



Fonte: Conab/ SISCOB (2020).

O volume comercializado em 2019, na CEAGESP de São José do Rio Preto, foi de 106.594.045 quilos (Anexo I); a variação entre 2018 e 2019 foi de 116,92%, já o valor, em reais, foi de 289.481.956,35 reais. No entanto deve ser considerado que houve greve tanto dos caminhoneiros quanto dos funcionários da CEAGESP.

A organização espacial resultou em processos de dispersão espacial. Corrêa (2016) salienta que é possível classificá-las através de duas origens: a difusão de objetos e o aparecimento “*in situ*” de objetos. A dispersão ‘*in situ*’ se manifesta em ocorrências isoladas, como “lojas de esquina” oriundas de demandas de bens e serviços em um determinado bairro, como: quitandas, padarias, armazéns, açougues etc. Contudo, com a presença, cada vez mais marcante, de supermercados e *Shopping Centers*, está ocorrendo uma tendência ao desaparecimento dessas manifestações, como é o caso de São José do Rio Preto, onde foi mais fácil achar redes de supermercados e hipermercados do que pequenos mercados de bairro.

O Mini Mercado Lider, cuja fachada é mostrada na foto 20, foi aberto no ano de 2011 e está situado à Avenida Comendador Arnaldo Luiz Martinelli, 460, no Residencial Nato Vitorasso. Já o outro mercado de bairro denominado de ‘Supermercado’ Silva e Silva, cuja fachada é mostrada na foto 21, foi criado na primeira década do século XX e já trocou de proprietário três vezes, este está localizado à Rua Jorge Daher Scander, 423, no Residencial Nato Vitorasso.

Foto 20 – Fachada do Mini Mercado Lider



Fonte: Larissa O. Dionisio (2019).

Foto 21 – Fachada do ‘Supermercado’ Silva e Silva



Fonte: Larissa O. Dionisio (2019).

O Proença Supermercado foi fundado em 1960, sua sede fica em Pereira Barreto, no interior do estado de São Paulo, atualmente conta com 16 unidades distribuídas pelo estado de São Paulo, quatro lojas apenas em São José do Rio Preto e uma no Mato Grosso do Sul. A loja pesquisada se localiza à Avenida Anísio Haddad, 6889, no Parque Estoril, cuja fachada é mostrada na foto 22.

Foto 22 – Fachada do Proença Supermercado



Fonte: Larissa O. Dionisio (2019).

O Supermercado Zucatto é mais recente, tendo sido criado no ano de 2016, cuja fachada é mostrada na foto 23, este se localiza à Rua Militão Policarpo Ferreira, 260, no bairro Jardim Maria Lucia. Além dessa, a empresa possui ainda outra loja em São José do Rio Preto.

Foto 23 – Fachada do Supermercado Zucatto



Fonte: Larissa O. Dionisio (2019).

O Carrefour possui três lojas em São José do Rio Preto, a loja pesquisada foi a âncora do Riopreto *Shopping Center*, localizada à Avenida Brigadeiro Faria Lima, 6363, cuja fachada é mostrada na foto 24.

Foto 24 – Fachada do Carrefour Hipermercado

Fonte: Larissa O. Dionisio (2019).

O SuperMuffato, cuja fachada é mostrada na foto 25, foi inaugurado em 2015 e está localizado à Avenida Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, 8000, no bairro Jardim Maracanã.

Foto 25 – Fachada do SuperMuffato

Fonte: Larissa O. Dionisio (2019).

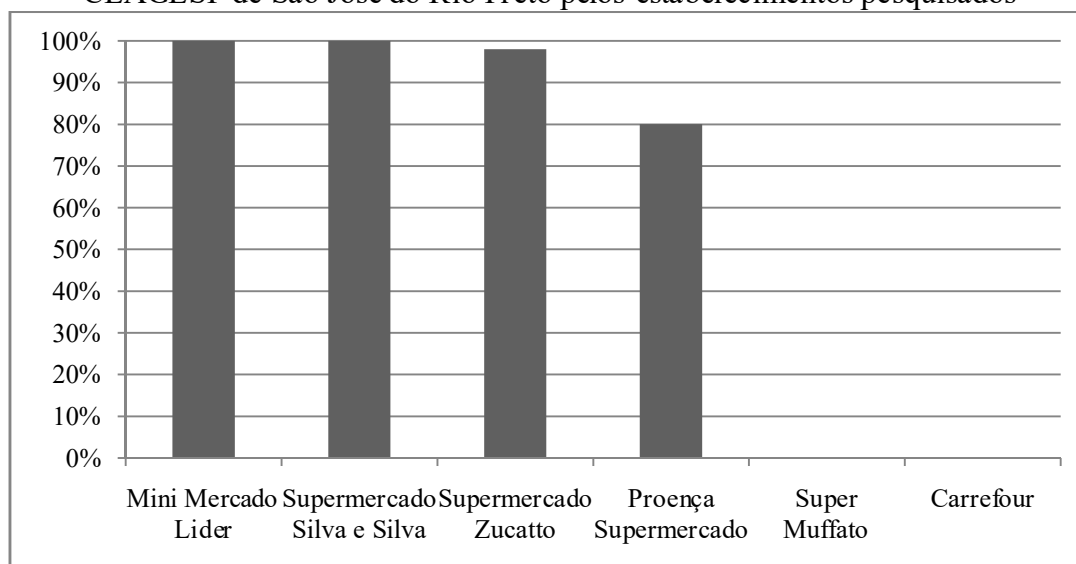
No Gráfico 11, elaborado a partir da pesquisa de campo, é possível verificar que, assim como em Araçatuba e Presidente Prudente, todos os produtos dos mercados são adquiridos na unidade da CEAGESP da respectiva cidade. Contudo a unidade da CEAGESP de São José do Rio Preto não possui tanta influência nos supermercados e nenhuma influência nos hipermercados.

Tanto o Proença Supermercado quanto o Supermercado Zuccatto adquirem os produtos hortifrutigranjeiros na unidade da CEAGESP de São José do Rio Preto. O Proença Supermercados também compra diretamente de produtores rurais da região. O Supermercado

Zuccato adquire todos seus produtos hortifrutigranjeiros da unidade da CEAGESP de São José do Rio Preto, exceto banana que é comprada de um distribuidor estabelecido na cidade.

Os hipermercados não compram os produtos hortifrutigranjeiros da unidade da CEAGESP de São José do Rio Preto. O SuperMuffato raramente compra na CEAGESP, já que a empresa possui um centro de distribuição, isto é, uma matriz que fornece todos os produtos, eventualmente quando falta algum produto compra-se na unidade da CEAGESP de São José do Rio Preto. O Carrefour possui os próprios fornecedores e é abastecido pela matriz, não efetuando compras na unidade da CEAGESP de São José do Rio Preto.

Gráfico 11 – Percentual dos produtos hortifrutigranjeiros adquiridos da unidade da CEAGESP de São José do Rio Preto pelos estabelecimentos pesquisados



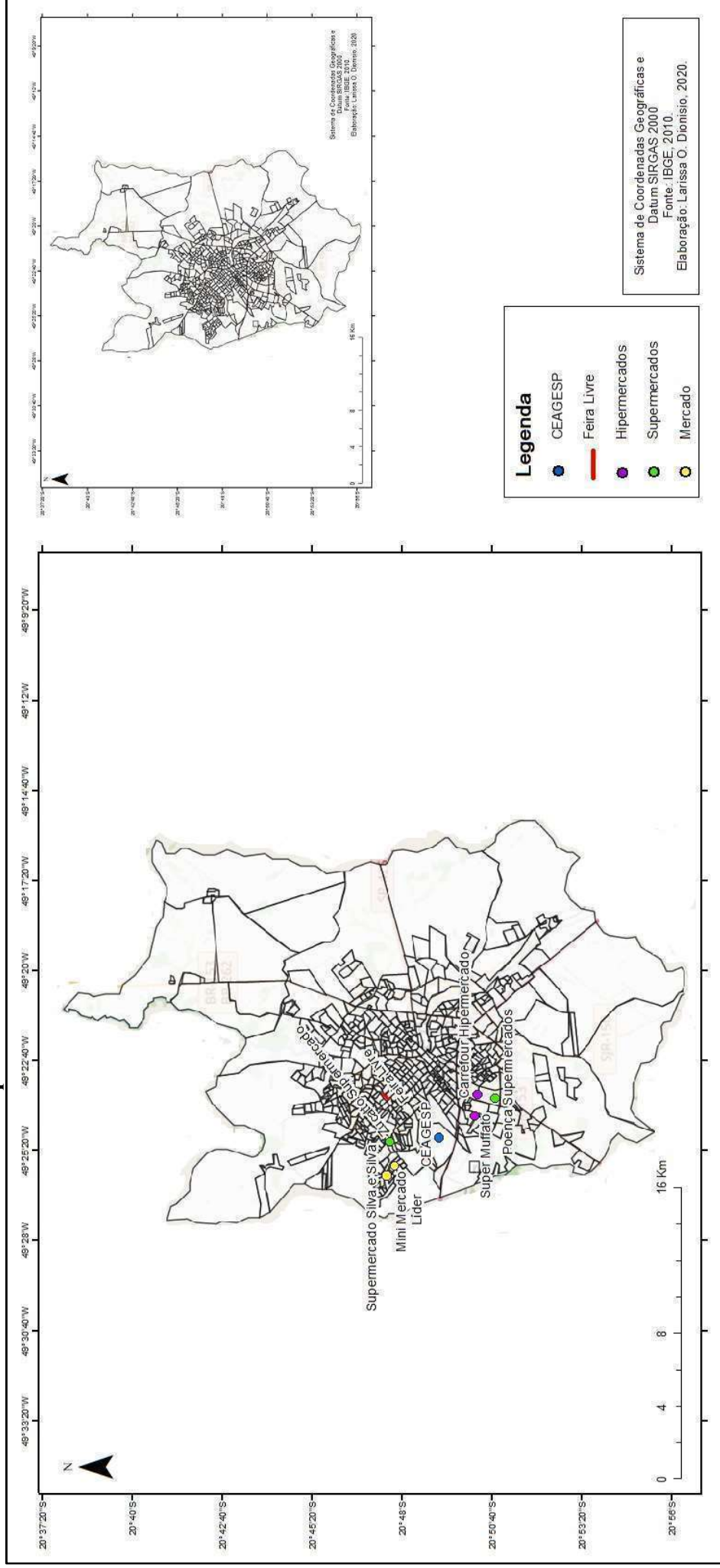
Fonte: Pesquisa de Campo (2019).

Em São José do Rio Preto há feiras livres diurnas e noturnas, ocorrendo de terças-feiras aos domingos. As 10 entrevistas foram realizadas na feira livre que ocorre às quartas-feiras, na Rua Nhadeara, no Jardim Eldorado, sendo que apenas um feirante possui propriedade rural e produzia tudo o que vendia na feira, isto é, alface, abobrinha, agrião e outras folhagens; oito feirantes pesquisados compram da unidade da CEAGESP de São José do Rio Preto e apenas um compra diretamente de produtores rurais dos municípios de Votuporanga e Ibirá.

No mapa 15, são mostradas as localizações dos estabelecimentos pesquisados, sendo eles: dois hipermercados, o Carrefour e o SuperMuffato; dois supermercados, o Proença Supermercados e o Zuccato Supermercado; e dois mercados de bairro, o Mini Mercado Líder e o ‘Supermercado’ Silva e Silva, além disso, o mapa também representa a localização da

feira livre que ocorre às quartas-feiras, bem como a localização da própria CEAGESP de São José do Rio Preto.

Mapa15 – Malha urbana de São José do Rio Preto - SP.



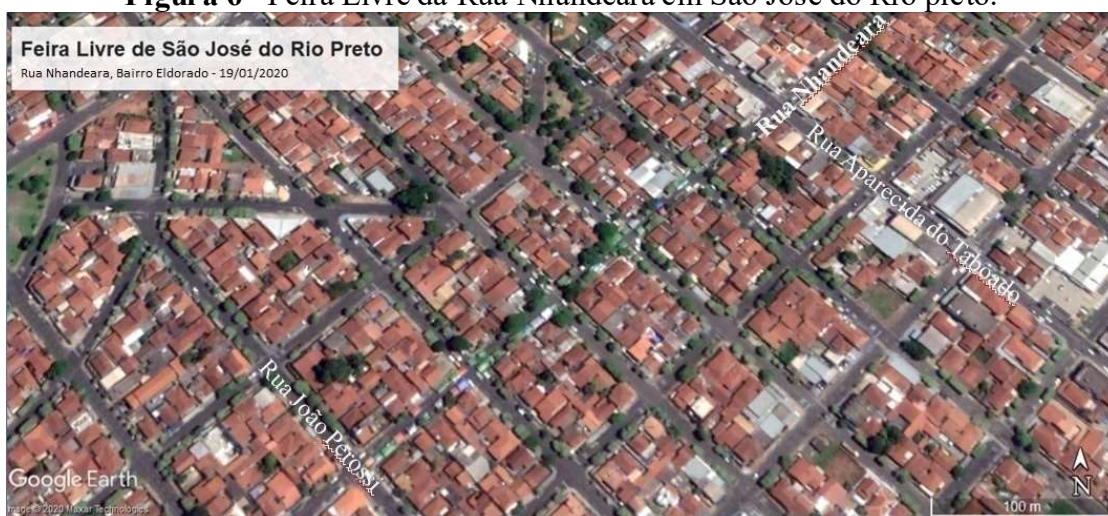
Fonte: Pesquisa de Campo (2019).

No mapa ainda é possível observar que, tal qual Presidente Prudente, os dois hipermercados pesquisados estão mais próximos da CEAGESP que os pequenos mercados de bairro, de modo que os pequenos mercados que têm uma dependência absoluta se encontram mais afastados da CEAGESP.

Segundo dados da Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto (2019), o comércio através das feiras livres foi iniciado no município há 84 anos, havendo atualmente 23 feiras livres e 284 feirantes em atividade no município. As feiras livres ocorrem em seis dias da semana, exceto nas segundas-feiras.

Em sua maioria, as feiras livres de São José do Rio Preto ocorrem no período da manhã, entre às 6 horas e 30 minutos e 11 horas, contudo duas dessas feiras ocorrem no período da noite, entre 16 e 20 horas, ambas acontecendo às quartas-feiras. A feira livre pesquisada é realizada na Rua Nhandeara, no bairro Eldorado, entre as ruas João Perossi e Aparecida do Taboado, às quartas-feiras, entre às 6 horas e 30 minutos e 11 horas da manhã, conforme mostrado na Figura 6.

Figura 6 - Feira Livre da Rua Nhandeara em São José do Rio preto.



Fonte: GoogleEarth, 2020. Org. Larissa O. Dionisio, 2020.

A referida feira livre possui aproximadamente 350 metros e nela foram entrevistados dez feirantes, dos quais seis compram tudo que vendem na unidade da CEAGESP de São José do Rio Preto, como se verifica na tabela 8.

Tabela 8 – Procedência da produção comercializada na feira livre pesquisada em São José do Rio Preto

Procedência da produção da feira	Número de Feirantes entrevistados	Porcentagem
Compra da CEAGESP	6	60%
Compra da CEAGESP e de produtores	1	10%
Compra da CEAGESP e produz	1	10%
Compra apenas de produtores	1	10%
Produz	1	10%
Total	10	100%

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Outro feirante entrevistado compra apenas a melancia na unidade da CEAGESP de São José do Rio Preto, comprando todas as suas folhagens e verduras de um produtor. Outro feirante pesquisado adquire batata doce, beterraba, chuchu, mandioquinha e pimentão na unidade da CEAGESP de São José do Rio Preto e produz: jiló, mandioca e pimentão, em área arrendada.

Ainda foi entrevistado um feirante que produz tudo o que vende, constituindo sua produção de agrião, alface, cebolinha, folhagens e rabanete. E por fim, o último feirante entrevistado compra de dois produtores, sendo eles: um do município de Votuporanga e outro do município de Ibirá.

O circuito inferior na cidade de São José do Rio preto é constituído pelas feiras livres e os mercados de bairro, ainda que os feirantes também possam ser classificados como intermediários que agregam mais uma etapa aos circuitos espaciais de produção hortifrutigranjeira.

A CEAGESP não só é um agente dos circuitos espaciais de produção, como incorpora diversos circuitos espaciais da produção hortifrutigranjeira, ainda deve ser ressaltado que suas operações interligam o circuito superior e inferior da economia urbana.

Em Araçatuba, Presidente Prudente e São José do Rio Preto os agentes que compõem o circuito inferior são aqueles que as atividades são simples, como feiras e pequenos mercados, tendo uma dependência absoluta das centrais de abastecimento. Já os circuitos superiores são aqueles que as atividades demandam mais tecnologia, atividades mais complexas, concernentes a supermercados e hipermercados, no caso dos hipermercados não há dependência nenhuma das centrais de abastecimento, apenas em Presidente Prudente que eventualmente os hipermercados comprem da CEAGESP caso falte produtos hortifrutigranjeiros comercializados no estabelecimento.

No caso dos supermercados, não há uma dependência absoluta ou exclusiva das centrais, ainda que alguns supermercados nos três municípios comprem da própria CEAGESP. Também deve ser ressaltado que a CEAGESP atua como um circuito

intermediário já que serve de sustentáculo para atividades do circuito superior, como exportadores e os próprios hipermercados, mas também se encontra no topo do circuito inferior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa cumpriu o objetivo de demonstrar a relação da CEAGESP de Araçatuba, Presidente Prudente e São José do Rio Preto com seus respectivos Circuitos Espaciais de Produção e com os dois Circuitos da Economia Urbana. Foram evidenciadas as interações espaciais entre a CEAGESP e as três cidades e constatado que não há integração entre as três unidades da CEAGESP, tendo em vista que cada uma delas é autônoma. Para atingir os objetivos propostos, inicialmente buscamos compreender e estudar o contexto histórico da criação das centrais de abastecimento, buscando relacionar a criação dessas centrais com o advento do meio técnico-científico-informacional, bem como da análise da relação das centrais de abastecimento com os dois circuitos da economia urbana e como agentes dos circuitos espaciais de produção hortifrutigranjeira.

Foi analisado o advento do meio técnico-científico-informacional e apresentado as inovações proporcionadas por este. As crises fazem parte da estrutura do capitalismo e não diminuíram suas ocorrências com o advento do meio técnico-científico-informacional, ainda que as inovações tecnológicas possam amenizar suas adversidades, essas não são suficientes para sanar os desequilíbrios, visto que a dimensão econômica é a que mais se sobressai e que se busca atenuar por meio dos critérios científicos, informacionais e técnicos.

As centrais de abastecimento foram criadas no Brasil em meados do século XX, em resposta às crises de abastecimento agroalimentar, através de uma iniciativa governamental que tinha como finalidade solucionar problemas de distribuição, além de melhorar a circulação de produtos hortifrutigranjeiros entre as décadas de 1960 e 1970. Ao longo dos anos, esses estabelecimentos foram se estruturando e tornaram-se importantes para o abastecimento de supermercados nas capitais brasileiras, tal qual dos feirantes que passaram a ter uma dependência dessas centrais. Sua função é diminuir e acelerar os fluxos de distribuição de produtos hortifrutigranjeiros, fluxos estes que perpassam agentes da produção até o consumidor final, reduzindo as possíveis crises de abastecimento alimentar e abrandando os problemas advindos da circulação de produtos agrícolas.

Em São José do Rio Preto, o primeiro entreposto foi implantado no ano de 1979, constituindo o primeiro entreposto fora da capital que inaugurou o projeto de descentralização da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP). No ano de 1981, foi instalado o entreposto de Presidente Prudente. E no ano de 1982 entrou em operação o entreposto em Araçatuba. Antes da instalação das unidades da CEAGESP, os estabelecimentos comerciais adquiriam produtos hortifrutigranjeiros diretamente dos produtores e intermediários. As três unidades se vinculam diretamente com a matriz, em São Paulo, não havendo integração ou relação entre as três unidades pesquisadas, como supracitado.

Nos três municípios estudados, foi observado que a modernização, através do meio técnico-científico-informacional, se deu principalmente no setor terciário, isto é, de prestação de serviços, constituído por hipermercados, supermercados, *Shopping Centers*, dentre outros. A maioria dos hipermercados e supermercados foi inaugurada entre as décadas de 1990 e 2000, apesar da ampliação desses elementos que fazem parte do circuito superior, ainda permanecem as atividades ligadas ao circuito inferior, pois se faz necessária a compra e venda de produtos agrícolas. Já as feiras livres perderam sua importância, sendo negligenciadas pelo poder público, ao passo que ocorreu a dominação da distribuição de produtos hortifrutigranjeiros por atacadistas e hipermercados. No entanto, por não apresentar um controle institucional, sua tendência foi a de se expandir em algumas cidades nos últimos anos e de desaparecer em outras.

Buscamos compreender o contexto histórico da criação das centrais de abastecimento no Brasil e a motivação para a implantação desses entrepostos no território brasileiro. Os entrepostos se constituem como infraestrutura que permite abastecer supermercados e hipermercados que se disseminaram no território brasileiro, mantendo uma relação de complementaridade com esses agentes que constituem o circuito superior. Simultaneamente, essas centrais também passaram a ser elemento essencial para abastecer pequenos mercados e feiras, sendo de fundamental importância para a modernização, ao passo que permitem uma maior fluidez dos fluxos da produção agrícola, intermediando as relações entre os produtores e o consumidor final e amenizando problemas de circulação. Logo é possível constatar que as centrais de abastecimento possuem um papel de intermediar, ou seja, constitui um agente intermediário já que se encontra no pico do circuito inferior, ainda que se comporte como sustentáculo do circuito superior, produzindo uma série de serviços para os circuitos da economia urbana, mantendo o vínculo com os dois circuitos e sendo constituídos por ambos ao mesmo tempo.

Os dados e informações obtidos através da pesquisa de campo e documental sobre as três unidades da CEAGESP foram analisados, sendo feita a classificação dos estabelecimentos que compram da CEAGESP como agentes dos circuitos espaciais de produção e, através de suas atividades, participam dos seus respectivos circuito da economia urbana.

A unidade da CEAGESP de Araçatuba faz a integração com vários agentes dos circuitos espaciais de produção, contudo, apenas em escala local. As escalas locais demonstram ser mais expressivas no que diz respeito à região de Araçatuba, de modo que o fluxo na própria região é significativo. Os municípios que fornecem produtos hortifrutigranjeiros para a unidade da CEAGESP de Araçatuba são: Araçatuba, Guaracáí, Mirandópolis, Parapuá e Rinópolis.

A unidade da CEAGESP de Presidente Prudente integra agentes variados dos circuitos espaciais de produção em diferentes escalas, circulando entre a escala nacional e local. A escala local é mais expressiva no que diz respeito à região de Presidente Prudente, visto que o fluxo na própria região é maior do que com outras regiões. Os municípios que comumente fornecem produtos hortifrutigranjeiros para a unidade da CEAGESP de Presidente Prudente são: Álvares Machado, Anhumas, Regente Feijó e Indiana. Já em escala regional, o Paraná também se mostra relevante para a constituição do fluxo de comercialização, o que também resulta em dupla circulação de mercadorias, já que a unidade da CEAGESP de Presidente Prudente tanto recebe produtos do noroeste paranaense, como também vende para a mesma região.

O raio de atuação das unidades da CEAGESP de Araçatuba e de Presidente Prudente se dá em círculo, visto que o raio de atuação da unidade de Araçatuba comporta não só seu próprio município, como também: Bilac, Birigui, Buritama, Castilho, Três Lagoas, Gabriel monteiro, Guaraçáí, Guararapes, Lins, Mirandópolis, Penápolis, Planalto, Piacatu e Tupã. Ainda deve ser mencionado que o raio de atuação da CEAGESP de Presidente Prudente compreende o Pontal do Paranapanema, a Nova Alta Paulista e o Noroeste do Paraná, bem como o Leste do Mato Grosso do Sul.

O abastecimento através das unidades da CEAGESP de Araçatuba, Presidente e São José do Rio Preto ocorrem principalmente em feiras e pequenos mercados, tendo menor influência em Supermercados. Em Araçatuba, por exemplo, o Rondon Supermercados compra cerca de 20% dos produtos hortifrutícolas da CEAGESP. Em Presidente Prudente, o Supermercado Estrela compra cerca de 85% dos produtos hortifrutícolas do entreposto da cidade. Em São José do Rio Preto, os supermercados Proença e Zuccatto compram

respectivamente, 80% e 98% do entreposto da CEAGESP na cidade. Os entrepostos não exercem influência sobre os hipermercados, alguns fazem compras esporádicas nos entrepostos quando se faz necessário, contudo isso ocorre muito raramente. Os estabelecimentos mencionados são agentes finais das trocas para o consumo, ao passo que a CEAGESP constitui uma finalidade intermediária, logo é possível aferir que essa central não só se relaciona com os dois circuitos da economia urbana, mas também incorpora agentes dos circuitos espaciais de produção.

A CEAGESP exerce grande influência na definição dos preços, lançando mensalmente o chamado Índice de Preços CEAGESP, o qual é um registro da variação dos valores praticados no atacado do setor de frutas, legumes, pescados, verduras e de diversos, que compreende o alho, a batata, a cebola, os ovos, dentre outros. Mantendo uma relação hierárquica com o circuito inferior da economia urbana, que possui absoluta dependência do entreposto, como feiras livres e pequenos mercados, já que o entreposto define os preços que serão praticados por esse circuito.

Assim sendo, a unidade da CEAGESP de Presidente Prudente é utilizada como suporte pelos hipermercados e supermercados, caso algum problema ocorra com os fornecedores, não participando da dinâmica da CEAGESP. Já os mercados menores têm grande, senão absoluta, dependência da empresa, concomitantemente os feirantes também passaram a adquirir seus produtos dessas centrais.

As centrais de abastecimento possibilitaram aos comerciantes um acesso mais fácil aos produtos agrícolas, essencial para repor os estoques dos estabelecimentos, uma vez que a sua distribuição geográfica promove a logística de distribuição e amplia o acesso do consumidor final. Ainda deve ser evidenciado que a CEAGESP também fortalece a presença do intermediário ao invés dos pequenos produtores, ao determinar uma quantidade mínima a ser comercializada no entreposto.

Ainda deve ser mencionado que o único gerente pesquisado que não se mostrou disponível para nos atender foi o da unidade da CEAGESP de São José do Rio Preto, que exigiu que tivéssemos a permissão do Departamento de Entrepostos do Interior (DEIT), e, mesmo com essa permissão, não nos atendeu, ocasionado lacunas em nossa análise, as quais não comprometeram a pesquisa, mas que, eventualmente, poderão ser respondidas através do desenvolvimento de outras pesquisas sobre o tema.

O estudo foi imprescindível para compreender que para a criação de políticas que propiciem o abastecimento alimentar é importante a compreensão do meio técnico-científico-informacional e seus desdobramentos, da mesma maneira que a circulação e dos agentes que

participam dos circuitos espaciais de produção hortifrutigranjeira, bem como dos agentes relacionados aos dois circuitos da economia urbana, considerando que a CEAGESP atua como agente intermediário entre os dois circuitos e é constituída por ambos, abarcando interesses políticos e econômicos e sendo permeada por conflitos de diferentes agentes.

REFERÊNCIAS

- ABRACEN, Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento. Disponível em: <<http://abracen.org.br/wp-content/uploads/2014/05/manual.pdf>>. Acesso em: 20 de out. 2016.
- ABREU, D. S. Esboço histórico da Fundação de Presidente Prudente. IN: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente: [s.n.], 2001, p. 11-14.
- ALMEIDA, A. R. A. de. **O sistema atacadista alimentar brasileiro**. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.
- ANJOS, F. S.; BECKER, C. Agricultura Familiar e Mercados Institucionais: o desenvolvimento como liberdade. **Revista Econômica** Fortaleza, v. 45, p. 92-101, 2014.
- ARROYO, M. M. Circuitos espaciais de produção industrial e fluxos internacionais de mercadorias na dinâmica territorial do estado de São Paulo. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v.2, n. 1, 2012, p. 7-26.
- BELIK, W.; CUNHA, A. R. A. A. Abastecimento no Brasil: o desafio de alimentar cidades e promover o desenvolvimento rural. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas públicas no desenvolvimento do Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015, p. 217-235.
- BENGOZI, F. J. Análise do mercado de abacaxi comercializado na CEAGESP – São Paulo. **Revista brasileira de fruticultura**. Jaboticabal, v. 20, n. 3, 2007, p. 494-499.
- BINI, D. L. C. **Da formação socioespacial à diferenciação dos circuitos espaciais agropecuários na região de Araçatuba (SP)**. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- BOTELHO, R. E. P. **O circuito espacial de produção e os círculos de cooperação da soja no Maranhão no período técnico-científico-informacional**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.
- CARVALHO, M. V. G. S. A.; PINHEIRO, A. M. G. S. A logística do abastecimento na RMB: o caso CEASA. In: TOBIAS, M. S. G.; NETO, B. C.. (Org.). **Grande Belém: faces e desafios de uma metrópole insular**. 1ª ed. Belém: Ponto Press Ltda., 2010, v. 01, p. 25-48.
- CASTILLO, R. A.; FREDERICO, S. Espaço geográfico, produção e movimento: Uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v. 22, n. 3, p. 461-474. 2010.
- CATAIA, M.; SILVA, S. C. da.; Considerações sobre a teoria dos dois circuitos da economia urbana na atualidade. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas v.3, n. 1, p. 55-75. 2013.
- CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo. Disponível em: <<<http://www.ceagesp.gov.br/atacado/rede/prudente>>> Acesso em: 4 de set. 2019.

- COELHO, O. M.; PEREIRA, M. F. V. O circuito inferior da economia na área central de Uberlândia (MG): avaliação e caracterização. **Geografia (Londrina)**, Londrina, v. 20, n. 1, p. 163-188. 2011
- CONAB Companhia Nacional de Abastecimento. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1209&t=>> Acesso em: 13 de Abr. de 2020.
- CONAB. Prohort. Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro. Disponível em: <<http://www.ceasa.gov.br>> Acesso em 15 de Fev. 2020.
- CONAB. Siscom. Sistema Informações Setoriais de Comercialização. Disponível em: <<http://www3.ceasa.gov.br/siscomweb/>> Acesso em: 20 de Ago. de 2019.
- CORRÊA, R. L. Formas simbólicas e espaço: algumas considerações. **GEOgraphia**, Rio Claro, v. 36, p. 7-16, 2011.
- CORRÊA, R. L. Processos, Formas e Interações Espaciais. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 61, p. 127-134, 2016.
- CUNHA, A. R. A A.; CAMPOS, J. B. Sistema CEASA: uma rede complexa e assimétrica de logística. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA. 13, 2008, Belo Horizonte, **Anais...**, Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2008, p. 1-19.
- DIONISIO, L. O. **O papel da CEAGESP na comercialização de produtos hortifrutigranjeiros na Região de Presidente Prudente – SP**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2018.
- ELIAS, D.; PEQUENO, R. Desigualdades Socioespaciais nas cidades do agronegócio. **Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais**, v. 9, n.1, p. 25-39. 2007.
- FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. 157 p.
- FIRETTI, R. *et al.* Participação de organizações sociais na gestão de entrepostos de abastecimento: o caso da Ceasa/PR em Londrina. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 41, n.4, 2011, p. 64-72.
- GALEAZZI, M. A. M. **Segurança Alimentar e Cidadania – a contribuição das Universidades Paulistas**. Campinas: Mercado das Letras, 1996, 352p.
- GAZOLLA, M. Devemos ir para casa comer? As possibilidades do abastecimento local. 2018. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/colunas/columa-dogepad/2018/05/devemos-ir-para-casa-comer-as-possibilidades-do-abastecimento-local/>> Acesso em: 29 de Mai. 2019.
- GHIRADELLO, N. **À beira da linha, formações urbanas da Noroeste paulista**. São Paulo: Editora UNESP, 2002, 235 p. Disponível em: < <http://books.scielo.org/id/z3>> Acesso em: 02 de out. 2021.
- GOVERNO DE PRESIDENTE PRUDENTE. Equipamentos. **Museu arquivo histórico**. Disponível em: <<http://www.culturapp.com.br/equipamento/museu-arquivo-historico/>> Acesso em 21 de out. 2019.
- HARVEY, D. A globalização contemporânea. In: **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004, p. 79 – 103.
- HARVEY, D. Os limites do capital [recurso eletrônico] / David Harvey ; tradução Magda Lopes. - [1.ed.] – São Paulo: Boitempo, 2013. recurso digital.
- HESPANHOL, A. N. Políticas públicas, modernização e crise da agricultura brasileira. *Faz ciência*. Francisco Beltrão, **FACIBEL**, v. 1 n. 1, p. 38-49, 1997.
- HESPANHOL, A. N. As incorporações da perspectiva do desenvolvimento territorial nas políticas públicas brasileiras: avanços e limites. In: CUNHA, L.; PASSOS, M. M.; JACINTO, R. (Orgs.) **As novas geografias dos países de língua portuguesa: paisagens, territórios, políticas no Brasil e em Portugal**. São Paulo: Outras Expressões, 2010, p. 307-322.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Cidades. Disponível em:

<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/aracatuba/pesquisa/38/46996?indicador=47001&ano=2016>> Acesso em: 04 de Set. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Cidades. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-jose-do-rio-preto/pesquisa/38/46996?tipo=ranking&indicador=47001>> Acesso em: 04 de Set. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Cidades. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/presidente-prudente/panorama>> Acesso em: 05 de Set. 2019.

JOLY, C. **Especialização produtiva do território e o circuito espacial produtivo de celulose em Eunápolis – BA**. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

LIMA, A. C. da C.; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do BRASIL. **Revista de desenvolvimento econômico**. Ano XII, n.21, Jul, 2010, Salvador – BA. p.5-19.

LINHARES, M. Y. L.; SILVA, F. C. T. **História política do abastecimento (1918-1974)** Brasília: Binagri, 1979, 240 p.

LINHARES, M. Y. L. **História da agricultura brasileira: combates e controvérsias**. São Paulo: Brasiliense, 1981, 170 p.

LOCATEL, C. D.; HESPANHOL, A. N. Desenvolvimento da agricultura e espaço rural. In: SILVA, M. R.; LAMOSO, L. P.; MOURÃO, P. F. C. (Org.). **Questões nacionais e regionais do território brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 117-132.

MAILLAT, D. Globalização, meio inovador e sistemas territoriais de produção. Interações: **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, v. 3, n. 4, p.9-16, mar. 2002. Disponível em: <www.interacoes.ucdb.br/article/download/572/610> Acesso em: 28 mai.2019.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008, 285 p.

MÜLLER, G. Brasil agrário: heranças e tendências. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 7, n. 3, Jul-Set 1993, p. 11-20.

MUSEU ARAÇA: Resgatando Memórias. Disponível em: <<http://museuaraca.blogspot.com/p/iniciadores-e-fundadores-desde-ha.html>> Acesso em 01 de mai. 2019.

Museu Municipal de Presidente Prudente. Disponível em: <<http://museu.presidenteprudente.sp.gov.br/museu/historicomunicipalHistorico.jsp>> Acesso em: 12 de jun. 2019.

PAULINO, E. T. Capitalismo e camponeses: rearranjos em cursos no município de Presidente Prudente. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente: [s.n.], 2001, p. 53-69.

PEREIRA, C. S. **Agricultura, abastecimento e consumo na aglomeração urbana de Presidente Prudente – SP**. 2020. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA. **Araçatuba**. Disponível em: <<https://aracatuba.sp.gov.br/aracatuba>> Acesso em: 20 de out. 2019.

QUEIROZ, T. A. N. **A CEASA-RN e os circuitos da economia urbana: a circulação de hortifrutigranjeiros em Natal-RN**. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2014.

- SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (SP). Prefeitura. 2019. Disponível em: <<https://www.riopreto.sp.gov.br/sobre/>> Acesso em: 27 de ago. 2019.
- SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985, 88 p. (Coleção espaços)
- SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988, 124 p.
- SANTOS, M. **Técnica, espaço, Tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994, 190 p.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000, 174 p.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5ª Ed., 1ª reimpr, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005, 176 p. (Coleção Milton Santos 6).
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4ª Ed., 2reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006, p. 259 p. (Coleção Milton Santos: 1)
- SANTOS, M. **O espaço dividido**: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Trad. Myrna T. Rego Viana. 2ª Ed., 1ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, 440 p. (Coleção Milton Santos 4) (Primeira Edição, 1979).
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2006, 473 p.
- SERRA, E. A participação do Estado na formação e desenvolvimento das cooperativas agrícolas no Brasil. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, v. 8, n.16, ago. 2013, p.6-37.
- SILVA, S. C. de. A reorganização do circuito espacial da produção do vestuário no Brasil. **Espaço e Economia**, 2013. Disponível em: <<http://espacoeconomia.revues.org/475%20;%20DOI%20:%2010.4000/espacoeconomia.47>> Acesso em: 19 de Mai. 2019.
- SILVA, P. C. A teoria dos dois circuitos da economia urbana e a mídia na contemporaneidade. **Lumina**. Juiz de Fora. v. 9, n2, p. 1-24. 2015.
- SILVEIRA, M. L.; Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo. **Caderno CRH**, Salvador, V. 22, n. 55, p. 65-76, Jan./Abr. 2009.
- SPOSITO, Eliseu Savério. A teoria dos dois circuitos da economia urbana: seu esquecimento ou sua superação?. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 21, p. 43-51, 1999.
- SOUZA, J. A. O A formação da região produtiva do agronegócio - RPA de Vilhena-Rondônia. **Ciências Geográficas**, Bauru, v. XXIV, p. 928-943, Jan/ Dez. 2020.
- VALE, M. **Conhecimento, Inovação e Território**. Lisboa: Edições Colibri, 2012, 128 p.
- VALÉRIO, V. J. O. **Agonia da comida**: da expansão da cana-de-açúcar ao movimento da produção e distribuição de hortifrúti no estado de São Paulo. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologias, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2019.
- VEDANA, V. Trabalho e abastecimento urbano: pesquisa etnográfica sobre o trabalho no comércio de alimentos na CEASA/RS In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 36. , 2012, Águas de Lindóia, **Anais...** Águas de Lindóia: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2012, p. 1-20.

APÊNDICE A – Modelo de Formulário**A. Formulário a ser aplicado junto aos permissionários do CEAGESP**

1. Reside na: () propriedade rural () cidade

Onde? _____

2.A produção provém de qual município:_____

3. Quanto ao destino da produção:

() CEAGESP

() Mercados

() Restaurantes

() Feiras

()Outras instituições

Qual? _____

4. Produz:

() Frutas

() Legumes

() Grãos

() Vegetais

5. Volume da produção mensal:

() Abaixo de 500 kg

() 500 kg à 1.000 kg

() 1.000 kg à 1.500 kg

() 1.500 kg à 2.000 kg

() Acima de 2.000 kg

Quanto? _____

6. A renda é suficiente para arcar com as despesas? () sim () não

7. Utiliza mão de obra: ()familiar () assalariada

Se sim, quantos? _____

B. Roteiro de entrevista a ser aplicado junto ao Gerente do CEAGESP

1. Desde quando trabalha na CEAGESP?
2. Qual a área de atuação da CEAGESP?
3. Recebe produtos principalmente de quais regiões?
4. Como se dá o controle em relação aos permissionários? São cadastrados?
6. Quais as dificuldades do CEAGESP para não garantir plena comercialização?
7. Como é constituído o preço dos produtos vendidos na CEAGESP?

C. Roteiro de entrevista a ser aplicado junto às instituições que compram da CEAGESP

1. Instituição: _____

2. Função do entrevistado: _____

3. Onde são adquiridos os produtos comercializados? ☐ CEAGESP ☐ Outros lugares. Quais? _____

4. Se for da CEAGESP, sua localização beneficia a comercialização com a instituição?
☐ Sim ☐ Não

5. A instituição comercializa diretamente com produtores? Por quê?

D. Roteiro de entrevista a ser aplicado junto aos feirantes

1. Possui propriedade? () sim () não

Onde? _____

Qual o tamanho? _____

2. A comercialização na feira é suficiente para arcar com as despesas?

() Sim () Não

Se não, quais são as outras fontes de renda?

3. Comercializa em outro lugar ou com outras instituições, quais?

4. O transporte é o próprio?

5. Compra produtos na CEAGESP? Quais?

6. Quanto paga para a prefeitura para vender na feira?

7. O que acha do preço cobrado e das condições oferecidas pela prefeitura?

**ANEXO I - Quantidade de hortigranjeiros comercializada nos mercados
atacadistas, da Região Sudeste.**

Entrepósitos atacadistas	Volume (Kg) 2019	% em relação a 2018	Valor (R\$) 2019	% em relação a 2018
CEAGESP - Araçatuba	22.051.683	-14.53	68.607.180,15	-5.67
CEAGESP – Araraquara	4.670.638	-6.33	114.115.281,61	4.99
CEAGESP – Bauru	96.180.306	-5.21	219.241.621,57	8.36
CEAGESP – Franca	12.790.855	-6.14	31.017.987,20	12.24
CEAGESP – Marília	17.715.742	10.66	47.034.944,07	-11.86
CEAGESP – Piracicaba	28.056.345	12.34	54.942.636,12	10.18
CEAGESP – Presidente Prudente	59.988.152	9.19	126.976.546,49	17.62
CEAGESP – Ribeirão Preto	282.688.261	0.81	684.609.551,35	18.26
CEAGESP – São José do Rio Preto	106.594.045	116.92	289.481.956,35	139.48
CEAGESP – São José dos Campos	107.848.548	13.02	263.327.874,33	47.21
CEAGESP – São Paulo	3.171.534.138	4.89	8.539.039.528,16	14
CEAGESP – Sorocaba	145.524.865	-3.35	351.784.996,50	24.17
CEASA-ES – Vitória	442.102.967	4.84	1.040.300.267,82	25.59
CEASA-MG – Barbacena	12.255.263	12.84	28.796.875,30	31.10
CEASA-MG – Caratinga	56.922.130	4.26	117.253.681,72	22.41
CEASA-MG – Governador Valadares	36.743.045	2.10	80.865.811,55	20.59
CEASA-MG – Grande BH	1.447.554.225	-1.24	3.175.704.668,94	17.30
CEASA-MG – Juiz de Fora	80.606.792	2.90	200.544.629,97	22.84
CEASA-MG – Montes Carlos	0	0	0	0
CEASA-MG – Poços de Caldas	32.978.413	1.85	74.600.941,13	20.71
CEASA-MG – Uberaba	136.506.616	-2.84	303.427.676,19	26.62
CEASA-MG – Uberlândia	232.489.940	-7.90	607.754.562	8.01
CEASA-RJ – Mercado do Produtor Ponto de Pergunta	32.340.209	12.26	42.541.903,85	21.68
CEASA-RJ – Nova Friburgo	33.734.044	1.06	49.407.854,14	13.81
CEASA-RJ – Pati de Alfêres	2.113.576	-32.94	7.327.028,28	32.47
CEASA-RJ – Rio de Janeiro	1.700.272.891	0.34	4.445.031.332,18	18.58
CEASA-RJ – São Gonçalo	149.970.853	-10.95	343.068.591,77	-6,39
CEASA-RJ – São José de Ubá	0	0	0	0
CEASA-SP – Campinas	0	0	0	0
CEASA-SP – Santo André (CRAISA)	0	0	0	0
COINTER	9.770.202	-3.04	22.758.928,45	17.28
MERCADO MUNICIPAL – Patos de Minas	30.851.224	28.45	89.321.282,70	44.76
Sub-total Sudeste	8.531.855.968		21.428.886.113,74	

Fonte: Conab/ SISCOB, (2020).